



Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas vinte horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

A - VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, João Afonso Almeida da Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto e Diamantino António Caldeira Estanislau.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido e António Miguel da Costa Ferreira.

CHEGA – Nuno Miguel da Costa Gabriel e Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da União das Freguesias de Azeitão), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Fernando Miguel Catarino José, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques e Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição do Sr. Vereador Vitor Manuel Ramalho Ferreira, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU, apresentaram pedidos de substituição, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Joana Margarida Banito Tomé e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 a 4, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Rafaela Isabel Graça Nunes, e Elisabete Maria Martins Cavaleiro, conforme documentos registados sob os n.ºs 5 a 7, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles, conforme documentos registados sob os n.ºs 8 e 9, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição a Sra. Presidente da União das Freguesias de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída por José Manuel Lima Neves, conforme documento registado sob o n.º 10, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Pedro Miguel Pereira Florêncio, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamado a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve faltas.

VOTAÇÃO DAS ATAS

1. Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 29/04/2022

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

2. Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 10/05/2022

Aprovada por unanimidades dos presentes na referida sessão.

B - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos três inscrições do público (conforme documentos registados sob os n.ºs 11 a 13, arquivados em pasta anexa à presente ata) e cada intervenção tem a duração de 5 minutos cada.

Ana Margarida Paiva – Venho fazer um agradecimento pela disponibilidade com que o executivo tem trabalhado com o Movimento de Cidadãos de Azeitão Eco-consciente, nomeadamente o pelouro do Ambiente, a Divisão dos Espaços Verdes com a plantação e a estruturação de novas plantações com plantas autóctones, que devemos saber todos que estão muito melhor adaptadas às restrições hídricas por que passamos e que potenciam a biodiversidade. Também pelo trabalho que temos feito no combate às espécies invasoras vegetais na zona de Azeitão e pelos trabalhos que estamos a desenvolver, também, na higiene urbana.

Não podemos deixar e nem queremos deixar passar assuntos que já foram referidos na última Assembleia Municipal e que sabemos que têm que estar na ordem do dia, nomeadamente os espetáculos de fogo de artifício, que embora estejamos numa época em que não há permissão para serem utilizados, não devem efetivamente ser utilizados especialmente na região do Parque Natural, porque atentam contra a saúde humana e dos ecossistemas.

Queremos, também, chamar a atenção para a alternativa destes espetáculos e para uma prática que é utilizada, também, aqui na região que são as largadas de balões, pelo seu impacto nefasto nos ecossistemas terrestres e marinhos.

Pensamos que seria benéfico repensarmos na permissão destas duas práticas na nossa região, uma vez que, volto a referir, estamos numa zona de Parque Natural e sabemos que os impactos ambientais destas duas práticas são muitíssimo negativos.

Manuel Ryder – Vem esta intervenção a propósito do pagamento do transporte escolar dos estudantes de Azeitão, que são obrigados a grandes deslocações ou mesmo a sair do concelho em que residem para frequentar o ensino secundário. Por isso vale a pena recapitular tudo o que foi prometido e que não foi feito pelos sucessivos responsáveis políticos nacionais e daqui da região.

Já em 2007, o Ministério da Educação reconhecia a necessidade de uma Escola Secundária na região, mas até hoje nada fez nesse sentido. Em 2010, o crescimento da população da Quinta do Conde justificou a decisão de construção de uma Escola Secundária que evitasse a deslocação para outros concelhos de uma grande quantidade de alunos como está a acontecer. O então Ministério da Educação decidiu-se pela construção de um equipamento que pudesse servir também a região de Azeitão. A Câmara Municipal de Sesimbra cedeu terreno e a Parque Escolar, de boa memória, assumiu a condução do processo e o compromisso de iniciar a obra em 2011. Não faltava consenso sobre a necessidade do equipamento para a região, mas as dificuldades económicas do país naquele período de 2011, como todos estamos lembrados, inviabilizaram a concretização do projeto. É a educação vista como uma despesa, em vez de olhada como um investimento.

Em 2013 dá entrada na Assembleia da República uma petição da autoria da Associação de Pais da EB 2, 3 de Azeitão, que reclamava a requalificação da escola e a implementação do secundário. Estamos a falar de 2013 e nada aconteceu. Em novembro de 2015, nova petição foi entregue na Assembleia da República subscrita por 6 mil cidadãos, que reclamavam uma Escola Secundária para a Quinta do Conde, a mesma que serviria igualmente a região de Azeitão. Em dezembro de 2015, o Movimento de Pais e Encarregados de Educação das 7 Escolas do Ensino Básico de Azeitão vieram aqui, nesta assembleia, pedir um compromisso por parte dos políticos do executivo camarário para o impulso e apoio à concretização da mais que legítima ambição do ensino secundário para a região de Azeitão. Também já sabemos qual foi a resposta. Como de costume, não faltaram promessas de que tudo seria feito para atingir esse objetivo e alguma coisa foi, de facto, concretizada, tivemos belas e dispendiosas rotundas, belas e inúteis ciclovias, muito desenvolvimento cosmético, muita obra de fachada, muitos espetáculos para e com os amigos, etc., etc., pressão para o secundário em Azeitão é que não tivemos.

Em suma, para além do grande abandono a que a Freguesia de Azeitão está votada, será justo que os seus estudantes, que são obrigados a tão grandes deslocações para continuar os seus estudos, tenha uma participação nos transportes de apenas 50%? O que seria justo era serem compensados por tudo aquilo que lhes foi e é negado, compensados por uma discriminação que todos os anos se renova perante a indiferença do Governo Central, é verdade, mas por muita culpa e inépcia do Poder Local e oposição. Pensem nisso, se puderem.

Carmem Rodrigues – Amadora, Torres Vedras, Maфра, Coimbra, Santo Tirso e Lagoa, são apenas alguns dos municípios cujo transporte escolar no ensino secundário, é participado a 100%. Setúbal pode ser um deles já no próximo ano escolar, não precisamos, penso eu e aqui estão as provas, de esperar pela portaria.

Venho de Azeitão, sou mãe de uma aluna do ensino secundário em Setúbal, que utiliza os transportes públicos para a escola e no fundo, estou a dar voz a todas as mães e estudantes de Azeitão. Não basta Azeitão não ter uma Escola Secundária, não basta os alunos terem de apanhar transportes diariamente para a Escola Secundária que fica a mais de 15 quilómetros, e não o fazem por quererem, mas porque são obrigados a fazê-lo, porque o ensino estendeu a sua obrigatoriedade até ao 12.º.

Não bastam os horários dos autocarros, que muitas vezes são desencontrados com os horários escolares, e que, às vezes, chegam já cheios de manhã, vindos de Lisboa e de Cacilhas, não basta o autocarro não chegar a horas e os pais terem de ir de urgência levar os filhos a Setúbal, porque acontece muitas vezes. Não basta, também, muitas vezes os pais estarem a trabalhar e a resposta que dão aos filhos é que não podem e terem que chamar o Uber. Isto acontece, pagam Uber para virem estudar. Não basta tudo isso e as famílias de Azeitão ainda são mais penalizadas e têm de suportar mais 15 euros mensais em transporte escolar para a Escola Secundária, aquela que não existe em Azeitão.

As mães de Azeitão ficaram muito felizes e com muita esperança quando esta assembleia aprovou uma recomendação para que o transporte escolar fosse participado a 100% para o ensino secundário, ficamos a pensar se seria desta, vamos ter esperança. Ficamos igualmente felizes por ver que, afinal, a recomendação foi aprovada por unanimidade, todos vocês concordaram com ela.

Devo dizer-vos que aquilo que me traz aqui hoje afinal é tristeza, porque viemos verificar que, em reunião de Câmara do passado dia 15 de junho, o Plano de Transportes Escolares foi aprovado sem ter em consideração no seu texto a recomendação feita por esta Assembleia Municipal. Sim! Na reunião de câmara não houve direito nem a um comentário, nem antes e nem depois da votação. Fiquei igualmente admirada, pelo facto de nenhum vereador ter questionado em relação ao Plano de Transportes, mas a recomendação foi ou não foi seguida? E porque motivo? Que constrangimentos? Ao menos uma explicação poderia ter sido dada. Como é possível uma desvalorização completa de uma recomendação aprovada por unanimidade nesta assembleia.

Pergunto a todos vocês aqui presentes, alguém leu efetivamente o Plano de Transportes Escolares para o ano seguinte? Mas, afinal, ele participa ou não o ensino secundário? Fica a dúvida, porque agora vem uma boa notícia, para nós, afinal o Plano de Transportes Escolares aprovou o custo de 372.690 euros que incorpora 100% de participação do ensino secundário. Convido-vos a ler o plano e fazerem os cálculos em todos os quadros que lá estão apresentados. Sendo assim, se o executivo já contabilizou 372 mil euros e que incorpora 100% do ensino secundário, todos nós devemos exigir que ele, afinal, seja gasto para o fim a que ele foi aprovado. Todos vós, deputados municipais, que aprovaram a recomendação por unanimidade devem exigir isso. Se foi orçamentado, deve sim ser implementado. Todos nós não devemos aceitar que Setúbal não participe o ensino secundário a 100%, pois isto é uma forma de promover a longo prazo o transporte individual, promover o engarrafamento, os problemas de estacionamento e promover nos jovens que estão prestes a fazer 18 anos, o desejo da compra do seu primeiro automóvel individual. Isto não é só mau para os azeitonenses, é mau para todos nós e vocês que moram em Setúbal. Que mobilidade queremos para Setúbal daqui a 10 anos? Fica aqui o registo, obrigada e não deixem morrer este sonho que é efetivamente importante.

a) INTERVENÇÃO DO EXECUTIVO

Vice-Presidente da Câmara – Senhora Ana Paiva e senhor Manuel, efetivamente temos tido uma colaboração muito interessante com a vossa associação, acho que podemos continuar a desenvolver esse trabalho. Sei que a vossa colaboração com a câmara até começou com a parte dos transportes e que depois se estendeu para a parte do ambiente. Agora também desafiava aqui para podermos falar depois sobre as questões da educação, que são questões muito importantes, não só relacionadas com esta do transporte escolar, como é óbvio, mas com o problema que temos do secundário no nosso concelho, nomeadamente na Freguesia de Azeitão e também dos problemas que temos da requalificação da própria Escola de 2º e 3º ciclo que necessita, urgentemente, de obras e de intervenção, para além, de não haver sequer pavilhão para a prática da Educação Física. Julgo que podia ser um tema para abordarmos, também, com um dos grupos do Eco-consciente, porque a questão da ecologia, começa muito nas questões da educação e acho que devemos fazer essa articulação.

No que diz respeito à questão do ensino secundário, já por diversas e muitas vezes esta necessidade foi aqui referida nesta Assembleia e na Câmara Municipal e nas nossas associações cívicas, pela própria escola e também pelo próprio agrupamento. Inclusivamente, assim que o Sr. Ministro da Educação tomou posse, fizemos no dia 31 de março um pedido de reunião, estamos a aguardar, por um lado por causa das questões das transferências de competências, por outro lado, por causa das questões das requalificações da escola e também por causa da questão do ensino secundário no nosso concelho.

Relativamente à questão do transporte escolar, efetivamente trouxemos o plano à câmara, porque a lei prevê que ele seja aprovado até 1 de agosto, e tínhamos que trazê-lo já. Temos esta recomendação da Assembleia Municipal e estamos a estudar a questão do transporte escolar. Sei que a Cármen bem disse que não encarava a questão da portaria como uma desculpa para não se implementar o transporte gratuito, a verdade é que no nosso orçamento para 2022, que foi aprovado aqui também na Assembleia Municipal, ainda não tínhamos previsto verba para a comparticipação dos 50% para o transporte. A portaria é realmente importante, porque sabemos que há municípios que têm uma grande capacidade ou uma boa capacidade financeira para acolher competências que até podem nem ser deles e conseguem dar essa resposta, há outros que têm mais dificuldades. Estávamos muito ansiosos pela questão da portaria, não só no caso dos transportes escolares, mas no resto do decreto-lei todo que faz com que o decreto seja amputado, portanto, temos o decreto 21/2019, está em funcionamento pleno desde abril para todos as autarquias do nosso concelho, mas faltam-lhe sair 5 portarias, uma delas é a dos transportes escolares. Penso que hoje, também, vem uma moção a esta Assembleia Municipal que não tem exatamente a ver com a questão do transporte escolar, mas tem a ver com a questão dos transportes e com tudo aquilo que falou relativamente às questões da mobilidade e o que lhe posso dizer é que o Executivo está empenhado em resolver esta questão. Agora para 2022 não seria possível, porque a receita que lá está, como você diz que está aqui tudo a 100%, no Plano de Transportes temos que pôr a despesa total que será realizada e depois entra na receita a comparticipação ainda dos pais. Acho que faz todo o sentido que o transporte venha a ser gratuito, uma vez que estamos a falar do ensino obrigatório até ao 12º ano. Agora temos que ajustar aquilo que é a legislação àquilo que são as práticas e àquilo que são os financiamentos, porque o financiamento não é de menor importância e não vou dizer que seja impeditivo, mas estamos a falar de mais uma situação em que alguns se demitem das suas obrigações neste processo e que sobrecarregam outros com competências que não eram suas e que agora passam a ser. Efetivamente a competência dos transportes escolares é da câmara, não estou a dizer que não é, mas era na medida de 50%, a legislação altera e tem que haver um acompanhamento, do nosso ponto de vista, também do Governo Central. É esta a nossa posição e ainda hoje estivemos numa reunião, eu e o Sr. Presidente da Câmara, na CCDR com todos os Presidentes de Câmara da Área Metropolitana, com a Sra. Ministra da Coesão Social e da Saúde a discutir as questões da descentralização e a questão do transporte escolar foi também prometido pela Sra. Ministra que está a ser tratada.

Estas são as informações que tenho para dar e fica, também, aqui o desafio de podermos-nos juntar também para as questões da educação, não só para estas, mas para todas as outras das articulações que podemos fazer em relação às matérias que vocês defendem e que realmente devem de entrar, também, nas escolas.

Mariana Crespo (PAN) – Só para esclarecer aqui e agradeço a sua intervenção. Estou aqui um bocadinho confusa e queria só esclarecer se efetivamente o motivo de não se avançar para a comparticipação a 100%, tem única e exclusivamente a ver com o orçamento, com a remuneração. Referiu que municípios com mais dinheiro, digamos assim, com mais orçamento têm conseguido avançar, mas a verdade é que temos exemplos de outros municípios que o têm feito, Amadora, Torres Vedras, Mafra, Coimbra, Santo Tirso, Figueiró dos Vinhos, Alvito, Lagoa, não acredito que todos eles sejam mais ricos do que Setúbal. Também me causa aqui alguma estranheza, e isto já é mais um comentário, porque, quando esta recomendação foi apresentada pelo PAN a bancada da CDU, até um pouco ofendida, disse que esta recomendação não trazia nada de novo, estou a citar, *“O Município de Setúbal já se encontra a desenvolver esta proposta para que, no ano de 2022/2023, os alunos tenham o transporte escolar gratuito também no ensino secundário”*. Contudo, e, como já aqui foi referido, apesar desta recomendação ter sido aprovada por unanimidade em março, agora na reunião de câmara no dia 15 de junho quando isto foi aprovado não houve comentário nenhum, não houve sequer nenhuma justificação do executivo para não avançar e também não houve aqui nada, nenhuma palavra da oposição, portanto, esta é a parte do meu comentário.

Quero então, só pedir novamente o esclarecimento, o não avançar com esta recomendação já para 2022/2023 tem única e exclusivamente a ver com verbas?

Vice-Presidente da Câmara – A resposta está dada, mas posso reforçar aquilo que disse à deputada, que não é exclusivamente a questão do orçamento, é claro que não prevemos no orçamento de 2022 este subsídio a 100% para o transporte escolar e nessa altura quando lhe deram essa resposta, foi porque estávamos na expectativa que, passados 2 anos da publicação de um diploma, já estivesse mais do que na hora das portarias que o regulamentam terem saído. Já estamos a entrar no 3º ano e ainda por cima já estamos em execução por todas as autarquias da delegação de competências na educação e já está mais do que na hora de que todas as portarias que regulamentam aquele decreto-lei estejam em vigor, era natural que esta dos transportes também já pudesse estar e infelizmente ainda não está.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

Presidente da Mesa – Vou só referir que neste período temos aqui dois requerimentos do Partido Socialista que já foram endossados ao executivo, um era sobre o expediente entre a Câmara Municipal e o IHRU sobre a Quinta do Garim e o outro sobre a situação atual das colónias dos gatos na Arrábida. Julgo que a intenção não era discutir, era remeter e obter respostas, mas em todo o caso julgo que é boa prática que um requerimento dos grupos municipais seja distribuído por todos os membros da Assembleia, porque o assunto não é de interesse particular, é de interesse coletivo, uma vez que só tratamos de interesses coletivos aqui na assembleia e informamos, agendamos ou referimos nas reuniões que sucedem a estes requerimentos individuais.

Luís Maurício (CH) – Senhor Presidente, hoje trago aqui um tema que, para mim é muito chato, mas tem de ser resolvido e aqui em plena Assembleia Municipal é que resolvemos os problemas.

O assunto que aqui trago, foi uma das considerações que o líder da bancada do PSD, Nuno Carvalho, disse em plena Assembleia da República, em que falou no meu nome sem me poder defender, considero, no mínimo, um ato de cobardia. Pois falar de mentiras na Assembleia Municipal é algo que não fica muito bem. Contudo, deve ficar esclarecido nesta casa, gostava que o líder da bancada da CDU falasse dos acordos que tem feito com o partido CHEGA, em especial com a minha pessoa Luís Maurício. O CHEGA fala só a uma voz, só tem um líder, aqui não existe CHEGA da Madeira, nem CHEGA dos Açores, nem CHEGA de lado nenhum, é o CHEGA Nacional. Em todas as votações somos só um partido, sabemos que estamos a incomodar muito o PSD, porque somos a única oposição, agora num debate em que o senhor deputado para se defender, tem de falar no meu nome, ainda por cima que faço acordos com a CDU, gostava que o líder da CDU dissesse que acordos é que já fez com o CHEGA e especialmente com a minha pessoa.

Nuno Carvalho (PSD) – É muito rápido Sr. Presidente, é só fazer a defesa da honra, porque o que é falado no Parlamento é gravado, nunca falei e, portanto, está feito a defesa. Isto é mentira, nunca falei no nome, não está gravado em lado nenhum.

Luís Maurício (CH) – Então o senhor deputado há de ter essa conversa com o senhor deputado Bruno Nunes, há de ter essa conversa no Parlamento com eles vários, que vários eles, se é mentira. O Grupo Parlamentar do CHEGA depois há de conversar consigo em plena Assembleia da República. Eles próprios é que transmitiram que disse sobre os acordos com a CDU, disse a todos eles várias vezes que o CHEGA faz acordos com a CDU e ainda por cima que o fundador do CHEGA faz acordos com a CDU, eles ficaram a olhar para si com caras de parvo e agora diz que não disse, algo está errado e não acredito que vários deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA estejam a mentir.

Presidente da Mesa – Estamos a ouvir falar de assuntos que são do âmbito da Assembleia da República, como compreendem a Assembleia Municipal não pode fazer de comissão arbitral daquilo que se passa entre os deputados da Assembleia da República, terá que ser lá esclarecido, façam favor de o esclarecer.

Vítor Rosa (BE) – Dada a não resposta na última Assembleia Municipal à questão de que, por várias razões, os setubalenses têm cada vez menos acesso às praias do seu concelho, reiteramos novamente a pergunta que fazemos em jeito de recomendação à câmara e que é a seguinte, se o executivo é capaz de propor às Câmaras Municipais de Alcácer do Sal e de Grândola, Câmaras de governação CDU também, se em conjunto conseguem alterar, junto do concessionário, alguns destes preços e que não seja esta uma decisão definitiva e, por outro lado, se também em conjunto conseguem propor na AML a extensão do passe navegante nas ligações entre Setúbal e Troia.

Marlene Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – A comunicação social tem recentemente noticiado uma redução no Programa de Apoio Alimentar pela POAPMC. Sabemos a dificuldade que têm, neste momento, em dar resposta à procura de apoio alimentar, por isso esta notícia é bastante alarmante, pergunto assim se a Câmara Municipal tem mais alguma informação acerca desta situação que está a ser noticiada.

António Costa Ferreira (PSD) – Quero falar um pouco sobre algo que nos preocupa, a problemática do novo estacionamento tarifado concessionado em fase de implementação na cidade e que tem gerado insatisfação aos setubalenses, causando transtornos, prejuízos sérios e que são do conhecimento público. Situação essa, provocada por um lado decisório de gestão da CDU na Câmara Municipal. Vou fazer duas perguntas e um apelo, neste caso à Sra. Vice-Presidente da Câmara, já que o Sr. Presidente não está presente.

Se não considera uma falha de gestão da Câmara Municipal CDU, o facto de não ter de forma pró-ativa, definido e aprovado antecipadamente na Câmara Municipal, as zonas especiais de estacionamento previstas na alínea a) e b), do artigo 3º e dos artigos 10º e 11º do Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado e de Duração Limitada do Concelho, em vigor. Bem como definir as respetivas características, a sua identificação, sinalização informativa e serem amplamente publicitados para o efeito, evitando assim alguns transtornos, dissabores e sacrifícios aos setubalenses.

A segunda pergunta, se não considera também uma falha na gestão da Câmara Municipal CDU não ter definido e aprovado a priori na Câmara Municipal os locais de estacionamento temporário definidos para as operações de cargas e descargas temporários, destinados a operações, de acordo com o artigo 40º do Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado de Duração Limitada, bem como fixar os horários respetivos, proceder à sua identificação, sinalização informativa e ainda possibilitar publicitá-los devidamente para o efeito e assim facilitar a vida aos setubalenses e encorajar a economia local na baixa. Por último, faço um apelo por Setúbal, o PSD como fez no passado e agora também o faço, na qualidade de engenheiro, num grito de consciência e de alerta pelos setubalenses e por isso apela-se à sua sensibilidade pessoal, neste caso está dirigido ao Sr. Presidente, que sendo um verde ecologista que o Sr. Presidente reequacione a solução dos parques subterrâneos de estacionamento tradicionais a executar na

Avenida Luísa Todi, mandando efetuar um estudo de análise e custo benefício credível que, justificadamente, possa ocorrer a troca dos parques de estacionamento enterrados por soluções modernas em altura, integradas arquitetónica e urbanisticamente e, sobretudo, em defesa da nossa cidade resiliente e sustentável.

Esta alteração, no entender do PSD, fará todo o sentido ainda neste tempo e por isso deve ser equacionado rapidamente, não só pelos aspetos económicos, mas também pela solução técnica alternativa que melhor salvaguarde os impactos negativos devido às alterações climáticas pré anunciadas até 2050 e ainda diminuir o acrescido risco de inundações que vai provocar estas construções enterradas de grande dimensão na zona da Baixa da cidade de Setúbal, questão crucial e essencial para uma ajustada decisão política, já que não são conhecidos e nem foram divulgados estudos hidrogeológicos adequados e geotécnicos locais específicos.

Ana Rita Drouillet (CDU) – O respeito pelos princípios do direito internacional, conforme a carta da ONU, e constantes na Ata final da conferência de Helsínquia é o caminho para garantir a paz, a segurança, a cooperação, a justiça e os direitos dos povos. É imprescindível e urgente que as autoridades portuguesas não contribuam para a escalada da confrontação e da guerra, mas para a criação de condições de diálogo que garantam o estabelecimento de um clima de confiança com vista à criação de um sistema de segurança coletiva, a uma ordem internacional capaz de assegurar a paz, a justiça na relação entre os povos.

No espírito deste princípio, preocupações e considerações, apelamos a todos os que aspiram à paz a participar na ação que terá lugar amanhã, dia 25, pelas 15 horas, na rotunda do Marquês de Pombal em Lisboa.

Manuel Esteves (PS) – Senhor Presidente tenho aqui três questões que me foram apresentadas por munícipes de Azeitão, que se reportam novamente e mais uma vez aos contentores do lixo. Os contentores do lixo estão todos estragados, partidos e além do mais existe falta de limpeza. Também dizer que um carro da Câmara, no dia 25 de maio, foi levantar alguns entulhos de uma obra na Rua Serafim dos Santos, número 30, em Pinheiros de Azeitão e no regresso encostou-se ao muro da moradia com o mesmo número e partiu o muro. A casa é de um velhote de oitenta e tal anos, o qual me pediu encarecidamente para hoje apresentar aqui a questão. Segundo parece, a Junta de Freguesia tomou conhecimento, disse que ia dar andamento à questão e até hoje ainda não conseguiram dar resolução e o muro está a cair e é uma grande preocupação para aquele munícipe.

Quero, também, dizer que me chegou, por parte de munícipes dos Brejos de Azeitão, mais propriamente algures na Rua Florbela Espanca, uma grande ninhada de gatos selvagens e que andam por ali mais de 12 ao abandono. Ver se haverá algum entendimento com a Câmara ou com a Junta de Freguesia para tomarem as devidas providências.

INTERVENÇÃO DO EXECUTIVO

Vice-Presidente da Câmara – Querida, porque me esqueci, peço desculpa, informar todos os membros da Assembleia que o Sr. Presidente da Câmara está neste momento a receber a Direção do Clube das Mais Belas Baías aqui em Setúbal e por esse motivo é que não está presente nesta reunião.

Vou dar aqui algumas respostas e depois iria passar a palavra aos outros membros do executivo.

Começava aqui pelas questões do senhor Manuel Esteves, no final da sessão poderá indicar-me o nome da pessoa e a morada para verificar se já foi feito algum procedimento na Câmara Municipal. Temos seguros relativamente a acidentes ou a problemas decorrentes da nossa atividade e se os serviços confirmarem essa questão, iremos acionar o nosso seguro para proceder à reparação do muro do senhor. Se me puder fazer chegar o nome do senhor e a morada para podermos fazer essa averiguação e conseguir saber alguma informação. Não sei se o senhor chegou a reclamar, se não chegou a reclamar.

Relativamente à colónia de gatos, vou transmitir esta informação ao serviço competente para poderem fazer uma avaliação.

Quanto aos contentores, neste momento, estamos a fazer algumas alterações em Azeitão no que aos resíduos diz respeito e estamos a implementar o “porta a porta” já em muitas zonas de Azeitão, nomeadamente na questão dos orgânicos. Relativamente aos resíduos indiferenciados, estamos a caminhar nesse sentido e, provavelmente, muitos daqueles contentores de 800 litros que tradicionalmente vemos na via pública tenderão a desaparecer, assim como alguns ecopontos, porque também a AMARSUL está a acompanhar este processo e a fazer, neste momento, a entrega de contentores para serem recolhidos porta a porta, quer o cartão, quer as embalagens.

Estamos nesta fase de reavaliação de tudo o que é matéria de gestão de recolha, nomeadamente na freguesia de Azeitão, mas tomei aqui boa nota daquilo que o senhor deputado informou para tomarmos também algumas medidas.

As outras questões que foram aqui colocadas, nomeadamente as do estacionamento e do passe navegante, pedia à Sra. Vereadora Rita Carvalho para responder, e quanto às questões relacionadas com o Programa Alimentar, ao Sr. Vereador Pedro Pina.

Vereadora Rita Carvalho – Relativamente às questões do estacionamento tarifado, esta é uma discussão que não é a primeira vez que é trazida à Assembleia Municipal, é pelo menos um assunto que tem estado na ordem do dia nos últimos tempos.

Efetivamente é uma medida que não é fácil de implementar, ninguém gosta de a implementar, é uma necessidade e é imperativo que as cidades regulem a forma e as condições de estacionamento nas suas áreas urbanas mais densas. Portanto, era inevitável avançar para uma forma de organização de estacionamento que garantisse as condições para todos os outros que não são os condutores e os utilizadores de automóveis.

A Câmara Municipal tem vindo, nos últimos anos, a tomar inúmeras iniciativas de valorização do espaço público, valorização das condições de circulação rodoviária, valorização das questões ambientais e esta é uma das medidas complementares que garante, não só, a regulação do espaço público, algum condicionamento à utilização do transporte individual, que sabemos que não será eliminado, mas que tem que ser regulado, e o garante das condições ambientais que, como falou na sua intervenção e bem, das ditas alterações climáticas que hoje já se fazem sentir.

Devolveria a si como resposta à pergunta que me colocou e às outras bancadas, que medidas consideram que podem ser aplicadas para regular as condições e a forma de estacionamento nas áreas urbanas, conhecendo aquilo que é a realidade da cidade de Setúbal e aconselhando aquilo que são as práticas de utilização do transporte individual em Portugal. Como sabe, o Governo português assumiu junto da Comunidade Europeia, junto da União Europeia, reduzir 40% das emissões de dióxido de carbono até 2025 e todos sabemos que a área dos transportes é a área que mais contribui para a redução ou ampliação das condições dos dados resultantes da monitorização das alterações climáticas e das questões ambientais. Responderia que não é um processo fácil, não é um processo agradável, é um processo que é inevitável em Setúbal e na maioria das cidades deste país, e não só deste país.

Devolveria com uma pergunta, o que é que se pode fazer, ou que medidas considera que se podem aplicar para que não seja assim que se regula o transporte individual?

Sobre a questão da criação de bolsas específicas para residentes, quando fez referência ao artigo, que não fui procurar o que é que era o artigo, ela só pode acontecer na existência de uma concessão. Já agora deixe-me só dizer, o estacionamento tarifado salvaguarda os residentes, porque têm condições de estacionamento em toda a área tarifada e obrigam a uma circulação e a uma rotatividade dos outros automóveis. Sobre os lugares de estacionamento de cargas e descargas, como sabe há inúmeras na cidade, fazemo-lo a pedido ou por iniciativa própria, não conseguiremos responder a todas as necessidades de cargas e descargas de um estabelecimento que hoje existe aqui, que amanhã fecha e pode abrir noutra local. Para além disso, há um regulamento de cargas e descargas que privilegia que as mesmas sejam feitas em horário definido, sobretudo, nos picos do início da manhã e nos picos do fim da tarde.

Vereador Pedro Pina – Esta é uma matéria que levou a Câmara Municipal a solicitar uma reunião ao Centro Distrital de Segurança Social, o POAPMC, como sabemos, é um programa que no quadro do território de Setúbal tem uma implicação muito significativa, sendo no caso de Setúbal a entidade gestora a Associação Batista Shalom com um conjunto de entidades parceiras que contribuem para o seu desenvolvimento.

É um programa que as instituições, no quadro da rede social, têm manifestado preocupações pela forma como ele é desenvolvido, embora responda objetivamente a um número muito elevado de famílias. Ele tem em si mesmo um conjunto de fragilidades, nomeadamente fragilidades administrativas que são comumente reconhecidas e, portanto, as notícias que foram veiculadas têm uma parte de verdade e outra parte que não corresponde à realidade. A parte da verdade é que efetivamente tem faltado um conjunto de bens àquilo que é o cabaz comum e que é distribuído às famílias, que decorre de um conjunto de circunstâncias e também de alguma dificuldade em alguns dos alimentos e isso efetivamente corresponde a uma realidade.

Aquilo que nos foi informado, por parte da Segurança Social, e que nos parece também importante aqui partilhar com os senhores deputados é que nenhuma família estará privada do acesso aos bens alimentares, independentemente desta circunstância. Portanto, que se tratará de um processo de reconversão e que com o período do Covid houve necessidade de cruzar aqui um conjunto de informações que, durante este período, não foi possível e que, neste momento, o Centro Distrital de Segurança Social e as respetivas entidades estão num processo para considerar uma base de dados no sentido de poder agilizar o processo.

No período pandémico mais gravoso a Câmara Municipal instituiu uma linha de apoio alimentar, e que mantém, e que, neste momento, continua a corresponder a um conjunto muito elevado de famílias que nos continuam a solicitar. Famílias essas que são encaminhadas pela própria Segurança Social, considerando que o processo é muitas vezes moroso e uma situação de emergência alimentar não pode estar dependente de 15 dias, um mês, porque as pessoas precisam, obviamente, dessa resposta.

Foi importante este esclarecimento, sentimos da parte da Segurança Social vontade, também, de este processo ser um processo que estará a resultar e a ser resolvido, mas demonstrando, também, preocupação, sobretudo com aquilo que são as circunstâncias e que temos vindo a tomar nota com grande procura da resposta alimentar. Estaremos disponíveis para, em concertação com a própria Segurança Social, encontrar aqui caminhos que, de alguma forma, possam enfrentar ao problemas e que continuemos aqui a confrontar o território de Setúbal, mas pensamos que a Segurança Social está a par da situação e que algumas das respostas serão esclarecidas de uma forma cabal e que não tratará objetivamente de um corte no que diz respeito aos bens, mas sim de um cruzamento de informação para que as listagens sejam feitas de uma forma mais coerente. Isto não invalida que o próprio POAPMC tenha que ser revisto, nomeadamente naquilo que diz respeito ao seu processo burocrático que é pesado e muitas vezes não responde às necessidades mais prementes das pessoas.

Luís Maurício (CH) – Relativamente à resposta da Sra. Vereadora sobre o estacionamento, isso é tudo muito giro, mas é quando a rede de transportes funciona, mas a rede de transportes não está a funcionar, quer dizer que as pessoas têm na mesma que levar os carros para o centro da cidade.

Já trouxe da outra vez, para aqui, a questão de falar sobre algumas exceções de algumas profissões, e acho que este executivo tem de pensar mesmo nisso. Esta semana recebi novamente muitos e-mails da Associação dos Polícias, porque as nossas forças de segurança estão com problemas para estacionar. Os Polícias que entram às 17h00 não têm onde estacionar o carro e os que saem à uma da manhã não têm transporte para ir para casa, por isso, o executivo devia de arranjar alguma maneira para fazer o regime de exceção para algumas profissões, uma vez em que numa profissão em que se entre às 9 da manhã e saia às 17h00 ou às 18h00 tem sempre transporte, agora uma profissão em que se entre às 16h00 ou 17h00 e saia à 1 ou às 2 da manhã, já não têm transporte para ir para casa. É essa parte que o executivo tem que pensar.

António Costa Ferreira (PSD) – Não me respondeu ao apelo do estacionamento subterrâneo, por outro lado não convence e acho que não vai ao encontro daquilo que está na norma do artigo 10º, vou ler o que é que está regulamentado: “São áreas delimitadas no interior das zonas de estacionamento de duração limitada, bolsas de estacionamento devendo definir as respetivas características de exploração e horários de funcionamento.”, portanto, isto é uma iniciativa que o município tem que tomar.

Mas isto não é para residentes, porque o art.º 11º é que é para residentes. O que está factualmente no regulamento, são normas.

Vítor Rosa (BE) – Só para registar que, na última assembleia, não houve resposta à questão levantada sobre o preço dos ferries e as medidas que a câmara poderia tomar e novamente, nesta assembleia, o executivo continua a não responder à mesma questão.

Luís Maurício (CH) – Gostava que o executivo respondesse à questão que fiz, se podemos fazer alguma exceção.

Vereadora Rita Carvalho – O CHEGA fez uma proposta à câmara, a proposta será avaliada no momento oportuno assim que se perceber as necessidades específicas. Para nós não é claro uma necessidade específica, neste momento, de acordo com a informação que temos e com a articulação que temos com a PSP. Considera-se como uma proposta que não se responde que sim ou que não, mas que merece ser avaliada como todas as outras que chegarão ou que já chegaram à Câmara.

Senhor Presidente, pedia uma exceção para responder à questão do passe navegante colocada pelo deputado do Bloco de Esquerda, que de facto foi lapso meu.

Essa questão já foi identificada junto da Área Metropolitana e do Transporte Metropolitano de Lisboa, foi identificada inclusivamente com a Autarquia de Grândola. Como sabe há uma concessão dos ferries e que tem associado ao resgate da concessão impactos financeiros que têm de ser ponderados e assumidos ou por quem fez a concessão ou por quem faz o resgate da concessão. Ainda que, tanto a Câmara de Setúbal como a Câmara de Grândola, tenham todo o interesse em fazer o resgate, têm que ser ponderadas as condições e a forma em que o mesmo pode ser feito.

Luís Maurício (CH) – Então faço-lhe uma pergunta, uma vez que sou funcionário da Atlantic Ferries, porque é que nunca fizeram uma reunião com a Atlantic Ferries? Porque é que nunca pediram uma reunião com a Atlantic Ferries?

Vereadora Rita Carvalho – Tivemos várias reuniões com a Atlantic Ferries.

Luís Maurício (CH) – A Diretora Geral da Atlantic Ferries diz que nunca foi contactada, nem nunca falou com a Câmara de Setúbal e que a Câmara de Setúbal nunca tentou entrar em nenhum acordo, nem conversar, nem nada disso. A Diretora Geral da Atlantic Ferries deu esta resposta há 15 dias.

Presidente da Mesa – Também não somos comissão paritária, nem arbitral, mas também não fazemos investigação aqui na assembleia.

Vereadora Rita Carvalho – Fez-se várias reuniões com a Atlantic Ferries e com a APSS que foi quem fez a concessão.

1. **Requerimento** “Solicitação do expediente entre a CMS e o IHRU sobre a Quinta do Garim” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Presidente da Mesa – Foi endossado ao executivo, como tinha referido no início deste período.

2. **Requerimento** sobre a situação atual das colónias dos gatos na Arrábida (PS) (conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Presidente da Mesa – Foi endossado ao executivo, como tinha referido no início deste período.

3. **Recomendação** “Avançar – Por mais e melhores transportes” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Nuno Carvalho (PSD) – É só uma sugestão, se possível, como há duas sobre transportes, que a discussão de uma suceda à outra, eventualmente, para uma questão de eficiência de tempo e para não estarmos aqui a discutir duas vezes a questão dos transportes. É uma sugestão à assembleia e ao Presidente. Vamos discutir uma a seguir à outra e os tempos diferentes e se puder haver aqui, eventualmente...

Presidente da Mesa – A discussão ser conjunta, mas serem votadas separadamente.

Nuno Carvalho – Separadamente sempre, mas permitir a discussão das duas, acho que seria benéfico para os trabalhos se, eventualmente, assim o queiram.

Presidente da Mesa – A Mesa não tem nenhuma objeção, depende da forma como os senhores deputados quiserem intervir, podem intervir sobre as duas, podem intervir sobre uma, mas depois temos que votar separadamente.

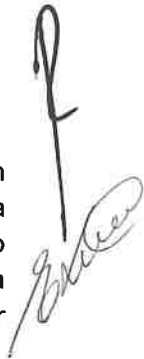
Paulo Lopes (PS) – Efetivamente penso que é boa política podermos aqui discutir as duas recomendações, porque elas cruzam-se e em alguns dos casos até propõem questões muito parecidas e, portanto, julgo que podemos até tentar melhorar aquilo que entendemos que pode ser melhorado.

Em relação à recomendação da CDU, revemo-nos inteiramente nela, entendemos que este modelo de mobilidade tem que ser uma grande aposta e é seguramente a grande aposta do futuro das grandes cidades e que tem que ser visto num conjunto e, por isso, faz todo o sentido que seja feito no órgão, que é a Área Metropolitana. Houve uma grande revolução que foi o passe navegante, esta criação dos Transportes Metropolitanos de Lisboa é um passo seguinte para a prossecução dos objetivos que todos nós queremos, no entanto, não começou bem. Efetivamente há um reconhecimento de que houve falhas graves que levaram a que a população tivesse uma desconfiança muito grande e é preciso inverter a todo o custo esta desconfiança, porque esta é uma boa medida e este é o caminho correto e certo que devemos continuar a trilhar. Não podemos deixar criar esta má imagem por aquilo que foi uma falta de inação da empresa que ganhou a concessão. Julgo que a moção, tanto do PSD como da CDU, apelam a que o Presidente da Câmara, junto dos órgãos próprios, ou seja, da Área Metropolitana, mais concretamente da Comissão Executiva da Mobilidade Metropolitana, deveria ter acompanhado de forma mais competente a evolução e não ter deixado começar no dia um de junho se não estavam em condições para começar.

Aqui entendemos que houve uma falha efetivamente e, portanto, penso que é importante perceber o que é que falhou, a que nível é que falhou, para podermos, também, corrigir e rapidamente transformar esta imagem que se tornou negativa naquilo que foi, se calhar, uma das maiores revoluções que aconteceu aqui na região em termos de mobilidade e que é altamente positivo.

Como estamos, também, a falar das duas moções, há só aqui uma questão de pormenor na moção do PSD e penso que está aqui um erro, quando falam em Comissão Executiva da Mobilidade de Lisboa, acho que é da Mobilidade Metropolitana. Estive a confirmar, acho que era só emendar essa.

Em relação ao ponto 3 da parte deliberativa, entendemos que fala sobre a avaliação do grau de eficácia da compatibilidade da estação intermodal e da satisfação dos seus utilizadores, julgo que isto é um exercício interessante de se fazer, mas não quando começou agora e começou mal, quando objetivamente todos sabem ou sentem que começou mal.



Julgo que é um objeto muito interessante para se fazer daqui a 6 meses ou um ano, neste momento em que as coisas estão a correr mal, obviamente que o resultado vai ser negativo, não é preciso nenhuma auditoria externa para chegar a essa conclusão. Se era este o objetivo, mas o deputado Nuno Carvalho poderá depois também explicar se é algo mais do que isso, mas aquilo que peço, se for essa a questão, era que se retirasse o ponto 3 para já, não quer dizer que daqui a uns meses não pudesse trazer para se fazer essa avaliação.

Vítor Rosa (BE) – Julgo que as duas, e adianto já o sentido de voto do Bloco, que votaremos a favor destas duas recomendações pela importância que tem este tema à população do nosso concelho, no entanto, acho que há aqui duas nuances a referir. O PSD na sua recomendação pede apenas responsabilidades à AML e à entidade TML, sendo justas, é certo, mas esquece, também, aqui o papel e os erros do concessionário no arranque relativamente ao nosso concelho. Em contrapartida, a CDU desvaloriza, e mal na nossa opinião, esses erros cometidos pela própria AML e TML na apreciação do arranque desta nova fase dos transportes públicos e da mobilidade aqui no nosso concelho.

Deixava em relação à do PSD, acrescentar também a nossa opinião, mais do que recomendar ao Presidente as iniciativas agora propostas, que solicite uma reunião da Comissão de Urbanismo e Mobilidade com o 1º Secretário da AML e com o Sr. Presidente da Comissão Executiva da Mobilidade Metropolitana de Lisboa e dessa forma valorizar o papel desta assembleia, algo que o PSD anteriormente já tinha feito quando trouxe aqui o 1º Secretário da AML.

Simão Calixto (CDU) – Só algumas questões sobre as duas recomendações. Começando pela do PSD, a nossa proposta era que o PSD pudesse reavaliar o ponto 3 no sentido em que este Plano de Mobilidade que, também, foi aprovado pela Assembleia Municipal em 2018 e que para existir uma aferição da eficácia esta deverá acontecer num prazo mais largo de 12 ou 24 meses, não num período tão curto em que, de facto, se verificou uma série de problemas e que a própria operadora tem no seu contrato a questão de prever a adequação dos horários onde se justifique em articulação com a TML. Isso é um bocadinho a resposta levantada em algumas questões na recomendação da CDU. De facto, houve estes problemas no início da operação, queremos-os resolvidos e servir um bocadinho de piloto, também, para que os outros municípios não tenham, naturalmente, estes problemas.

Flávio Lança (IL) – Umhas palavras relativamente a ambas as recomendações, estamos obviamente de acordo, acho que é consensual que temos que avançar nos transportes, é inequívoco, os transportes mais verdes e isso é bom para a cidade, mas como todos também já disseram isto foi algo que não correu bem. Em ambas as recomendações acho que deveríamos procurar um pouco mais além, porque, na prática, estamos a olhar para aquilo que correu mal, mas não conseguimos perceber qual é o plano para que corra bem e o PSD, efetivamente, quando pede aqui a auditoria externa, julgo que é esse o caminho que pretende, é fazer o diagnóstico para se criar um plano que ainda não foi publicitado pelo próprio executivo. Julgo que é fundamental, porque passaram-se 24 dias e continuam a se ver os municípios a queixarem-se com problemas nos transportes e era isso que deixava aqui, também, a título de recomendação. Não tendo feito nenhuma recomendação sobre este tema, é que rapidamente se crie um plano que indique quando é que esta situação fica resolvida, porque ainda não é visível para ninguém, quando é que teremos este problema resolvido.

Paula Soeiro (PSD) – Ouvindo as várias intervenções o grupo municipal pretende então, se houver essa possibilidade, não retirar do ponto 3, mas que se avalie anualmente e durante um período mínimo de 3 anos a eficácia da compatibilidade intermodal, e evidentemente nos outros 2 parágrafos uma correção, não é de Lisboa, mas da AML.

Presidente da Mesa – Comissão Executiva da Área Metropolitana de Lisboa, é isso que queria dizer?

Paula Soeiro (PSD) – Sim!

João Luz (CDU) – Duas questões, uma primeira, a da necessária valorização da solução encontrada e de facto, manifestar o nosso acordo com a ideia de que estamos perante aquilo que é talvez das maiores revoluções no sistema de transporte público, num caminho de tornar efetivo para a maioria da população. Isso, apesar das dificuldades e dos problemas verificados num primeiro momento, não nos parece que possa ser colocado em causa.

A segunda questão é que o plano para a correção dos problemas verificados está patente e penso que, no quadro até da recomendação que apresentámos, esse plano está previsto, que é a exigência do cumprimento integral dos compromissos que a operadora assumiu no âmbito do concurso e o cumprimento do caderno de encargos.

Há um concurso público, as empresas concorreram, determinaram um conjunto de obrigações respetivas, obrigações e direitos do ponto de vista contratual e é isso que têm que cumprir, horários, carreiras, percursos, portanto, há um conjunto de matérias em que as entidades públicas têm, de facto, que obrigar contratualmente a que estas entidades as cumpram. Este é o elemento central.

Quanto à questão do ponto 3 da recomendação do PSD, o que se coloca, no nosso entendimento, é que aprovámos na Assembleia por unanimidade um Plano de Mobilidade, esse plano prevê avaliações permanentes de um conjunto de matérias, designadamente das soluções encontradas. Portanto, não se trata de solicitar auditorias externas, mas de cumprir o plano monitorizando em cada momento e nos momentos em que o plano o prevê, as soluções que ele previu e que estão concretizadas, designadamente no interface intermodal na Praça do Brasil.

Paulo Lopes (PS) – Muito rápido, só para dizer que, concordando com as palavras do deputado João Afonso Luz, efetivamente algo falhou nesse acompanhamento, ou na Comissão Executiva ou nos Transportes Metropolitanos de Lisboa e é preciso averiguar que o acompanhamento futuro não volte a falhar.

João Luz (CDU) – É só para confirmar, tinha ideia de ter sido explícito na ideia, mas corroboro essa ideia plenamente.

Presidente da Mesa – Creio que podemos agora votar uma a uma, esclarecendo o suficiente aquilo que são as alterações de redação na recomendação do PSD. Tanto quanto entendi no ponto resolutivo da recomendação, na terceira linha, será “*Comissão Executiva da Autoridade da Área Metropolitana de Lisboa*” que se se pretende invocar e no último parágrafo que a entidade independente avalie anualmente a eficácia da compatibilidade intermodal, é isso? E isto resolve a questão?

Paula Soeiro (PSD) – Exatamente.

Presidente da Mesa – Anualmente, durante três anos ou até três anos.

Antes da votação, permitam-me esta liberdade de fazer um pequeno comentário. Este lote 4 que inclui o Município de Setúbal, a ser brindada pelos operadores dos Transportes Metropolitanos de Lisboa com o privilégio de conseguir antecipar a operação. É verdade que correu mal, mas a ânsia de conjugar, às vezes, fatores que operacionalmente são incompatíveis, por exemplo um facto muito simples, no dia 31 de maio todos os trabalhadores da TST que estavam a trabalhar numa empresa com uns horários, com um sistema, no dia um passaram a trabalhar para outra empresa com outros horários, com outro sistema. Deveria ter havido a previsão do período de transição. Parece-me suficientemente óbvio para explicar que a boa vontade esbarrou numa falha operacional.

Agora podermos apurar tudo e mais alguma coisa, naturalmente, e convém que se apure, porque estas situações têm que resultar operacionalmente bem, mas depois não são os decisores políticos que podem ser chamados à responsabilidade, pelo menos, têm que ser os operadores que planearam mal e houve aqui um mau planeamento que é óbvio e que naturalmente veio causar uma mozza na imagem de um serviço público que todos estamos a aplaudir com toda a boa vontade, mas ao longo do tempo, o resultado virá.

Isto é só um comentário para evitar de estarmos a carpir sobre aquilo de que o nosso povo, os utilizadores dos transportes públicos tiraram um grande benefício, apesar de o primeiro passo ter corrido mal. Se fôssemos todos ciganos o que é que se diria? Se calhar, o final vai ser bom, porque os bons princípios, às vezes, dão bons resultados.

Bom, mas chega de documentário, vamos passar então agora a votação da primeira recomendação apresentada pela CDU.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Recomendação** “A melhoria dos Transportes Públicos do Concelho” (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

António Costa Ferreira (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Ao contrário daquilo que o senhor deputado do PCP disse, não estamos, portanto, a pôr em causa a solução, por isso, defendemos esta recomendação para que a discussão e a votação dessas mesmas conclusões viessem a esta assembleia para assim podermos todos tirar conclusões. Para isso temos que saber o que se passou efetivamente para apuramento dos factos, ou as razões da sua casualidade e pedir as devidas responsabilidades, porque isto não pode acontecer nos dias de hoje.”*

5. **Recomendação** “Implementação de uma campanha CED (captura-esterilização-devolução) para as colónias de gatos existentes no Parque Natural da Arrábida” (PAN) (conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Eunice Pratas (PS) – A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal, obviamente, que votará favoravelmente esta recomendação, tanto que na Assembleia Municipal do dia 19 de novembro de 2021, levámos uma recomendação sobre o mesmo tema, como entregámos o requerimento esta quarta-feira, saber se já foram ou não tomadas medidas sobre esta temática.

Apenas um pequeno preciosismo na leitura desta recomendação, onde se escreveu felídeos, que seja substituído por grupos de gatos domésticos ou outro sinónimo, ou substantivo comum do plural, porque quando dizemos felídeos, abrange desde leões, lince e tigres e não está cientificamente correto. De resto, a recomendação parece-me muito correta e vamos votar favoravelmente.

Presidente da Mesa – Ajude lá, em que parágrafo e linha é que faz referência a felídeos?

Eunice Pratas (PS) – Quando diz *“atualmente na zona do Parque Natural da Serra da Arrábida verifica-se a existência de diversas colónias de felídeos”*, isto é cientificamente incorreto, porque referir diversas colónias de felídeos, parece que existe no Parque Natural da Serra da Arrábida, leões, lince-ibéricos.

Mariana Crespo (PAN) – No parágrafo diz *“felídeos”*, efetivamente não existem leões na Serra da Arrábida, aliás, os gatos são os únicos felídeos que lá existem, mas mude-se para gatos, pronto.

João Luz (CDU) – Tendo em conta aquilo que é o requerimento do Partido Socialista, que me parece interessante, sobre um conjunto de necessidade de atualização de dados e de verificação do que é que hoje no terreno já existe, quais as responsabilidades e o grau de capacidade da intervenção do Município de Setúbal nesta questão. A identificação dos números atualizados de gatos pertencentes a estas colónias, como é que tem sido a articulação com outros parceiros, ou seja, o Partido Socialista questiona, na nossa opinião bem, o executivo sobre um conjunto de dados necessários à tomada de posição sobre esta matéria, aparentemente está disponível para ainda sem resposta tomar já uma posição sobre a matéria.

Entendemos que a assembleia ganhava em obter resposta ao requerimento feito pela bancada do Partido Socialista, em conhecer este ponto de situação e a partir desse ponto de situação recomendar, se necessário, ao executivo um plano de ação para a resolução desta questão.

Mariana Crespo (PAN) – Tivemos, obviamente, em consideração a recomendação que foi feita, e bem, pela bancada do PS no dia 9 de novembro, e não foi por acaso que entendemos voltar a querer falar deste assunto em assembleia. A recomendação do PS, efetivamente, tinha no título a questão das colónias de gatos na Serra da Arrábida, mas depois o texto era mais geral e referia-se às campanhas CED realizadas no Município de Setúbal, que sabemos que têm estado a ser feitas, contudo, na Serra da Arrábida os animais têm estado a ser esquecidos. Sabemos que existe uma relutância do executivo em atuar especificamente nas colónias da Serra da Arrábida, daí, termos achado fundamental, trazer de novo a recomendação para discussão e com medidas muito concretas, muito específicas para uma atuação imediata e urgente nesta situação. Fica o esclarecimento.

Vice-Presidente da Câmara – Vamos fazer a resposta por escrito ao requerimento, até porque ele é um pouco extenso, mas quero dar aqui algumas informações e esclarecer relativamente a esta questão que a deputada Mariana está a colocar, como se o executivo tivesse e quisesse selecionar os sítios onde implementa o programa e isso não é correto.

Tivemos uma intervenção há pouco tempo no Hospital do Outão, foi identificada toda a Colónia, foram retirados muitos animais que estavam doentes, foram tratados, alguns, infelizmente, acabaram por não sobreviver. Esse trabalho foi feito especificamente em colaboração com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar e encontra-se a decorrer. Relativamente aos outros animais do nosso parque, eles já estão todos identificados pelos nossos serviços e até já temos o número de população em cada um dos sítios, nomeadamente na Albarquel e no Creiro. O que acontece é que já reunimos com o ICNF e o ICNF, embora admita que esses animais possam vir a ser esterilizados, não admite que sejam devolvidos no local, tendo em conta as questões da fauna que existe, da fauna nativa da própria Serra.

Estamos a aguardar uma outra reunião com o ICNF, porque, penso que é do conhecimento de todos, houve uma alteração das competências no âmbito da DGAV, houve competências que foram transferidas, também, para o âmbito do ICNF e a questão dos animais de companhia passou para o ICNF. Há aqui questões que têm que ser tratadas, estamos a aguardar, já pedimos a reunião em maio, achamos que brevemente essa reunião irá ser marcada, porque o que terá que acontecer, caso seja feita a campanha CED, caso os animais sejam retirados, é encontrar um local seguro para que os animais possam ser depois colocados.

Fizemos, por exemplo, há uns anos atrás um protocolo com uma associação no caso dos animais que tínhamos ali na Lisnave, fizemos em colaboração com a Lisnave e os animais foram encaminhados para essa associação, mas, neste momento, não temos solução para estes animais que ainda são bastantes. No nosso CROAC temos imensos, alguns até que são mesmo já nossos, como por exemplo, há lá um muito engraçado que não tem condições de ser adotado e já está por ali livremente. Criámos condições para os animais poderem circular livremente no nosso CROAC, mas também não temos condições para ir “acumulando” mais animais, até porque estes animais que estão neste ambiente dificilmente poderão ser adotados. Também não conhecemos o comportamento e temos que esperar e perceber como é que é o comportamento, portanto, diria que os serviços vão proceder à resposta de todas estas questões, mas não quero deixar passar em claro a afirmação da senhora deputada quando disse que a câmara teima em não fazer na Serra da Arrábida, não teima, isto está a ser tratado com o ICNF e existe esta recomendação por parte deles.

Mariana Crespo (PAN) – Eu e o PAN temos estado em contacto com vários dos cuidadores destes grupos, destas colónias, de referir, para que fique claro, que estes cuidadores são todos voluntários, que muitas vezes pagam alimentação, cuidados veterinários e até algumas esterilizações em animais que eles consideram que podem ser adotados e pagam do seu próprio bolso. São munícipes que têm os seus empregos e que assumem aqui competências que são do executivo para tentar resolver este problema.



Todos estes cuidadores demonstraram o maior interesse e disponibilidade em colaborar com o executivo e com várias associações do concelho de Setúbal para adotar os animais que são adotáveis, os mais meigos obviamente, e realocizá-los. Esse trabalho é possível ser feito por voluntários em que, obviamente, em parceria com o executivo. É um plano que facilmente é exequível e existe vontade, pelo menos, dos cuidadores nesse sentido. Quero só deixar aqui, também, essa informação.

Vice-Presidente da Câmara – Só para dizer que trabalhamos com “Animais de rua”, trabalhamos com a “Sobreviver” e trabalhamos com todos aqueles que nos têm vindo a indicar que no tratamento das colónias necessitam. Se a senhora deputada tiver esses elementos desses voluntários que, por algum motivo ainda não entraram em contacto com a Câmara, agradecia que nos fizesse chegar, porque o tratamento que temos, tanto com “Animais de rua”, como com a “Sobreviver”, como com outros cuidadores, também teremos com esses, com certeza, porque ninguém deve ser obrigado a suportar essas despesas relativamente a animais de rua e porque existem programas aos quais a Câmara tem aderido e tem vindo, como a senhora deputada reconheceu, a fazer trabalho.

Posso-vos dizer que só neste ano, no primeiro semestre, já fizemos cerca de 192 esterilizações, o ano passado fizemos 239, portanto, se mantivermos este ritmo quase que vamos duplicar o número de esterilizações neste ano. Somos os principais interessados, muitas vezes a dificuldade é conseguirmos apanhar os animais, ninguém melhor que os cuidadores que os conhecem e que os alimentam para poderem fazer esse trabalho e depois fazemos a esterilização. Se a senhora deputada tiver esses elementos, agradeço que me possa fazer chegar, porque assim também nos facilita o nosso trabalho.

Mariana Crespo (PAN) – Sim, farei chegar os contactos e os nomes de todos os cuidadores das colónias da Serra da Arrábida, bem como de todas as Associações que estão disponíveis para ajudar.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois deputados do PSD, Nuno Carvalho e Rita Sereno.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 14 votos a favor, 10 do PS, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, 22 abstenções, 17 da CDU, 4 do PSD e 1 do BE.

II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. **Moção “Em defesa do Serviço Nacional de Saúde”** (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Obviamente, teremos de objetar a mais uma jura de amor da CDU que critica as juras de amor do PS sobre o Serviço Nacional de Saúde. Vem nesta moção, a CDU, fazer tábua rasa das suas responsabilidades nos últimos anos a nível nacional e local sobre a saúde criticando o subfinanciamento e as juras de amor não são concretizadas, quando na verdade fez parte do problema, que tenta agora relativizar.

Os pontos das propostas são obviamente válidos de tão abstratos e vazios de conteúdo, ninguém se pode opor aos mesmos, mas queremos ser parte da solução e apresentar alternativas. Uma alternativa é possível, relembrando que as premissas da CDU estão erradas, a conclusão é impossível estar certa.

É tempo de nos deixarmos de preconceitos ideológicos infundados que não contribuem para nenhuma solução. Em última análise, o que interessa é o acesso efetivo dos portugueses à saúde e não o que a CDU acha que pode ou não ser considerado um negócio.

Reparemos que a cegueira do dogmático nem permite verificar que o sistema universal e tendencialmente gratuito não é, em momento algum, alvo de contestação, é uma conquista civilizacional fundamental. A Iniciativa Liberal nunca defendeu que não devem existir hospitais públicos, nem que devemos deixar de investir neles, concordando aqui plenamente com a necessidade de um plano estrutural de investimentos. Não devemos, contudo, confundir o acesso à saúde com a prestação obrigatória dos serviços pelo Estado,

sendo esta a confusão que nos trouxe ao estado atual das coisas, em que continua simplesmente a atirar dinheiro para cima dos problemas sem uma visão de longo prazo.

Independentemente de todas as considerações, cabe deixar algumas questões. Porque aceita um subsistema para os funcionários públicos de livre escolha dos prestadores e não aceita para o resto dos cidadãos? O SNS paga salários a profissionais de saúde, paga análises a laboratórios privados, paga a fornecedores para manter as estruturas a funcionar, paga medicamentos a grandes farmacêuticas multinacionais. Porque nos causa arrepios a ideia do Serviço Nacional de Saúde delegar noutra prestador para não fazer o doente esperar um ano por uma consulta?

O Tribunal de Contas e as populações concordam com a eficácia e a eficiência das parcerias público-privadas. Porque se acabou com o que funcionava? Nem dois anos demorou e atualmente, já verificamos, em Braga e Vila Franca, os mesmos problemas que no resto do país. Antecipando outros sob viés ideológico, saúde para ricos e saúde para pobres é o que temos com o sistema atual. Quem tem a possibilidade de aceder a um seguro de saúde pode escolher a saúde privada, quem não tem recursos fica limitado à disponibilidade do Serviço Nacional de Saúde com os seus tempos de espera, que muitas vezes ultrapassam limites de razoabilidade. Quando alguém é forçado a esperar um ano por uma consulta de especialidade, a saúde a tempo e horas transforma-se num privilégio só acessível a quem pode pagar fora do Serviço Nacional de Saúde.

António Caracol (PS) – Muito rapidamente e objetivamente. O Partido Socialista é reconhecido pelo seu mérito na sua responsabilidade na criação e na defesa do Serviço Nacional de Saúde e, também, já fez ao longo de todo este tempo o seu diagnóstico e reconhecemos que existem algumas dificuldades estruturais e funcionais que têm que ser resolvidas e é para isso que cá estamos e já foi dito que vamos tentar resolvê-las brevemente.

Dadas as últimas notícias, agora mais populares, que associam sobressair este problema, que reconhecemos e não estamos contra. Deixem-me só recordar que, neste momento, estamos a sair de uma pandemia secular, a maior pandemia deste século. Dizer, ainda, que o Serviço Nacional de Saúde é dos mais reconhecidos a nível mundial e que queremos que continue a ser, queremos que ele seja e por isso vamos fazer reformas estruturais e funcionais prementes.

Não compreendemos o facto desta moção aparecer hoje aqui e como a própria intervenção que me antecedeu que abre porta para este tipo de intervenções. Porque deveríamos estar todos a tentar resolver o problema que existe, que é reconhecido, em vez de estar com este tipo de instrumentos a denegrir, a desacreditar o Serviço Nacional de Saúde, parecendo que estamos a potenciar uma agenda que não é a agenda que parece que o promotor desta moção estaria, abrindo a porta para a direita, abrindo a porta para os interesses da direita, em defender o serviço de saúde privado, como assistimos há pouco e estas moções não ficam bem aos setubalenses e aos portugueses no geral.

Depois do diagnóstico feito, o Partido Socialista tem bem presente e bem estruturado se tem caminhos apontados a curto e médio prazo. Dizer concretamente que aqui em Setúbal, como todos sabem, o Centro Hospitalar estará quase em fase de adjudicação, não esquecer os três Centros de Saúde que estão protocolados, em Azeitão a obra está a decorrer de vento em popa, acredito eu, a câmara que é o responsável pela obra, está a fazer esse papel. Dizer, ainda, que há outras medidas que o Governo do Partido Socialista vai iniciar a 13 de julho, conversações com os sindicatos, porque sabemos e acreditamos que a dignificação e a reestruturação das carreiras dos profissionais de saúde são importantes e vai começar esse caminho, como já o começou e algumas das reivindicações desses sindicatos apresentadas já foram acedidas e essa é uma das medidas.

Dizer-vos, ainda, como ponto de informação, que o orçamento na saúde cresceu em 30% nos últimos 6 anos, ou seja, que teve cerca de 3 mil milhões de euros no OE, só no último ano tivemos 700 milhões. No caso agora mais mediático de obstetrícia, dizer-vos que de 2015 para 2022 estão no Serviço Nacional de Saúde mais 103 obstetras, um aumento de cerca de 15%. Relativamente ao problema que está a ocorrer neste Verão, o Partido Socialista está a trabalhar com o que tem neste momento e vai arranjar soluções alternativas para dar uma resposta segura e de qualidade na área da saúde a todas as mães e bebés na sua área de residência ou em serviços centrais de forma a assegurar para que ninguém fique sem qualquer resposta.

Dizemos que não compreendemos esta moção e daí irmos votar contra, porque esta moção só descredibiliza, diaboliza o Serviço Nacional de Saúde, que é um dos melhores a nível mundial.

Nuno Carvalho (PSD) – É evidente que ouvimos com toda a atenção a intervenção do senhor deputado António Caracol do Partido Socialista. Creio que esta Assembleia Municipal tem o mérito, não só neste mandato, mas também o teve no anterior, de várias vezes ter debatido este problema, de várias vezes terem sido levantados, infelizmente, os diagnósticos que conduziram a esta situação que hoje assistimos. A primeira questão que é preciso, desde já, deixar bem fixada, porque ela é totalmente factual e que diz respeito a este problema da obstetrícia, é que o problema já existia antes da pandemia. Recordo-me perfeitamente de uma notícia do jornal PÚBLICO que dava relatos dos médicos chamarem a atenção para este problema, não é uma questão que efetivamente seja em resultado da pandemia. Ainda que o Serviço Nacional de Saúde tenha problemas conjunturais, mas a verdade é que devemos procurar perceber o que é que afeta estruturalmente aqui o nosso hospital, para que as questões sejam devidamente resolvidas e não podemos perder a oportunidade de deixar de reivindicar como fizemos no passado.

Esta Assembleia Municipal tem desempenhado o seu papel, exceto, eventualmente, numa questão que creio que devíamos aproveitar para que ela voltasse a ser reativada e aproveito aqui este tempo para esse mesmo efeito. Aprovámos uma Comissão Eventual sobre saúde, até tivemos aqui algum debate sobre a sua pertinência, ela foi proposta pelo PSD e até nesse mesmo debate profícuo recordo-me que houve intervenções, quer do Partido Socialista, quer da CDU que precisamente disseram exatamente a mesma questão de que havia uma pressão especial que estava sobre o Serviço Nacional de Saúde, porque não houve tempo para corrigir tudo aquilo que estruturalmente podia ser corrigido e que estruturalmente até foi agravado no decorrer da pandemia.

Agora aqui uma nota de frontalidade sobre esta matéria, no que diz respeito àquilo que é a posição do Governo, em particular da Sra. Ministra Marta Temido. Não podemos reclamar um trabalho bom sobre a pandemia e depois sobre outros aspetos dizer que é culpa da pandemia e que a pessoa não podia ter feito nada. A pandemia não pode servir para colher louros quando os médicos reagem bem, quando os enfermeiros reagem bem e os tantos profissionais de saúde e depois dizer que devido à pandemia, de facto, as coisas correram estrondosamente mal. Não pode haver duas caras perante o Serviço Nacional de Saúde que é apenas um. Na realidade estamos aqui a falar quase de reconquistar o que alguns chamam como a conquista do Serviço Nacional de Saúde, como se fosse uma conquista ideológica, mas as doenças não têm ideologia, não escolhem se querem ser tratadas por uma pessoa que é de esquerda ou que é de direita, as pessoas querem é absolutamente serem tratadas. É evidente que o Serviço Nacional de Saúde é o melhor e deve continuar a ser o melhor instrumento que temos para reagir àquilo que é a sua missão, que é prestar um serviço de saúde.

Como é óbvio, o PSD considera que é fundamental que a Comissão Eventual efetivamente materialize o seu trabalho, fazemos esse apelo, e em segundo lugar, como é óbvio também, que o Governo possa avançar com a reconquista do Serviço Nacional de Saúde que é fundamental, porque assim como funciona vemos o exemplo do nosso hospital que durante 21 dias arriscamos não ter bebés a nascer em Setúbal, o que é algo absolutamente dramático.

João Luz (CDU) – É recorrente quando trazemos à discussão as questões do Serviço Nacional de Saúde que surgem de algumas áreas políticas a ideia do preconceito ideológico e era bom que fossemos ver em que é que isto se traduz, porque por detrás desta frase, chapa 5, aquilo que se escondem são opções ideológicas e opções de classe muito claras, muito claras de quem se comporta na maior parte das vezes como encarregado de negócios e como comissários de interesses que não os interesses públicos.

Isto para responder que, quer no plano local onde muitas e muitas vezes temos assumido competências que vão muito para além das competências dos órgãos autárquicos, quer no plano nacional onde sistematicamente e independentemente dos governos que estão em funções, temos exigido o reforço dos meios e das condições do Serviço Nacional de Saúde. Razão substancial pela qual não acompanhámos o último Orçamento de Estado do Partido Socialista que, em nosso entender, apesar da adjetivação do orçamento mais à esquerda de sempre, aquilo que entendemos que estava ali em causa era, entre outras matérias, a procura de um cúmplice para continuar a aprofundar o caminho de destruturação do Serviço Nacional de Saúde.

É interessante a intervenção que o Partido Socialista aqui faz, o Partido Socialista por diversas vezes usa esta ideia dos milhões e, de facto, há um acréscimo de verbas destinadas ao Serviço Nacional de Saúde, mas onde é que elas estão alocadas? Mais de 46% dessas verbas são alocadas em transferência para privados, é disto que estamos a falar. Esta utilização das verbas, dos valores é para esconder uma realidade objetiva que é a de destruturação de carreiras, a desvalorização dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, o estado em que se encontram a maior parte das instalações. Aquilo que o senhor deputado do Partido Socialista disse e que gostava de frisar, é que relativamente ao Centro de Saúde de Azeitão, a Câmara Municipal de Setúbal não está a cumprir o seu papel, está a cumprir o papel que é do Governo, e está-se a substituir uma vez mais ao Governo com o dinheiro dos munícipes de Setúbal. Porque é para aí também que vai muito da verba e do trabalho que é feito no Município de Setúbal substituindo-se àquilo que eram responsabilidades objetivas da Administração Central e neste caso em matéria de saúde.

Por último uma nota, é que, apesar de todas as considerações que foram feitas, não vimos no concreto relativamente aos pontos desta deliberação onde é que estamos em desacordo. Os senhores concordam ou não que se devem exigir medidas urgentes de resolução dos problemas estruturais do SNS? Estão de acordo ou não o que se deve concretizar um investimento no Centro Hospitalar de Setúbal? Que se devem valorizar as carreiras do Serviço Nacional de Saúde? Que esta assembleia deve manifestar a sua profunda preocupação com o encerramento de urgências no Centro Hospitalar de Setúbal? Estas são as questões objetivas que estão aqui colocadas nesta moção da CDU, sobre as quais os senhores não emitiram opinião.

Nuno Gabriel (CH) – Não conseguimos deixar que uma questão tão importante como a saúde estar a levá-la para ideologias. Pegando ali nas palavras do deputado António Caracol, não é uma questão de abrir a porta à direita ou abrir a porta à esquerda, temos é que abrir a porta dos hospitais e das urgências aos portugueses, que é isso que interessa.

A saúde, o deputado Nuno Carvalho tirou-me as palavras, não tem ideologia e nem nunca terá e quanto ao resto é uma questão de investimento, não podemos ter um Orçamento de Estado que cativa o mesmo valor para a TAP, para os desvarios da TAP, como envia para o Serviço Nacional de Saúde. É uma questão de investimento, quer o PS, quer a CDU aprovaram uma série de Orçamentos de Estado em que o investimento não foi o suficiente e isso levou a uma degradação contínua que já vinha detrás, verdade seja dita. Não tem a ver com a pandemia, antes já era assim. Portanto, não tem a ver com a esquerda e nem com a direita, nem com abrir a porta e nem fechar a porta, fechadas já elas estão, infelizmente, mais do que deviam estar. O que temos é que abrir a porta dos hospitais, das urgências aos portugueses e não estar aqui a discutir ideologias, embora respeito que o façam, apenas no meu ponto de vista não é o mais acertado, é uma questão de investimento no Orçamento de Estado, mais dinheiro para o Serviço Nacional de Saúde e não me parece difícil de compreender. A mim, pessoalmente, não me parece.

Vejo com alguma tristeza que se esteja com ideologias, que respeito, mas que preferia não ver direita, esquerda ou centro, em baixo e em cima, acho que não faz qualquer sentido, porque é a saúde de todos nós e, se calhar, nós conseguimos ir ao privado, se calhar não, mas a grande maioria dos portugueses não consegue. A grande maioria dos portugueses quer ir às urgências, quer ir aos hospitais e não vou estar agora aqui reproduzir tudo o que se falou nos últimos tempos e que é público o que se está a assistir neste momento, com a falta, nomeadamente, de obstetras, o que é vergonhoso. É falta de investimento, se calhar, há obstetras no privado, mas se calhar têm que fazer com que venham para o público. Não podemos é enviar dinheiro para a TAP e outras companhias com péssima gestão, porventura, gestão danosa e depois não haver dinheiro para o Serviço Nacional de Saúde.

Se quiserem continuar a falar de esquerda, direita, centro, baixo e em cima, não estão a focar aquilo que é essencial e que devia ser efetivamente focado.

Flávio Lança (IL) – Só quero esclarecer aqui o senhor deputado António Caracol, a Iniciativa Liberal não defendeu os privados, a Iniciativa Liberal defende a saúde a tempo e horas, seja ela prestada por uma entidade privada, seja ela prestada por uma entidade pública e se a entidade pública for melhor a prestar os serviços que a entidade privada, que sejam os serviços prestados pela entidade pública, esse sempre foi o nosso posicionamento.

Vítor Rosa (BE) – A moção apresentada pela CDU trouxe a esta assembleia várias situações com as quais o Bloco se identifica.

Recordo que um dos problemas estruturais do SNS é a existência e insistência dos médicos tarefeiros, outsourcing introduzido por Correia de Campos, Ministro da Saúde do primeiro Governo de José Sócrates, a que os sucessivos governos, até hoje, têm dado continuidade.

No meio da atual crise nas urgências o Governo não ter apresentado nenhuma proposta concreta para resolver o problema e, segundo disse António Costa, vão agora aprovar o estatuto do SNS, três anos depois da aprovação da Lei de Bases da Saúde e que a Ministra vai negociar carreiras, coisa que já nos diz há anos.

Já em 2019, quando o Bloco chamou a Ministra ao Parlamento, já havia encerramento de urgências obstétricas para reclamar soluções para a falta de profissionais, Marta Temido respondeu que o Governo iria estudar o problema, estamos em 2022, meses depois António Costa foi novamente confrontado no Parlamento com o problema e afirmou que iria programar sustentadamente a suborçamentação do SNS, mas no Orçamento de 2022 há uma suborçamentação de mais de 1.100 milhões de euros, uma situação do SNS cada vez mais degradada. Em 2021, o PS voltou a recusar mexidas nas carreiras e recusar as propostas do Bloco nesse sentido, daí a nossa pergunta, porque recusa o PS a proposta de António Arnaut, um dos pais do SNS, para a valorização de carreiras e salários com exclusividade dos profissionais? Conclusão para o PS, António Costa, Eurico Dias Brilhante é de que ao se contestar estas políticas, estamos a querer limitar a liberdade profissional dos médicos, por causa das propostas para aumentar a dedicação plena por parte dos médicos no SNS e assim evitar a sangria de profissionais para o setor privado.

O PS volta a prometer alterar as regras para a abertura de vagas de médicos especialistas e reter os recém-especialistas no SNS, desta política do PS só poderemos tirar uma conclusão, é o Governo do PS quem está a pôr em marcha o plano de sempre da direita para dismantelar o SNS. Tem sido esta a prática do PS e dos seus governos e daí estes problemas que a moção da CDU aqui nos traz e daí o nosso voto favorável a esta moção.

António Caracol (PS) – Responder telegraficamente ao PSD. Situações como estas são recorrentes na obstetria, dar um exemplo, em 2014 nas Caldas da Rainha, também durante o período de Verão, teve o hospital longo período encerrado e houve crianças que não puderam nascer nas Caldas da Rainha nesse período.

Responder, também, que não temos qualquer problema ideológico, não estamos fechados na questão da gestão da saúde, portanto, quando há necessidade como é o caso agora de recorrer aos privados para contratar e para dar uma resposta necessária e imediata aos portugueses, o Partido Socialista recorre. Dizer que o problema está atrás, vem muito detrás que é a questão da abertura do número para formação de médicos de especialidades e isso alguns lobbies têm travado e é um dos problemas que se tem de combater e o Partido Socialista está a trabalhar nesse sentido. O mais importante é dar respostas eficazes, eficientes e é isso que o PS vai fazer.

João Luz (CDU) – Só sugerir que o Governo do Partido Socialista vá um bocadinho mais longe e comece nos “*numerus clausus*” nas Universidades de Medicina.

Paulo Lopes (PS) – Trinta segundos para dizer que, ao contrário do que o CHEGA e a Iniciativa Liberal dizem, isto é mesmo uma questão ideológica, é que o vosso discurso esconde a realidade e a realidade é, que no sistema privado, que defendem, quem não tem seguro morre à porta do hospital, porque não paga, não entra, não é tratado, e o Serviço Nacional de Saúde com todas as debilidades é para todos e não deixa ninguém de fora, e isto é uma diferença ideológica.

Voltando a centrar aqui na discussão da moção, esta é uma questão que, obviamente, nos preocupa e que só pode ser ultrapassada com um triângulo que é o Governo, os sindicatos e a Ordem ou as Ordens com responsabilidade e através de algo que é absolutamente fundamental que é a aprovação do Estatuto do SNS que já se arrasta há muito tempo.

Existem visões diferentes aqui sobre esse estatuto, mas o que é facto, é que com a aprovação do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde é que se pode reformular e dar-se mais um passo em frente no aprofundamento de uma visão daquilo que é um verdadeiro Serviço Nacional de Saúde.

Nuno Carvalho (PSD) – Primeira questão, acho que não é preciso todos olharmos para o calendário, sabemos que não estamos em 2014, também não temos que olhar para o mapa, não estamos nas Caldas da Rainha, estamos em Setúbal e, portanto, o que interessa é discutir, de facto, hoje e em Setúbal e isso parece-me evidente.

A outra nota é que no passado nesta Assembleia Municipal conseguimos aprovar vários documentos no que diz respeito a esta matéria, porque também já sabíamos que este tipo de casos podia acontecer. Julgo que isto não surpreende nenhum deputado municipal e até é ofensivo achar que algum deputado municipal aqui podia estar surpreendido com esta situação, porque estamos crenes que todos eles acompanharam de perto a degradação que o hospital tem vindo a sofrer por falta, naturalmente, de um investimento que ele necessitava. O que seria normal, até diria eu, até da parte daquilo que tem sido a postura do Partido Socialista nesta matéria, seria até sugerir algumas alterações à moção para que ela pudesse ser aprovada também pelo Partido Socialista, mas nem isso se ouviu.

Só não queria deixar de frisar isso, porque já vi isso no passado a ocorrer e, aliás, até é um elogio que faço ao PS do caminho que tem feito até agora sobre esta matéria e eventualmente o que se sabe ou o que se percebe é que o que aqui está escrito não dá para ser alterado, porque tem a sua factualidade. Tem! Tem a sua factualidade. Há muitos responsáveis, porque ainda há poucos meses havia um governo que, também, não era só suportado pelo Partido Socialista, como é obvio, há muitos responsáveis, mas a verdade é que devíamos conseguir fazer com que este tema fosse aprovado, sempre que possível, em unanimidade pela Assembleia e, por isso, sempre que possível, os partidos que queiram verdadeiramente que isso aconteça deveriam propor sugestões.

Nuno Gabriel (CH) – Não vou falar das ideologias, não estamos de acordo aí, ok. Vou dar um exemplo daquilo que o CHEGA defende na saúde, porque isso já foi falado muitas vezes e não percebo como é que não percebem e vou explicar em 30 segundos.

Imagine um cidadão que se desloca a um hospital público e carece de ser operado, vai para a lista de espera e imaginemos que espera dois anos, a operação e os cuidados vão ter um custo para o Serviço Nacional de Saúde, e o que o CHEGA propõe, e a meu ver bem, embora possam discordar, é que esse cidadão possa optar entre o público e o privado, sendo que o público pagaria o remanescente do que ele gastaria no privado, tendo em conta que, se o atendesse no público, já não teria esses custos, transportaria esses custos para o privado e o cidadão poderia optar por ser operado em dois meses em vez de em dois anos, suportando, se assim o entendesse, o remanescente desse valor.

O que está aqui em causa é o interesse do cidadão, não é o interesse do CHEGA, nem do PS. Ou vai fazer um exame que tem um custo no SNS, se para fazer o exame demoraria 6 meses, podia optar pelo privado pagando o remanescente, se assim o entendesse, ou esperaria 6 meses ou em uma semana faria e pagava o remanescente, acho que é fácil de entender, sinceramente.

Anita Vilar (CDU) – Não estava com muita vontade de falar, porque senão tenho que bater em todos os que aqui estão. A Dona Leonor Belez, o que é que ela fez às maternidades? Passamos a ter crianças a nascer nas ambulâncias. Todos têm uma grande responsabilidade e os únicos que vi lutar sempre pelo Serviço Nacional de Saúde foi o PCP e a CDU, o resto, dizia muitas vezes e digo e repito aqui, o Arnaut deve dar muitos rebaldões no caixão dele, porque, de facto, era um homem que amava o Serviço Nacional de Saúde e o PS a seguir não lhe rendeu homenagem que devia e se não tem sido João Semedo ainda hoje não se falava do Arnaut.

Quando começo a falar de certos temas, tenho que ir mesmo ao cerne das questões e é assim. Depois há outra coisa que me irrita profundamente, hospital, hospital, hospital. Não vamos resolver os problemas da saúde em Portugal com hospital, só os agravamos, porque o Sr. Aníbal Cavaco, com culpas de outra gente, abriu um SAP, Serviço de Atendimento, em todos os lados eram sapos, sapinhos, isto, aquilo e aqueloutro, em vez de ter feito aquilo que na altura era pedido, uma reforma dos cuidados de saúde primários. E é assim meus amigos, ou o PS vai por aí e vai resolver a base do Serviço Nacional de Saúde quando efetivamente em 5 ou 6 anos praticamente não fez nada, porque não é só dar dinheiro, é preciso outras medidas. Vieram 7 milhões e depois para onde é que foram, como é que foram distribuídos? Como é que efetivamente nos hospitais e no Serviço Nacional de Saúde, primeiro são discutidas as questões, deixou de haver uma voz ou vozes que não são só dos médicos, são dos enfermeiros, são de toda uma série de

técnicos que entram nos hospitais e que são fundamentais. Ou há uma vontade séria, honesta de pegar no Serviço Nacional de Saúde e então ter-se-á que ver horários, organização de serviço, porque é verdade que se abriu concurso e os médicos não quiseram vir, mas porque é que não quiseram vir? Alguém foi indagar isso? A Sra. Marta Temido foi saber? Ela sabe porque é que eles não quiseram vir, portanto, também não lhe interessava nada ir indagar.

Temos que ter isto em consideração, porque se não tem sido o Serviço Nacional de Saúde a mortandade à conta do Covid tinha sido tenebrosa. Uma coisa tenebrosa! Agora já temos para aí a dos macacos, ou lá o que é que é, e não sabemos quais são as que vêm neste momento, com todas as alterações climáticas que temos. Os vírus existem há milhões de anos e estão adaptadinhos e prontos para nos assaltarem e nós não somos nada perante os vírus e ficou claro com a Covid. Além do mais, se prestarem atenção, morreram muitos portugueses neste país, porque não foram atendidos, porque os médicos e enfermeiros tiveram que se canalizar todos para atender os problemas do Covid.

Se não arranjarmos enfermeiros de família também, se não investirmos nesses cuidadinhos, não vamos resolver e o Serviço Nacional de Saúde será um imenso buraco negro, maior do que aquele que descobriram agora na via láctea.

Flávio Lança (IL) – Gostava só de clarificar o deputado Paulo Lopes, porque acho que disse algo que não foi verdadeiro relativamente à posição da Iniciativa Liberal.

Presidente da Mesa – Não vamos esgotar o assunto hoje, nem resolver o problema do Sistema Nacional de Saúde, não está infelizmente neste debate. Este debate está-se a repetir e tem-se repetido, aliás, estamos a repetir um debate que está no país e não vejo aqui argumentos novos àqueles que todos ouvimos de vários lados, portanto não há aqui a solução para o SNS, mas ele tem que ter uma solução. Menos conversa e mais ação, provavelmente é um contributo que a assembleia pode dar se começar a tomar atitudes, posições, votar, decidir em vez de falarmos tanto até tentamos vencer o adversário.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 17 da CDU, 1 do BE e 1 do PAN, 10 votos contra do PS, e 9 abstenções, 6 do PSD, 2 do CH e 1 da IL.

Luís Maurício (CH) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada do CHEGA absteve-se, porque nesta proposta esqueceram-se que houve uma coisa chamada geringonça e a CDU teve 6 anos ao lado do Governo.”*

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal absteve-se, porque a posição não é deixar pessoas às portas dos hospitais privados e considera que o Serviço Nacional de Saúde tem todo o valor, mas que as pessoas devem ser atendidas de forma rápida e ter a sua saúde como qualquer outro cidadão que tem outros sistemas de saúde.*

A nossa posição é que o Estado pode pagar seja no setor público, seja no setor privado, onde efetivamente o doente seja tratado de forma rápida, célere e que seja também o melhor para o Estado.”

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O que nos interessa é a questão da qualidade da saúde neste concelho e este tipo de moções e todo este debate que aqui observamos enferma de seguinte dificuldade, a questão do Orçamento de Estado que é onde é indicado, planeado a gestão e o investimento no Serviço Nacional de Saúde foi, imaginem vocês, em 2020 aprovado pelo PS com as abstenções do Bloco de Esquerda e do PCP, em 2019 aprovado pelo PS, pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP, em 2018 aprovado pelo PS, pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP. Posso continuar por aqui.*

Meus senhores e minhas senhoras, os partidos têm que assumir as responsabilidades na atual situação do Serviço Nacional de Saúde, não vale a pena andarmos com conversas bonitas aqui neste Fórum ou nos outros quando os partidos que o gerem, que o financiam têm este resultado que não é um resultado conducente, um resultado condigno para a situação da população de Setúbal. Meus senhores e minhas senhoras, teremos que trabalhar em conjunto para resolver os problemas concretos do Serviço Nacional de Saúde aqui neste concelho e um dos problemas que nós informámos tem a ver com o fecho da urgência de obstetrícia.”

Vanessa Silva (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Serviço Nacional de Saúde é um avanço civilizacional que precisa de ser reforçado para ser garantido. Tem um valor que é inestimável e é, de facto, uma questão ideológica, porque o entendimento que fica presente nesta assembleia é bastante diferenciado relativamente às forças políticas que compõem a assembleia.*

É útil que nos lembremos todos como é que os partidos se têm comportado em sede da Assembleia da República, nomeadamente, a votar propostas de reforço do Serviço Nacional de Saúde e o financiamento público deve ser canalizado para o sistema público de saúde que temos, que é um Serviço Nacional de Saúde, que é e deve ser universal, é o único sistema que garante o tratamento igual para todos.”

António Caracol (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista votou contra esta moção, dizendo, como já disse na discussão, e face às propostas apresentadas, que a CDU está a fazer um mau trabalho na defesa verdadeiramente do Serviço Nacional de Saúde, porque está, mais uma vez, a diabolizar o Serviço Nacional de Saúde quando o que está aqui proposto é exatamente o que o Partido Socialista está taxativamente a fazer, sem estar agarrado a uma política conservadora e usando todos os instrumentos que estão disponíveis de imediato para resolver a curto, médio e longo prazo o problema estrutural e funcional da saúde.”*

2. **Moção “Solidariedade com a luta dos trabalhadores, reformados e população” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 10 votos contra do PS, e 10 abstenções, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

Nuno Carvalho (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Ser o mais sintético possível, ainda que haja muitas considerações sobre a moção que não concordamos.*

A verdade é que os valores da inflação que hoje ocorrem representam uma pressão gigantesca sobre aquilo que é o poder de compra de todos os portugueses, aos quais, naturalmente, os trabalhadores não são exceção e, portanto, qualquer apelo é bem-vindo ainda que, muitas vezes, numa boa parte do seu conteúdo e na forma não concordemos.

Esta chamada de atenção não deixa de ser relevante, tal como o PSD também tem feito sempre que tem oportunidade.”

III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E VOTOS DE PESAR

Presidente da Mesa – Temos aqui o pedido de admissão à discussão e à votação de dois Votos de Pesar, um pelo CHEGA ao cónego João Seabra e um outro pela CDU à menina Jéssica Biscaia, correspondendo este último, também, à recomendação da deputada Mariana Crespo, do PAN, apresentados fora do prazo. Coloco à assembleia se admite à discussão estes dois Votos de Pesar. Estão admitidos.

1. **Voto de Saudação ao Vitória Futebol Clube (Época 2021/2022) (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata).

Paulo Lopes (PS) – Só para dizer que, independentemente, dos muitos clubes que têm ganho e têm obtido bons e excelentes resultados, penso que o Vitória sendo o maior símbolo da cidade, da região e tendo passado por momentos extremamente difíceis, o Vitória Futebol Clube teve neste ano um número de resultados que são ainda mais louváveis neste contexto. É por isso que trazemos aqui esta saudação, porque efetivamente o momento pelo qual o Vitória passou, mas que não afetou, fez com que os seus dirigentes, os seus treinadores, os seus atletas se continuassem a superar e conseguissem em muitos casos, nos últimos 20 anos, o melhor resultado de sempre em algumas modalidades e penso que deve ser assinalado.

Afonso Luz (CDU) – Para referir que acompanhamos esta saudação, merecida saudação ao Vitória. Percebemos que o Vitória é, de facto, o clube com maior expressão em Setúbal e que merece este destaque, mas, como fez agora o Partido Socialista, não gostávamos ou melhor gostávamos de estender esta saudação a outros clubes da cidade, como o Comércio Indústria, São Domingos, Os Amarelos e outros que, também, tiveram boas prestações, bons resultados em representação e prestígio de Setúbal. Quero, no fundo, estender a essas coletividades que, embora menos representativas da cidade, mas tiveram, também, e continuam a ter um papel importantíssimo.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de saudação aprovado por unanimidade e em minuta.

2. **Voto de Pesar “José Armando Carvalho”** (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

3. **Voto de Pesar “António Henrique Quaresma Rosa”** (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

4. **Voto de Pesar “Paula Rego”** (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

5. **Voto de Pesar “João Seabra, Cónego”** (CH) (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Não havendo intervenções, foi o voto de pesar aprovada por unanimidade e em minuta.

6. **Voto de Pesar “Jéssica Biscaia”** (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Mariana Crespo (PSN) – Na sua curta vida de apenas 3 anos, Jéssica apenas conheceu violência e sofrimento. Foi sinalizada à CPCJ com apenas um mês de idade por estar exposta a um ambiente de violência doméstica. Após a separação dos pais biológicos ficou entregue aos cuidados da mãe e arquivado o processo de acompanhamento na CPCJ, muito embora se tenham multiplicado as queixas dos vizinhos quanto ao tratamento dado a Jéssica pela sua mãe biológica, contudo, ninguém nada fez. A Jéssica foi torturada e assassinada e hoje de manhã sepultada na cidade de Setúbal.

Falhámos todos, enquanto seres humanos, quando não conseguimos proteger uma criança da violência, ainda mais quando tal acontece à nossa porta.

Sabendo, naturalmente, que existem diversas questões estruturais relativas à proteção de menores em Portugal, quero deixar uma palavra ao executivo e aos colegas deputados para que, dentro das suas atribuições, priorizem o cuidado aos menores do nosso concelho. Não se trata aqui de uma questão de cores partidárias, mas sim de humanidade e todos temos o dever de tentar chegar à população, de estar atentos para ouvir quando existem suspeitas e de intervir com a máxima urgência.

Luís Maurício (CH) – Não tendo existido tempo de fazer o requerimento, penso que devido à gravidade da situação e julgo que todas as forças políticas devem estar de acordo, a CPCJ devia ser ouvida por todos os partidos desta assembleia, é uma proposta do CHEGA.

Paulo Lopes (PS) – Acho que o pior que podemos fazer é numa discussão de um voto de pesar de um acontecimento que nos mergulhou ao pior que pode haver da humanidade, começarmos a dizer que nada foi feito, que devia ser ouvido isto, aquilo e aqueloutro e é preciso ter cuidado.

Este momento é um momento de profunda dor para todos os que são pais, ou mesmo não sendo pais que olham e veem o que aconteceu e acho que é de evitar algumas intervenções que exploram ou podem ser interpretados como explorar politicamente uma questão destas. É a minha e é a opinião do Partido Socialista e, nesse sentido até, já falei com a bancada da CDU, porque há aqui uma frase que pode dar outras interpretações, no 4º parágrafo, na última frase diz *“O investimento na educação, na saúde e na dignidade da vida humana deve ser efetivo.”*. Acho que isto pode até ter interpretações no sentido de crítica a algum poder, seja central, local etc., julgo que devia ser retirado e a nossa proposta é *“O investimento na educação, na saúde e na dignidade da vida é um desígnio de uma sociedade humanista.”*. Julgo que todos subescrevem e que a evita uma escalada de intervenções e, neste momento, acho que é de todo evitar.

Presidente da Mesa – Somos todos juízes muito fáceis da tragédia alheia. É muito fácil julgar e atirar culpas para todo o lado quando a tragédia acontece ali ao nosso lado. Estamos a votar um voto de pesar, estamos a apreciar um voto de pesar, não são políticas disto, políticas daquilo, medidas disto, medidas daquilo, culpas deste, culpas daquele, é um voto de pesar que está em apreciação.

Luís Maurício (CH) – Senhor deputado Paulo Lopes, a questão de chamar a CPCJ não é a questão de culpar ninguém, é tentar perceber o que está mal e tentar melhorar, não é que eles foram os culpados ou meio culpados, que já ninguém traz a Jéssica de volta, é saber o que se pode melhorar dentro da CPCJ, mais nada, porque já ninguém trás a Jéssica de volta.

João Luz (CDU) – Tive oportunidade de esclarecer em privado que o nosso entendimento e a leitura que fazemos dessa frase não é minimamente aquele que o Partido Socialista fez, de qualquer das formas estamos inteiramente disponíveis para o alterar. Entendemos que em todas as circunstâncias, independentemente dos poderes em causa, a educação, a saúde, a dignidade da vida humana e o investimento em todos estes aspetos deve ser efetivo. Esta é uma afirmação que para nós é absoluta, independentemente do poder que está em causa e, portanto, não era com o objetivo de melindrar ninguém, porque o que está aqui em causa, na nossa opinião, é objetivamente o voto de pesar e o momento que é um momento de condolências e é um momento de reconhecermos que ocorreu uma tragédia aqui no concelho de Setúbal e que esta assembleia manifesta o seu pesar pela morte de Jéssica Biscaia e é este o intuito exclusivo desta moção.

Vítor Rosa (BE) – É só uma pequena referência que vem aqui neste voto de pesar, porque para elevar todo este sentimento de dor que existe em torno desta morte, o tratamento dado pela comunicação social, que acho que, também, devemos refletir sobre como nos dias de hoje, perante esta trágica morte, não encontro adjetivo suficiente para classificar esta morte, e, não pondo em causa de maneira nenhuma a liberdade de imprensa, mas a forma como poderemos elevar e cuidar da privacidade da condição humana não é como este assunto foi tratado ao nível da comunicação social, nomeadamente das televisões.

Paula Soeiro (PSD) – O PSD, naturalmente, acompanhará o voto de pesar pela morte da menina Jéssica, tal como pela menina Valentina, pela menina Joana, pelo Igor, pelo João e esperemos que não por mais 597 meninos e meninas que em Setúbal se encontram em risco e precisam de apoio e proteção e de mais de 33.937 meninos e meninas que foram sinalizados no ano 2021, sendo cerca de 3 mil os meninos e as meninas até 5 anos de idade.

O relatório anual da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens foi publicado no dia seguinte à morte da menina Jéssica. Quase 20 dias depois do Dia Internacional das Crianças Inocentes Vítimas de Agressão, que é celebrado anualmente a 4 de junho, com o objetivo de evidenciar e reconhecer a realidade que tantas crianças têm que viver. Mas todos os dias deveriam ser dias de consciencialização, reflexão e ação e só poderemos estar tranquilos quando não existir mais nenhuma criança em risco ou perigo, porque proteger as crianças compete a todos e a todas.

Não havendo mais intervenções, foi o Voto de Saudação aprovado por unanimidade em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio em memória dos falecidos mencionados nestes Votos de Pesar.

D – PERIODO DA ORDEM DO DIA

1. **Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades Janeiro, Fevereiro e Março – 2022** (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Rita Sereno (PSD) – A bancada do PSD reitera os pedidos realizados nas assembleias municipais de 25 de fevereiro e de 29 de abril relativos à apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara. Mais uma vez a informação de abril e maio de 2022 continua, na nossa opinião, sem dar resposta à alínea c), do número 2, do artigo 25, da Lei 75/2013, que determina a realização e apreciação de uma informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do município. Assim gostaríamos, mais uma vez, de perceber objetivamente qual é a apreciação efetiva do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade do município e a situação financeira reportada no relatório.

É esta a questão que a bancada do PSD pretende saber, ou seja, a apreciação sobre a atividade camarária de abril e maio continua a ser apresentado a esta assembleia como um depósito de dados numéricos referentes às atividades das várias estruturas que compõem a orgânica do município ao longo de mais de 200 páginas e não a apreciação do Sr. Presidente sobre esta mesma atividade ou a sua apreciação sobre a representatividade dos números apresentados para a melhoria da vida dos setubalenses nas várias vertentes da responsabilidade camarária. Logo, reforçamos, mais uma vez, que este relatório carece de uma síntese do exercício que vá para além das palavras iniciais do Sr. Presidente e que se resumem ao enquadramento do relatório e ao propósito de cumprir a formalidade legal a que está obrigado por lei. Em todo o caso, agradecemos alguns esclarecimentos e até a apreciação sobre algumas questões, mas muitas mais existem, porque os números apresentados deixam muitas questões sem resposta, sem enquadramento e sem a necessária apreciação do Sr. Presidente.

Porque continua a evidenciar que o relatório apresenta a nova estrutura orgânica quando, desde fevereiro, a mesma foi publicada em DR? A nova estrutura ainda não se encontra totalmente implementada nos serviços camarários? Da página 11 a 13 são apresentados dados pessoais dos trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, como já é do conhecimento de todos, o Regulamento Geral da Proteção de Dados não permite que tal aconteça, esta matéria já devia estar salvaguardada.

No que se refere aos números dos acidentes por atropelamento rodoviário, colisão rodoviária e despiste foram mais de 7 dezenas em 2 meses, que implicou a intervenção do somatório de mais de 400 bombeiros e 121 viaturas, perguntamos quais são as iniciativas camarárias para reduzir os números da sinistralidade na cidade?

Na Divisão de Informática foram registados 33 pedidos diários de intervenção, perfazendo em 2 meses 1.403 intervenções, o que é que isto representa? A Câmara Municipal tem um parque informático obsoleto ou há necessidade de formação não identificada? Aparentemente há mais intervenções que trabalhadores na Câmara Municipal de Setúbal. Esta situação representa uma redução da eficiência dos serviços nas condições de trabalho? Verifica-se que a maior parte das intervenções ocorrem na gestão documental, por ser a aplicação com maior número de utilizadores, questionamos sobre as iniciativas que estão a ser tomadas para resolver ou minimizar esta situação.

Para finalizar, qual é a apreciação do Sr. Presidente, neste caso da Sra. Vice-Presidente, sobre a situação financeira do município perante a execução financeira plasmada nas páginas 21 a 23, com especial destaque para os compromissos assumidos e não pagos do município que assumem um valor de mais de 87 milhões de euros.

Ilídio Ferreira (PS) – Esta questão da informação escrita ou supostamente informação escrita do Sr. Presidente já tem sido, em anteriores mandatos, discutida aqui quanto ao seu alcance, à sua dimensão, àquilo que deveria ser a informação para este órgão. A verdade é que continuamos a receber este conjunto de páginas, neste caso 246 páginas, com informações dos serviços que compreendemos que elas tenham interesse para os serviços, porque há que verificar a execução por cada um dos serviços das suas áreas, mas que para esta assembleia, naturalmente, muitas das informações não são relevantes e há outras que o serão e não são aqui transmitidas.

No geral, estamos de acordo com a intervenção da senhora deputada do PSD, por exemplo, relativamente à execução financeira do município, temos 2 páginas de 246 deste relatório. Vi que, por exemplo, a propósito dos cinemas vão ao ponto de fazer a história do filme e depois não temos a história de porque é que as receitas aumentaram 20% umas e baixaram outras. Nada nos é dito relativamente a essa matéria e naturalmente que são questões muito mais importantes do que sabermos o que é que cada um dos filmes contém.

Concretamente Sra. Vice-Presidente, depois deste introito, gostaria, em relação às receitas arrecadadas, pedir os seguintes esclarecimentos e solicitar que de futuro, quando existam alterações significativas, que seja dada a devida explicação concreta e não ficar no limbo da generalidade.

Verificou-se, comparando as receitas de janeiro a maio de 2022 com as receitas de janeiro a maio de 2021, um crescimento de 2,5 milhões de euros, ou seja, 29% na cobrança de impostos diretos. Importava saber, embora seja feita uma referência ao IMT, qual o comportamento de cada um destes impostos indiretos, porque eles são vários.

Depois, relativamente ao crescimento de 917 mil euros em taxas, multas e outras penalidades, é referido aqui que isso se deve a um acréscimo na cobrança de coimas, penalidades e contraordenações, um crescimento tão grande poderá ter alguma justificação, algum caso concreto, porque é, de facto, um crescimento muito significativo de 69% em relação ao ano anterior. Enfim, a não ser que haja alguma anormalidade, as coimas e contraordenações têm um comportamento mais ou menos idêntico de uns anos para outros. Houve alguma anormalidade que levasse a este crescimento tão grande? Fazia todo o sentido, em minha opinião, que fosse referido aqui no relatório.

Terceira questão, quanto à venda de bens e serviços correntes cresceram 920 mil euros, mais 38% que em período homólogo de 2021. É referido que foi proveniente da atividade de resíduos sólidos. Ficamos, também, sem saber o que é que motivou que a atividade de resíduos sólidos tivesse gerado mais de 38% de receita que no ano anterior. Já anteriormente se fazia a recolha de resíduos sólidos, continua a fazer-se, porque é que a receita aumentou?

Finalmente, o quarto ponto, nas outras receitas correntes houve uma redução de 3,8 milhões de euros e que é referido aqui que deriva de uma menor execução da renda de concessão dos Serviços Municipalizados, ou seja, em 2021 as outras receitas correntes tinham 4 milhões de euros e em 2022 apenas 138 mil euros. Também fazia sentido explicar aqui porque é que a renda de 2020 só foi paga no início de 2021 e que a renda de 2021 não foi paga ainda, é uma hipótese, ocorreu-me que possa ser isto, mas poderá haver outra explicação e penso que estamos a falar de números de uma grandeza que fazia todo o sentido que isto não fosse explicado em meia dúzia de linhas apenas.

Francisco Cabral (PSD) – Questionar o executivo em relação ao relatório de atividades, tendo em conta que a autarquia atualmente tem cerca de 41 pedidos de primeira habitação, quais destes correspondem a pedidos de jovens e na sequência disso perceber também em relação ao Projeto Habitacional de Setúbal Nascente, ou seja, a habitação a custos controlados, pergunto qual o coeficiente dedicado à habitação jovem com custos acessíveis?

Depois uma segunda questão, ou uma segunda temática em relação à Divisão da Juventude. Perceber se têm quantificado quantos jovens participam ou assistem, em média, aos programas e projetos diretamente organizados pela mesma divisão. Também perceber em relação aos inquiridos de avaliação dessas mesmas atividades, pedir a ficha técnica e gostava também que tivesse esplanada futuramente no relatório de forma a perceber em parte o volume da amostra.

Paula Soeiro (PSD) – Ainda na análise do relatório de atividades e agradecendo, também, alguns esclarecimentos sobre as questões que tínhamos formulado em assembleias anteriores que nos chegou hoje ao grupo municipal, mas que ainda não foi possível verificar se todas essas informações correspondem àquilo que tínhamos questionado.

Sobre o documento atual verificámos que na página 29, a formação nestes dois meses concentrou-se em trabalhadores, no âmbito do processo de transferência de competências da educação, gostaríamos de saber qual a taxa de execução do plano de formação para os trabalhadores não abrangidos no processo de transferência e quantas formações estavam previstas e não foram realizadas.

As respostas a estas questões justificam-se, porque no período análogo no ano 2021, este ano verifica-se o triplo de acidentes de trabalho, há uma relação de 8 para 31.

Ainda, como último esclarecimento, o Gabinete de Saúde da Divisão de Direitos Sociais e Saúde, na página 143, refere que, no âmbito da transferência de competências, continuam as visitas às unidades funcionais dos Centros de Saúde ACES Arrábida. Segundo o vosso ofício de resposta às questões colocadas por nós em 27/04, já existiram três reuniões com a ARSLVT e duas visitas a cada unidade funcional, uma geral e outra técnica da equipa de verificação. Pergunto, quem constituiu a equipa de verificação? Responde a que dirigente ou responsável do organigrama do município? Onde e de quem consta e onde constam os relatórios produzidos por essa equipa?

Vice-Presidente da Câmara – Vou tentar dar aqui respostas. Algumas das questões colocadas são sugestões de melhoramento do próprio relatório, que temos vindo a acolher ao longo dos tempos. Sabemos que este relatório não era e não tinha esta estrutura, ele foi sendo construído entre o executivo e a própria Assembleia Municipal para chegarmos ao formato que temos hoje. Contudo, os senhores deputados entendem que há aqui ainda questões que devem ser melhoradas e também vamos avaliar essas questões e ver que hipótese de melhoramento é que temos a fazer relativamente a algumas questões que possam ser aprofundadas.

Começando aqui pela intervenção da senhora deputada Rita Sereno, julgo que terá toda a razão, vamos corrigir de imediato para que estes elementos que não foram dado autorização dos próprios, nem são elementos públicos, não constem, também, deste relatório que, embora tenha a reserva aqui dos deputados municipais, não tem nenhum interesse em sabermos quem são os destinatários da formação, apenas nos bastará saber que a formação foi ministrada e qual o número de trabalhadores que foram atingidos. Portanto, vou dar essa indicação para que sejam retirados estes nomes que aqui estão.

Depois, relativamente às questões da gestão documental, tivemos neste período que implementar a gestão documental nos agrupamentos, penso que o número de pedidos terá a ver também com o número de bastantes utilizadores que passaram a integrar a Câmara Municipal para terem acesso às nossas aplicações, para terem acesso à Internet, para terem acesso à gestão documental e cada utilizador vai desencadear um pedido. Tendo em conta que temos 96 assistentes técnicos nas escolas com computador, penso que isso teve que ser tudo integrado e daí, talvez, o número de pedidos da gestão documental ser diferente dos outros anos.

Relativamente à questão das taxas e multas crescentes em comparação com o período homólogo, julgo, deputado Ilídio Ferreira, que na altura de Covid tivemos os processos de contraordenação parados e, por esse motivo, não foram feitas notificações, os prazos tiveram efetivamente parados e não foi dado andamento a certos processos. Após a questão da saída do estado de emergência ou de contingência todos os prazos retomaram e voltaram a contar. Julgo que esse fenómeno tem a ver com esse facto e, também, a questão das taxas terá, porque o município fez uma série de isenções de taxas e de pagamentos, de ocupação de via pública, etc., está-me aqui a dizer o Dr. Paulo Hortênsio, e durante esse período não houve realmente cobrança e quando se compara com o período homólogo, ele dispara na percentagem.

Quanto às questões que colocou dos impostos indiretos, deve-se praticamente ao IMT, mas também não custava nada escrevermos aqui que fica a dever-se, maioritariamente, à questão do IMT, portanto, podemos também ir acrescentando esta informação.

Relativamente ao número de acidentes de trabalho ter triplicado, penso que este fenómeno também tem muito a ver com o facto de na altura de Covid termos tido muitos trabalhadores em teletrabalho e agora ao retomar a atividade os números dos acidentes voltaram, mais ou menos, ao nível que tínhamos. Também temos aqui que incorporar os nossos novos trabalhadores na área da educação e tenho-vos a dizer que temos vários acidentes em serviço nessa área e estamos já a preparar uma série de ações de formação, tendo em conta esta população específica. Ficámos com a ideia de que os assistentes operacionais tinham muito pouca formação, aliás, foi o próprio responsável aqui do Centro de Formação que indicou que, infelizmente, dedicavam muito mais tempo à formação dos docentes e que depois descuravam um pouco a formação dos assistentes operacionais. Já tive a oportunidade de falar até com o Sr. Diretor para ver se conseguíamos reverter esta situação, uma vez também que estes trabalhadores são da responsabilidade da autarquia e que necessitam de formação específica, nomeadamente na área comportamental e na área do relacionamento com as próprias crianças, tendo em conta que muitos deles acompanham crianças com necessidades educativas com especificidades, porque hoje as tarefas de um assistente operacional numa escola são muito diferentes das que eram há uns anos atrás e verifica-se essa necessidade de formação.

Quanto às questões colocadas relativamente à habitação, pedia ao senhor vereador para poder responder, se fosse possível.

Vereador Carlos Rabaçal – Em relação à questão da habitação, hoje despachei mais 70 processos de pedidos, temos cerca de 1.400 pedidos de habitação e vão continuar a crescer. Neste momento, a maioria dos pedidos, cerca de mil, são pedidos de pessoas que trabalham, que têm o seu salário, mas com o aumento brutal das rendas, que aconteceu, não conseguem sustentar as casas onde viveram muitos anos e estão a ser despejados. Neste momento as rendas passaram, nalguns casos, de 250/300 euros para 700, 800 e 900 euros. Temos acompanhado muito de perto o mercado de arrendamento por causa do “Porta de Entrada” e o que está a acontecer é que estamos a alugar para resolver o problema da Quinta da Parvoíce casas a 900 euros. A situação não está nada fácil e é natural que, cada vez mais, pessoas que não têm história de pobreza, mas que não têm capacidade financeira real para ter acesso à habitação do mercado, venham ter mais problemas.

A habitação pública, neste momento, está lotada, não temos capacidade de resposta, pequenas rotações. O que está em cima da mesa é o plano apoiado no PRR em parceria com o IHRU para a construção de 1.500 fogos no espaço de 3 anos para renda acessível. Os 1.500 fogos de renda acessível e cerca de 500 fogos de renda apoiada, depois há uma bitola de renda reduzida de novos fogos que são cerca de 90 para jovens, exclusivos para jovens numa parceria com ACN.

Em relação à lista de pedidos de habitação, não tenho aqui o número exato, temos muitos casais jovens, sobretudo em processos de desdobração familiar, são pessoas que vivem com os pais e que querem sair, mas não conseguem sair e que têm pedidos de habitação. Temos um fenómeno em todo o concelho de Setúbal, não é só na habitação pública, de sobrelotação na medida em que a maioria dos filhos, não posso dizer que é a maioria, mas muitos filhos que saíram de casa, que fizeram a sua vida estão a regressar à casa dos pais e trazem os netos para casa dos pais. A situação não está nada fácil e implica, de facto, medidas mais consistentes.

Em relação aos jovens, posso fazer um levantamento exato dos pedidos de habitação de casais jovens ou de jovens isolados. Em geral são casais jovens, temos muitos casais jovens. Não tenho a informação comigo, mas vou obtê-la e posso fornecer-la em tempo útil.

Depois foi colocado aqui uma questão relativa à quebra financeira associada à renda das Águas do Sado. De acordo com o contrato de concessão, a primeira renda foi paga com a segunda, há 25 anos, e ficou assente que a última renda, que é o 25.º ano, não havia direito a pagamento, portanto, isso é um dado objetivo que provoca essa alteração.

Quero só dar aqui nota, também, de duas situações, primeiro, creio que os relatórios são muito difíceis de fazer para serem percetíveis, para ajudar a que se possa compreender integralmente o que ali está. Por um lado, os serviços são obrigados a fazer o seu relatório, é de lei, entregam o seu relatório, depois faz-se

uma breve síntese dos relatórios e tenta-se coser a informação. Tivemos aqui uma ajuda muito regular de alguns deputados municipais e até de vereadores que introduziram uma série de alterações, uma série de ajustamentos. Creio que todas as alterações e ajustamentos que intentam dever inserir são bem-vindas para podermos avaliar e podermos ajustar e construir o relatório de forma a que se possa perceber melhor o que lá está escrito.

A Sra. Presidente, em exercício, disse claramente que não custava nada pôr lá alguns dados simples e é uma questão de tratar esse assunto.

Última questão, segurança rodoviária, dizer que temos um trabalho muito intenso com as forças de segurança sobre esta matéria no quadro do Conselho Municipal de Segurança, cujo regulamento vem aqui hoje para o Conselho Municipal deste ano.

Temos acompanhado de perto, temos feito medidas de mitigação dos pontos mais e de maior incidência de acidentes, seja com melhor sinalização, seja com redução de velocidade, seja com lombas, seja com semaforização, temos feito uma série de intervenções e também todo o plano de mobilidade está neste momento montado para a redução de velocidade e para a proteção do peão. Há um conjunto de ações e de medidas, creio que não está aqui a senhora vereadora Rita Carvalho que tem essa área, mas ela poderá fazer o elenco das medidas que temos vindo a tomar e que provocaram em Setúbal uma redução significativa dos riscos e dos acidentes.

Como disse a Sra. Presidente, em exercício, a questão do Covid fez descer drasticamente tudo e depois aconteceu como uma loucura, logo a seguir ao fim do Covid e como acontece nos festivais, etc., tem havido acidentes em todo o lado, no país inteiro de uma forma muito acentuada. Há de haver aqui um momento de equilíbrio e creio que tudo se vai compor.

Dizer, ainda, que há um trabalho nessa área e que é um trabalho de parceria da Câmara, sobretudo, com a GNR, a PSP e a Polícia Marítima no Conselho Municipal de Segurança restrito e depois também numa discussão ampla com o conjunto dos parceiros do Conselho Municipal.

Vereador Pedro Pina – Peço desculpa, ausentei-me e sei que me foram dirigidas questões. Objetivamente podemos integrar esses dados, a Divisão de Juventude, quer nas atividades que realiza no espaço da Casa do Largo, quer as atividades que realiza em contexto de escola, são dados que são sinalizados e que são identificados na atividade e, portanto, estamos de acordo que possam ser considerados.

Se percebi a questão que foi colocada pela deputada Paula Soeiro e, segundo aquilo que a Sra. Vice-Presidente me transmitiu, terá questionado o executivo no sentido da equipa de trabalho ou do grupo de trabalho que está a realizar a análise no quadro da transferência de competências na área da saúde.

Paula Soeiro (PSD) – O título é “Equipa de Verificação”.

Vereador Pedro Pina – É uma equipa multidisciplinar no quadro da Câmara Municipal, que tem elementos do Serviço de Proteção Civil, da Divisão de Direitos Sociais e do Departamento de Obras Municipais e no exercício da verificação com base na análise dos relatórios, também, é acompanhada por elementos da ARSLVT que têm feito e que têm acompanhado essa verificação constituindo depois um relatório final, que está neste momento concluído, relativamente àquilo que é a análise comparativa entre o que foi a informação disponibilizada na transferência e o que foi depois a análise que a Câmara Municipal de Setúbal fez com esta mesma equipa. Esta equipa responde, neste caso, ao executivo municipal, ao Presidente da Câmara Municipal e ao vereador.

2. Deliberação n.º 22/2022/AM – Delib. CM 1829/2022 – Regulamento de Organização dos Serviços Municipalizados de Setúbal

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com os votos a favor da CDU e as abstenções do PS, PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata.

João Luz (CDU) – Só para dizer que, por motivos de incompatibilidade profissional, não irei participar na discussão e votação desta proposta.

Manuel Fernandes (PS) – Esta proposta, obviamente, vem na sequência daquilo que já tinha sido a tomada decisão do ano anterior, salvo erro no dia 10 de dezembro do ano anterior, em que tivemos uma decisão, julgo que por unanimidade, em que os Serviços Municipalizados voltam a ser reativados, tendo por base a integração da gestão da água e ao qual agora, neste caso, acresce uma nova estrutura que é o tratamento dos resíduos sólidos urbanos, serviço esse que, também, já estava nas mãos do município. Julgo que, ainda também, a recolha dos resíduos e gestão das águas pluviais.

É uma nova estrutura orgânica que é criada e esta nova estrutura, obviamente, merece uma organização dos serviços e a internalização daquilo que já era feito pelas Águas do Sado de um formato que responda de forma qualitativa à população do concelho.

Dizer que o contrato de concessão termina no próximo dia 17 de dezembro e, obviamente, que a responsabilidade, a partir do dia 18, caberá à Câmara Municipal para resolver todas as questões inerentes a estas matérias de uma forma que o Partido Socialista entende que deva cumprir 4 grandes objetivos. Defini quatro grandes objetivos, muito embora podemos esmiúça-los depois cada um deles em outros sob objetivos, mas penso que estes são os principais com prioridade para o Partido Socialista.

Em primeiro lugar, garantir a continuidade da prestação de serviços de qualidade à população, penso que essa tem sido uma tônica da própria Águas do Sado, os serviços têm sido de qualidade e a qualidade deve ser mantida e se puder ser, obviamente, melhorada.

Garantir, também, uma reversão tranquila, sem roturas e sem constrangimentos aos munícipes, isso é o que se quer, é o que se pretende e penso que aquilo que tem sido feito até agora nada nos diz que este objetivo não será cumprido. Deverá ter em atenção, também, a salvaguarda dos contratos de trabalho de todos os trabalhadores da empresa das Águas do Sado, sendo que aqueles que estavam cedidos pela Câmara Municipal, obviamente, a reversão garante a sua continuidade.

Por último, um objetivo que é aquele, ao fim ao cabo que toda a população espera, que é em par da qualidade, uma redução da tarifa da água, que penso que é dos objetivos mais importantes que importa nesta internalização dos Serviços Municipalizados.

Ora para esta nova estrutura que é agora criada, os trabalhadores que foram abrangidos por ela tinham aqui uma dificuldade que estava patente. Devo dizer que houve uma discussão em sede de Comissão de Economia, Administração e Finanças que foi muito profícua. O Dr. Ricardo Oliveira, prefiro chamá-lo de Doutor, porque ele é vereador, adjunto e é vereador substituto, chamando Doutor está tudo bem. Tivemos uma excelente reunião, devo dizer que foi das melhores reuniões que tivemos em sede de Comissão de Economia, Administração e Finanças, porque foi bastante esclarecedora e as perguntas foram muito acutilantes, perguntas e observações, portanto, houve ali discussão de forma genuína e penso que quem lá esteve saiu, obviamente, muito mais informado e muito mais capacitado para refletir acerca deste assunto e em consciência votar esta proposta em Assembleia Municipal.

Aquilo que saiu de lá, em relação à preocupação com os trabalhadores, que era uma das grandes preocupações que estava na iminência desta internalização dos serviços, uma vez que os trabalhadores estavam no setor privado ou estão ainda no setor privado e terão que ser acolhidos por uma empresa do setor público e perante a lei atual isso só se fará, obviamente, ao abrigo de concursos públicos, sendo que teria que se arranjar aqui uma solução. Gostava de evidenciar aquilo que foi conseguido, pelo menos até agora, e penso que fica bem a bancada do Partido Socialista reconhecer que quando as coisas funcionam bem e até agora têm funcionado bem, aquilo que é a informação que por nós foi recolhida é que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal, até agora, tem conduzido de forma, diria, até quase exemplar, se não exemplar. Não tenho acompanhado o trabalho, mas o resultado até à data, obviamente, é positivo e gostaria de evidenciar principalmente também a atitude do Sr. Vereador Carlos Rabaçal no sentido de conseguir a condição de estabelecer pontes com um partido da oposição, percebendo claramente o que é que significa perder a maioria absoluta. Perder a maioria absoluta é isto, é ter a capacidade de estabelecer pontes. Uma vez na gestão do executivo, teve essa capacidade, esse engenho de estabelecer essas pontes, nomeadamente, com o Sr. Vereador do Partido Socialista, Fernando José, com o qual em conjunto conseguiu-se uma solução para acolher estes trabalhadores que vieram das Águas do Sado e que irão fazer parte da nova estrutura.

Também, obviamente, gostaria de evidenciar o papel do Sr. Vereador Fernando José, uma vez que também ele mostrou disponibilidade, não é o facto de não estar a gerir os destinos da Câmara de Setúbal que impediria que ele tivesse o sentido de responsabilidade de fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para pugnar por essa solução. Portanto, penso que de parte a parte, uma vez que, também, muito recentemente houve uma conferência de imprensa em que o Partido Socialista apontou um dos defeitos, um dos problemas que tem sido identificado e que é exatamente a falta de diálogo, aqui, neste caso, há uma referência do contrário e é por esse motivo que não me custa nada salientar o papel do Sr. Vereador Carlos Rabaçal.

Obviamente que há um elefante na sala e não podemos esquecê-lo, ao longo dos 25 anos que estão a terminar da concessão que foi criada e acumulando, ao longo dos anos, uma dívida, essa dívida deve ter uma solução. O Dr. Ricardo Oliveira mostrou que existia uma solução que tinha sido sugerida pela empresa Arnaut & Associados, que é a que está a dar assessoria a esta situação, e essa solução parece-nos que poderá, eventualmente, não acatar totalmente a dívida que as Águas do Sado têm para com a Câmara de Setúbal. Julgo que o que está, naquilo que é a informação que nos foi dada, é que apenas, salvo erro, 12 milhões de euros são a verba que está efetivamente a ser reclamada no que é o processo que foi aberto depois de, penso, uma quantidade de tentativas, mas ainda no decurso dos últimos anos deste contrato de concessão.

Esta dívida é uma dívida preocupante, porque estamos a falar de um montante que não é pequeno, estamos a falar de um montante aproximado de cerca de 30 milhões de euros, estamos a falar de um terço da receita operacional do orçamento do município. Se olharmos, efetivamente, para aquilo que têm sido as dificuldades do município em realizar investimentos sem que tenha o apoio dos programas comunitários ou dos programas nacionais, devo dizer que esta verba é uma verba decisiva para que o próprio município consiga consumir alguns investimentos que há muito estão por fazer, diria há décadas, por exemplo, o saneamento. Esta dívida era muito importante que fosse ressarcida.

Importa aqui dizer que a CDU, ao longo de todas estes anos e ao longo de quase praticamente 90% da aplicação da concessão, é por si própria responsável pelo bom e pelo mau que aconteceu nesta concessão. O bom foi, obviamente, conseguir dar continuidade a um contrato que foi feito efetivamente com este objetivo que agora chega ao fim e que foi cumprido. Houve investimentos muito importantes feitos no concelho e estes investimentos decorreram daquilo que foi a capacidade de construir, através do contrato de concessão, entre as Águas do Sado e a Câmara Municipal. Por outro lado, também é responsável por aquilo que é mau e uma delas é este elefante na sala que é, efetivamente, o montante da dívida e que não podemos perder de vista e queremos obviamente explicações daqui para a frente e por esse motivo, nesta proposta, iremos abster-nos, por enquanto, tendo em conta que ainda virá muitas vezes este assunto, porque há muita coisa ainda por decidir e teremos que o discutir muitas mais vezes.

Vítor Rosa (BE) – Mais que a questão técnica deste regulamento, como já foi agora referido, não temos questões a levantar, porque são as questões inerentes que nos suscitam dúvidas acrescidas e as dúvidas constantes no parecer da ERSAR, as quais foram levantadas na reunião da comissão. Por exemplo, aponta-se nos considerandos, páginas 4 e 5 da apresentação da proposta, que para fazer face à prossecução dos objetivos traçados há um plano de investimentos de 10 anos, na ordem dos 42 milhões de euros. O estudo apresentado, por sua vez, já faz cenários para 17 anos, de 23 a 40, entretanto a ERSAR no seu parecer, na página 7/33, ponto 4, diz que a Câmara Municipal de Setúbal apresenta um plano de investimentos para o SMS a 25 anos.

Já agora e em abono da verdade, chamar a atenção que o documento que nos foi passado, quer em papel, quer digitalmente, é completamente inelegível e julgo que os serviços deveriam ter esse cuidado na informação que depois é prestada, porque não se consegue, de facto, ler aquele plano de investimentos. Fala-se, também, da afetação de cerca de 50% do montante global de investimentos, ou seja, cerca de 57 milhões de euros para reabilitação de redes de abastecimento e saneamento, o que nos coloca, de facto, que muita coisa ficou por fazer ao longo destes últimos anos relativamente a esta matéria.

A estas discrepâncias, acrescenta o parecer da ERSAR, o serviço de saneamento em alta passa para a SIMARSUL, sendo este serviço pago pela Câmara Municipal de Setúbal. Estamos a falar de que valores? Porque essa matéria aqui não é referida, o que nos cria, para o futuro, também algumas dúvidas.

A questão dos futuros tarifários, também se colocam, esperamos que exista a preocupação social na sua aplicação automática, de forma a proteger os mais vulneráveis do nosso concelho, que é o desejo de todos, como foi também referido pelo deputado do PS, a redução da tarifa para as pessoas com situações mais vulneráveis.

Por último, e também não menos importante, obviamente, a dívida das Águas do Sado por todo o reflexo que terá em futuros orçamentos e o conseguir reaver este valor que se encontra em cima da mesa.

Nuno Carvalho (PSD) – Sobre esta matéria referir que este é um serviço que temos que ter noção de que é de um capital intensivo, ou seja, sempre que se abre a torneira tem que sair água, o serviço tem sempre que estar disponível, quer se use, quer não se use. Isso significa, naturalmente, que há preocupações significativas pelo lado daquilo que é a manutenção da rede e os investimentos que são necessários. Se é importante novamente referir, diria até mais para efeitos públicos, porque o executivo já o fez no passado. Aquilo que é a diferença ou eventualmente a ligação que existe entre a dívida que aqui está registada e que a Câmara Municipal indica e a eventual conexão que ocorre, por via dos investimentos que teriam que ter sido feitos este ano, e a manutenção, se, de facto, tem uma coroação ou não, uma vez que esta é uma preocupação significativa, porque se vai herdar uma rede de infraestruturas que vai exigir este cuidado ao longo dos diferentes anos. Isto impacta, também, no segundo aspeto que é, perceber se eventualmente será, porventura, na manutenção do serviço e na forma como ele será mantido, gerido e o no próprio investimento associado que será possível ou não existir uma redução do preço da água, sendo que esta redução tem que ter uma visão, tem que ter um planeamento e aqui é preciso ter um cuidado que não é a sua simples integração na Câmara Municipal que, naturalmente, poderá originar isso. É evidente que não é isso que se procura, mas se se procura simultaneamente ter uma gestão melhor, com certeza que também se procurará que essa eficiência possa surtir um efeito positivo naquilo que é o preço do fornecimento de água.

Por último lugar, uma referência significativamente importante e que diz respeito àquilo que é a organização que irá ocorrer. Presumindo que ela ficará essencialmente igual, no que diz respeito àquilo que será a organização, portanto, essa é uma mera confirmação daquilo que também se subentende do que já foi falado publicamente, mas também procurar neste aspeto da organização, perceber um pouco melhor o que será a ligação, particularmente com a SIMARSUL. Essa ligação, a forma como ela é estabelecida, por quanto tempo é estabelecida, ela é muito importante para que possamos entender o fator preço, porque nesse aspeto não dependerá, naturalmente, apenas daquilo que será a gestão da Câmara Municipal.

Estes aspetos, ainda que eles já tinham sido conversados e falados, não deixam de ser relevantes para o escrutínio aqui da Câmara Municipal, estamos a falar de fazer uma viragem de uma infraestrutura muito grande, isto é como virar um barco gigante, não é de um momento para outro. Colocar essas questões como de resto aqui algumas já foram colocadas, cremos que nunca são demais, porque ajudam efetivamente ao esclarecimento de todos os que nos possam estar a ver, mas essencialmente aos deputados municipais que terão que acompanhar esta matéria, provavelmente, com detalhe muito maior.

Flávio Lança (IL) – Irei-nos abster na votação, porque, apesar de não termos acompanhado a reativação dos Serviços Municipalizados de Setúbal na assembleia de dezembro, a maioria decidiu que deveriam ser reativados e assim entendemos que não existindo incumprimentos de questões formais, a organização dos Serviços Municipalizados deve ser da responsabilidade do executivo e este deve ser responsabilizado pela sua execução.

Queremos, no entanto, notar que começa a ficar reforçado o receio que tínhamos que poderíamos não estar perante a melhor opção para os municípios e para o município e destaque, entre muitos outros, dois pontos que me parecem importantes. O tema do pessoal, segundo o relatório da consultora PwC, na folha 37, indica que deverão ser integrados nos Serviços Municipalizados de Setúbal 118 colaboradores que estão ao serviço das Águas do Sado, dos quais 53 já são colaboradores do município. Mas para os Serviços Municipalizados de Setúbal funcionarem, conclui a entidade reguladora através do relatório da PwC, que se integrem ainda 117 colaboradores de vários departamentos da Câmara, 24 novos colaboradores para o Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, 15 novos colaboradores para reforçar a estrutura dos Serviços Municipalizados de Setúbal e 12 colaboradores a afetar à gestão do serviço não regular de gestão de

sistemas de drenagem pluvial. Note-se que a entidade reguladora refere que, nos últimos 3 anos, o número de colaboradores nunca ultrapassou 241, mas no estudo de viabilidade económica indica 274 colaboradores para funcionar, ficando ainda a dúvida se não iremos assistir a um acréscimo de gastos.

Relativamente aos tarifários tenho aqui, também, duas questões que me parecem relevantes, que a entidade reguladora, na página 26 do relatório, indica que os encargos com o serviço de abastecimento apresentam uma redução de 40%, enquanto que a faturação dos serviços de saneamento e de gestão de resíduos urbanos regista um acréscimo de 28% e 46% respetivamente. Não sei se há aqui alguma ideia de baixar uns serviços e de aumentar outros, era um esclarecimento que gostaria de ter.

Por fim, gostaria ainda de notar que a entidade reguladora faz um conjunto de recomendações que são importantes, mas que na Comissão de Economia, Administração e Finanças nos foi indicado que estão a ser trabalhadas, mas que gostaria, desde já, de relevar que são as tarifas de disponibilidade que devem ser expressas em euros por dia e é recomendado que não exista diferenciação para os utilizadores não domésticos entre Estado e Autarquias, e é recomendado que não seja cobrado os serviços de mudança de nome e abertura de água por se tratarem de atos necessários à prestação dos serviços e comum a todos os utilizadores.

Por último, deixo aqui também, entre muitas outras que não vou aqui referir, que é necessário detalhar a tarifa chamada outras prestações de serviços.

Vanessa Silva (CDU) – A CDU valoriza a proposta que nos é presente, não só por aquilo que propõe e na verdade ser mais um passo num caminho que visa salvaguardar o interesse público num bem que é tão essencial quanto a garantia de termos água potável, água tratada e tratamento de resíduos todos os dias, mas valoriza também a forma como a proposta é apresentada com um conjunto de documentos anexos que não tendo que ver diretamente com a matéria em apreço importam para o enquadramento geral deste caminho que estamos a percorrer.

Posto isto, hoje temos em cima da mesa para deliberar um Regulamento de Organização dos Serviços Municipalizados e gostaríamos de fazer uma valorização do facto deste regulamento estar assente numa ideia de reversão na base das estruturas existentes na atual empresa concessionária, as Águas do Sado, mais a Divisão de Higiene Urbana que trata os resíduos na câmara. Até de alguma forma, aqui indo ao encontro das preocupações levantadas pelo o senhor deputado que me antecedeu, na realidade não são novos trabalhadores, são trabalhadores existentes numa outra divisão e não nas Águas do Sado.

Esta transição que se procura fazer é uma transição que tem como principal preocupação evitar que haja entropias na resposta aos munícipes e, portanto, parece-nos um passo adequado neste momento.

Foi já aqui referenciado por outros senhores, eleitos municipais, a questão da redução tarifária que, como sabem, temos como objetivo programático no quadro deste mandato autárquico. Estamos convencidos que esta redução tarifária é possível, é útil e que haja no plano da fatura, que chamamos a fatura da água, também alguma visibilidade de redução das outras componentes, porque já hoje a tarifa da água tem um peso muito pequeno na fatura que pagamos todos os meses. Mais de 60% da fatura da água são de outro tipo de serviços que não os diretamente da água, também importa termos isto em consideração para uma melhor compreensão do processo que temos em curso.

Vereador Carlos Rabaçal – Obrigado pelas questões colocadas, só algumas notas, observações e responder às questões que foram colocadas.

Em primeiro lugar, o que vamos hoje debater e decidir é mesmo o regulamento e a orgânica dos serviços, os outros documentos são documentos que a lei obriga que acompanhem o regulamento. É o estudo de viabilidade económica e financeira que identifica a viabilidade do processo e são as condições técnicas e o plano de investimentos que são obrigatórios como identificação do plano do serviço para essas matérias. Decidimos anexar o parecer da ERSAR, que não é obrigatório, nem é vinculativo, mas temos uma relação muito forte com a ERSAR, temos reunido informalmente com eles, eles têm trabalhado connosco, têm-nos ajudado e decidimos propor-lhes que fizessem um parecer e o parecer que a ERSAR fez não versa o regulamento e a orgânica, mas versa o estudo económico e versa o plano de investimentos e as condições técnicas.

Para nós foi muito importante, porque estamos a acompanhar todas as recomendações da ERSAR, que são recomendações normais, viáveis e que têm interesse para a prestação do serviço. Vamos manter uma relação deste género com a ERSAR, mandou-nos agora um novo documento visto que este é o primeiro dos documentos, precisamos depois para exercer a atividade de ter o regulamento da água e saneamento que estabelece os direitos e os deveres dos consumidores, dos munícipes.

O regulamento dos resíduos que já está em vigor e que tem ajustamentos a fazer até 2025 e vamos mantê-lo agora como está, depois temos o plano de atividades e orçamento, temos o mapa de pessoal e temos o plano tarifário, ainda há muito documento que virá à Assembleia e os documentos virão todos à Assembleia e são todos deliberados pela Assembleia, porque é a Assembleia que tem a capacidade deliberatória sobre todas essas matérias dos Serviços Municipalizados.

Já agora dizer que em relação à postura de diálogo que tem havido, acho que ela não resulta de reconhecimentos de maiorias ou minorias, resulta da necessidade objetiva de discutir uma questão que é absolutamente vital para a população de Setúbal e que carece de um aprofundamento, de uma análise e de uma resposta coletiva da sociedade setubalense e dos políticos de Setúbal e de todos os nossos eleitos, tenham opiniões mais de um tipo ou mais de outro tipo. É preciso que todos sejam ouvidos, é preciso que todos possam contribuir e é preciso que todos participem na decisão, visto que a decisão é da Assembleia Municipal. Creio que isto é a razão que determina esta forma de trabalhar.

Creio que em relação às questões colocadas, de facto, um dos objetivos centrais de todo este processo é manter e melhorar a qualidade do serviço, é baixar a tarifa, é garantir um processo de investimentos, há coisas que não foram feitas, há sempre coisas que não foram feitas, mas o trabalho que é preciso fazer é mais sobre o que foi feito há muito tempo, trata-se de reabilitar, separar e renovar. Posso-vos dizer que só para 7 bairros históricos, precisamos de mais de 20 milhões para renovar as redes, redes que têm 25 anos, têm 30 anos, têm 40 anos e por aí fora. Temos que, não só, fazer algumas coisas novas e há novos investimentos importantes, mas também temos que fazer sobretudo uma intervenção nas redes, melhorando o que foi feito, é a questão fundamental deste investimento. Temos um plano de investimentos a 25 anos, é obrigatório, mas decidimos estabelecer um plano de investimentos mais curto, a 10 anos, e cerca de 42 milhões em cima daquilo que são as questões mais candentes e mais relevantes para o sistema.

Em relação à questão da dívida, é uma dívida que resulta de uma má fé de um parceiro empresarial, que, segundo os nossos colaboradores que estão agora a trabalhar connosco, a empresa que contratámos da Pena & Arnaut, eles próprios dizem que nunca viram uma empresa com um comportamento empresarial como tem esta na relação com um concedente. Portanto, acionámos a garantia bancária, estávamos à espera e aconteceu que foi acionada uma providência cautelar, contestamos a providência cautelar que está do lado do juiz para decidir sobre a providência cautelar e sobre o acionamento da garantia. Estamos convictos que a garantia virá e serão 12 milhões e meio. Ainda na semana passada voltamos a notificar a empresa para pagar o resto da dívida, tivemos aqui um compasso de espera, visto que o grupo foi vendido a uns acionistas franceses e fizemos questão de falar com esses acionistas, foi o Sr. Presidente da Câmara que falou com os acionistas franceses, colocando o problema para resolvermos este assunto, mas não deu em nada. Então vamos ter que avançar para a litigação e vamos até ao fim da litigação no Tribunal Arbitral, Tribunal Comum, vamos por aí fora e vamos à luta para ir buscar aquilo que é dos munícipes, não é da Câmara, é dos munícipes de Setúbal. É um processo que está em caminho, está a andar, as Águas do Sado sabem disto e estão a fazer lá o trabalho deles e nós estamos a defender o interesse municipal utilizando todos os meios ao nosso dispor.

Em relação aos trabalhadores, uma pedra angular deste processo é a garantia de todos os direitos de todos os trabalhadores. Os trabalhadores da câmara que estão, neste momento, em cedência de interesse público nas Águas do Sado vão regressar, eles têm lá salários, têm regras laborais, têm uma série de direitos adquiridos e eles vão transitar com todos esses direitos, o processo não é complexo, cada um entra na sua categoria, depois entra no elevador remuneratório até atingir o estatuto remuneratório que tinha no outro lado. Não vai haver em nenhum caso perda de direitos, é algo que está garantido e que vamos resolver e que a lei cobre.

Relativamente aos trabalhadores que são das Águas do Sado, o processo de integração não tem, na lei, qualquer cobertura. Há uma lacuna na lei, o legislador esqueceu-se que poderia acontecer o regresso das concessões e que era preciso prever a integração desses trabalhadores. A lei de transmissão de

estabelecimento resolve isso com alguma clareza, mas não resolve a integração na função pública, foi isto que foi referido. Houve um esforço conjunto feito entre o PCP, o PS e o PSD em cima de uma proposta do PS para encontrar uma solução, que resolvesse bem o problema da integração. Não se resolveu bem a questão da progressão, agora há para aí uma grande confusão, porque a parte da progressão ficou com uma linguagem um bocado complexa e de interpretação muito dúbia, está para ali uma complicação, mas a integração num quadro especial para eles, mas um quadro público que cria aqui algumas dificuldades, mas a questão de base ficou resolvida. Era uma lacuna que havia na lei e que, em princípio, a lei devia corrigir isso, porque vai haver mais regressos e no mundo inteiro 85% das concessões já regressaram e o movimento internacional e até as recomendações da ONU é de regresso à gestão pública no mundo inteiro e será preciso que isso fique legislado e resolvido.

Relativamente à SIMARSUL, a lei obriga a que no dia seguinte ao fim da concessão a SIMARSUL esteja a gerir a alta dos esgotos, do saneamento, é uma imposição legal e que tem que ver com a estabilização e a viabilização da SIMARSUL que só é viável com a existência de Setúbal dentro da SIMARSUL. Setúbal tem estado de fora, porque tinha esta concessão e, segundo as estimativas do Governo, se não entra em 2023, 24 ou 25, a SIMARSUL vai implodir, portanto, temos mesmo que entrar e a lei impõe que entremos e vamos entrar no programa.

Em relação ao impacto financeiro disto, tenho um estudo, que já me comprometi a entregar a quem pediu, mas posso entregar à Assembleia, só ainda não entreguei, porque estamos a discutir com a SIMARSUL a renda, mas quando tivermos a renda fixa já a coisa é mais fácil. A SIMARSUL vai fazer a gestão da alta e as obras da alta, nós pagamos uma renda, pagamos o serviço e eles fazem a gestão da alta, fazem as obras de alta e pagam-nos uma renda pelos equipamentos que lhes pomos ao dispor. Os equipamentos são da Câmara e vamos-lhe ceder, eles pagam-nos uma renda, é de lei, e há uma tabela, há uma fórmula sobre o valor patrimonial dos nossos equipamentos que são cedidos à SIMARSUL. As contas que fizemos dá, mais ou menos, que ao longo de 25 anos, a renda que nos pagam e as obras que fazem compensa o serviço que pagamos, portanto, a ideia que temos é essa, esta entrada para a SIMARSUL, do ponto de vista da gestão global do negócio, é praticamente inócua, não tem nenhuma relevância financeira, mas depois virá com a devida fundamentação.

As questões relacionadas com os tarifários, há de vir à Câmara, mas vamos acompanhar as recomendações da ERSAR. O tipo de pacto social, que foi colocado pelo Bloco de Esquerda, é uma questão que vamos assumir.

Em relação à organização do serviço, o serviço vai receber os trabalhadores da recolha dos resíduos, que são da Câmara, e essa operação é uma operação equilibrada, é uma operação em que o regulador obriga a que haja uma relação de 105 e 95 de equilíbrio, isto é, não pode haver um desequilíbrio abaixo dos 95 de receitas/despesas desse sistema, nem pode haver acima dos 105 e temos mantido essa situação. A entrada dos resíduos, dentro do sistema, não vai perturbar a resposta financeira do sistema.

As águas, saneamento e resíduos, são áreas reguladas pela ERSAR, a parte pluvial não é regulada pela ERSAR, em princípio passará a ser dentro de algum prazo e está a ser discutido isso neste momento. Passará a ser regulada, também, o pluvial visto que não faz sentido fazer intervenções no território à volta do pluvial, por um lado, e à volta do doméstico por outro lado, são sempre ações conjuntas em geral, em termos de obra e intervenção pública. Numa fase inicial, vamos ter que fazer um protocolo com os Serviços Municipalizados em que a Câmara assume os custos do pluvial e os Serviços Municipalizados operam o pluvial.

A gestão dos Serviços Municipalizados, como sabem, é uma gestão empresarial, os Serviços Municipalizados hoje, além da autonomia administrativa e financeira que tinham desde sempre, de acordo com a lei, têm que ter gestão empresarial e os Serviços Municipalizados fazem parte do tecido das unidades empresariais locais. Mudou a lógica dos Serviços Municipalizados e entendemos que era importante esta solução, porque permite um foco maior na resposta.

Juntámos a estrutura dos resíduos à estrutura das Águas do Sado e já fizemos reunião com todos os diretores de departamento, que são chefes de topo das Águas do Sado e, neste momento, já se acordou com eles as condições laborais e eles vêm integrar os Serviços Municipalizados. Já se fez reunião com todas as chefias intermédias das Águas do Sado, menos com um que estava de baixa, no conjunto são 13, e todos eles vêm trabalhar para os Serviços Municipalizados e dia 30 vamos fazer uma maratona de

reuniões com todos os trabalhadores, em grupos de 10, das Águas do Sado, temos a avaliação da situação profissional e fazer o ajustamento dos seus direitos e garantias na transição para os serviços.

Em relação aos trabalhadores da Câmara, que não tenha este movimento, passa de uma unidade orgânica para outra unidade orgânica municipal, também vamos reunir com todos os trabalhadores e vamos dar nota das mudanças e ajustamentos. Embora o setor de resíduos passe em bloco, o chefe de divisão mantém-se, tudo se mantém, os locais onde trabalham mantêm-se, não há nenhuma alteração profunda em relação a essa matéria.

Creio que já falei de quase tudo. A organização dos serviços é vertical e vai, como aqui já alguém referiu, acompanhar em pormenor toda a estrutura dos serviços. A ideia é de no dia seguinte não se passa nada, mudou a responsabilidade dirigente, mas está lá o Diretor de Departamento, está lá o Chefe de Divisão, está lá o encarregado, estão lá os trabalhadores na sua orgânica e estão a trabalhar. Este é que é o objetivo à volta do qual estamos a trabalhar. A ideia é, depois de estarem criados os Serviços Municipalizados, termos tempo de conversar com calma para fazer ajustamentos e algumas inovações, etc., mas temos tempo para fazer isso depois, agora não, visto que em dezembro temos que estar a gerir esta organização e a gerir o sistema com qualidade.

Não sei se me escapou alguma coisa, se escapou, agradecia que me dissessem, que chamassem a atenção para poder esclarecer, mas creio que respondi, mais ou menos, às questões todas que foram colocadas. Creio que aqueles documentos e outros que referi, depois vão esclarecendo, a par e passo, como é que vai ser feita a gestão. Por exemplo, o regulamento deve vir rapidamente à reunião de Câmara, porque irá ter discussão pública e depois virá em setembro à reunião da Assembleia Municipal e esse regulamento já dá indicações da lógica da gestão, depois o tarifário resolve o problema, o Plano de Atividades, o Orçamento e o Mapa de Pessoal é que fecham, então, esse processo.

Esta reativação tem custos, estamos a trabalhar bem com as Águas do Sado nos aspetos do acompanhamento das instalações, avaliação do processo, avaliação de instalações com a SIMARSUL e está a correr bem. Depois de uma fase inicial muito turbulenta, a questão dos trabalhadores está a correr bem, porque não tínhamos acesso ao contato com os trabalhadores, arranjámos uma solução e está a correr bem.

Relativamente aos sistemas de gestão da operação, nem por isso, portanto, as Águas do Sado têm um entendimento de que manter o funcionamento e a continuidade do serviço é manter a água na torneira e os sistemas de água na torneira e o resto dos sistemas, a questão de pessoal, salários, etc., dizem que é da AQUAPOR e que não passarão para nós. Estamos a discutir isso com eles, pedimos parecer à ERSAR sobre isso, mas não temos tempo para grandes conversas, vamos ver se isto se desembrulha, se se desembrulhar a situação é híper pacífica, se não se desembrulhar temos um plano B em que temos os mesmos sistemas, as mesmas soluções que os trabalhadores conhecem prontas para poder fazer esse trabalho. Isto tem sido um trabalho muito exaustivo, muito intenso e que tem obrigado a muitas reuniões, a muita discussão, a muito documento, mas creio que vamos levar a bom porto. A equipa está a trabalhar muito bem e vamos levar isto a bom porto e creio que vamos poder trazer aqui documentos consistentes, bem apoiados, bem preparados e sempre disponíveis para sugestões, opiniões e soluções que possam ajudar a que este desígnio municipal funcione e corresponda àquilo que se pretende, que é um serviço público de qualidade ao serviço dos municípios, a preços mais acessíveis e mais consentâneos com a natureza deste negócio.

Este negócio, só para se ter uma ideia, é um negócio que gere cerca de 18 milhões de euros, dos quais 8 milhões são resultados positivos, hoje, na entidade privada. Na entidade pública, não temos essa possibilidade, isto é, não é possível na entidade pública ter estes resultados positivos, vamos ter que reduzir os resultados positivos, reduzindo a tarifa, investindo mais, etc., mas os resultados positivos não podem ter essa tradução. É algo engraçado, porque na gestão privada é possível o resultado ser exponencial, na gestão pública há limites aos resultados da gestão, por exemplo, a SIMARSUL só pode ter 2% de resultados positivos, está proibida de ter mais do que isso. Portanto, é engraçado essa solução, mas de qualquer modo, este sistema vai ser autónomo, do ponto de vista financeiro, e não vai precisar, para aquele plano de investimentos que foi apresentado, de recorrer a empréstimos ou financiamentos de terceiros, tem capacidade de sozinho se auto gerir e é nesse sentido que vamos encarar toda a exploração e é nesse sentido que vamos avaliar a baixa da tarifa de uma forma consistente, consolidada para conseguir, também, responder à qualidade que o serviço precisa.

Depois de um período de investimento mais poderoso, podemos ir baixando paulatinamente a tarifa, pelo menos é a nossa perspetiva, até porque estamos a pensar encontrar outras fontes de financiamento que não só a tarifa habitual que está em cima da mesa, neste momento. Peço desculpa por ter sido tão longo.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 16 votos a favor da CDU e 21 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

3. Deliberação n.º 23/2022/AM - Delib. CM 1830/2022 – Alteração aos Autos de Transferência de Competências e Recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Freguesia de S. Sebastião, Freguesia do Sado e União das freguesias de Setúbal para o ano de 2022

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, CH, BE, PAN e IL, e a abstenção do PSD, conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Senhor Presidente, se permite, falo já sobre as duas propostas, uma é da retificação e a outra é das transferências de competências para o ano de 2023.

Esta primeira proposta tem a ver, acima de tudo, com o aumento do salário mínimo nacional, tem a ver com os acertos.

A segunda tem a ver, realmente, com o que foi acordado entre as freguesias e o município relativo às transferências de competências para 2023. Esta questão das transferências de competências é algo que para as freguesias do concelho de Setúbal e para a Câmara Municipal de Setúbal não é uma questão nova, é uma questão que se começou a trabalhar de uma forma muito séria e muito concreta a partir de 2002, a partir da altura em que a CDU chegou à Câmara Municipal de Setúbal. Se podermos enaltecer o trabalho da CDU em todas as áreas e em grandes obras que foram feitas em todo o concelho de Setúbal, uma das questões, para nós é a maior obra, é realmente o que tem acontecido ao longo destes anos e que tem sido, primeiro os protocolos de descentralização, depois os contratos de execução e agora a transferência de competências. Isto permitiu que todo o concelho fosse contemplado.

A primeira vez que fui eleito como Presidente de Junta, em 1998, lembrar aqui que a Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra não tinha uma única pessoa a varrer, não tinha um único espaço verde e a descentralização de competências permitiu que as juntas de freguesia se equipassem e que prestassem um serviço em toda a freguesia. Esta foi uma medida inteligente e de grande valor.

Este reforço que aconteceu este ano, porque todos os anos tem vindo a haver reforços, mas este reforço foi um reforço que foi amadurecido e que, também, aqui a Câmara aproveitou a experiência das juntas de freguesia para passar mais transferências ainda para as freguesias, até porque a Câmara, também, recebeu novas transferências de competências do Governo central. Esta é uma medida importantíssima, foi analisada de uma forma muito séria, muito concreta e aquilo que pensamos é que isto vai continuar a ter uma importância muito grande. Só lamento é que, por exemplo, o Governo central não tivesse feito o mesmo com a Câmara Municipal, ter tido o mesmo comportamento, ter discutido as coisas como a Câmara fez com as Freguesias. O importante é que esta transferência de competências vai contribuir para que o nosso concelho aumente a qualidade de vida, pelo menos, é esse o nosso desejo.

Paula Soeiro (PSD) – O meu pedido de palavra tem primeiramente a ver com a possibilidade de analisarmos em conjunto.

Se me for permitido, vou fazer deste modo, porque, às vezes, é difícil dissociar as informações que vêm no ponto 3 daquelas que vêm também no ponto 4, porque é uma correlação, no meu entender, para fazer a leitura de um e de outro e para clarificar também a nossa posição em termos de votação na Comissão e daquilo que resulta depois da votação das duas deliberações.

Estava a ouvir o Presidente da Junta de Freguesia da Gâmbia, o qual já me ajudou aqui a esclarecer uma dúvida que tinha relativamente ao ponto seguinte, o ponto 4. Mas sobre o ponto 3, que é a deliberação que resulta da alteração aos autos de transferência para 2022, sabemos que normalmente estes autos de transferência resultam do acordo entre as partes, embora eu pessoalmente também já tenha testemunhado o seu contrário. Gostava de uma clarificação por parte do executivo e muito possivelmente do Sr. Presidente da União de Freguesias de Setúbal, de como é que conseguirão fazer esta tria de eficácia, eficiência e de qualidade no ano 2022 quando vai existir menos trabalhadores a transferir, ou seja, há uma redução de 21 para 14, ao mesmo tempo que há um acréscimo de limpeza, porque lhe vai ser atribuída a frente ribeirinha e a Av. Luísa Todí. Sabemos que com a redução das medidas pandémicas de contenção há um maior acréscimo de população ou de forasteiros a estes lugares em específico, na zona ribeirinha e na Av. Luísa Todí e, por isso, temos alguma curiosidade em perceber como é que vão conseguir fazer esta triangulação com menos trabalhadores para o ano 2022.

Para o ano 2023, na deliberação seguinte, no ponto 4, dar nota de algumas diferenças, tendo sempre como base que considero que tudo o que seja possível de deslocalizar ou de transferir para as freguesias será sempre em proveito da população, quer na gestão dos espaços verdes, quer na limpeza pública. Tendo essa base, no ponto 4 temos uma diferença para a União de Freguesias de Azeitão em que há a atribuição de mais três unidades funcionais de trabalho, sendo que a delegação associada é somente o espaço verde de uma Escola Básica. Para a Gâmbia, e o Sr. Presidente já também fez o seu reparo de agradecimento à qualidade, verifica-se que há um acréscimo de sete unidades funcionais para a gestão de 4 hectares e de bermas e também a diferença é que não há transferência de unidades funcionais por parte do município para a Gâmbia, mas é de contratação direta. Isto sempre a comparar com o ano 2022.

Em São Sebastião com a gestão de uma área maior, temos mais 20 unidades funcionais e para a Freguesia do Sado mais cinco unidades funcionais, neste caso, somente para limpeza, não existindo alteração e nem competência delegada nas zonas verdes.

A União de Freguesias de Setúbal, que foi o reparo que fiz relativamente ao ano anterior, curiosamente, sem que haja justificação, porque se houve uma redução no ano 2022, para o ano 2023 volta a aumentar as unidades funcionais que passam de 47 para 53 e não conseguimos perceber como é que perspetivando se há uma redução agora como é que se perspetiva a necessidade de acrescento. Percebo porque é que se perspetiva, porque realmente a limpeza pública, e especialmente na União de Freguesias de Setúbal, é bastante deficitária. Nos espaços verdes temos aqui uma novidade relativamente àquilo que tinha acontecido nos anos anteriores mais recentes, volta os espaços verdes a ser da gestão da União de Freguesias com mais 22 unidades funcionais de trabalho, não estando esclarecido se serão de contratação própria ou através de protocolo com outra entidade como já aconteceu.

Agradeço a consideração do tempo, visto que utilizei a argumentação para os dois pontos.

Rui Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) – Agradecer as questões da deputada Paula Soeiro, que já agora me permitem esclarecer algumas e se calhar, até, aliviar a resposta que tenho que dar segunda-feira à sua bancada, eventualmente.

Dizer que em relação a estas questões, a senhora deputada, que até já desempenhou funções de eleita na Assembleia de Freguesia, sabe que estas coisas são sempre bem discutidas e têm sempre justificações, para as quais estas decisões são suportadas.

A primeira questão que colocou em relação ao ponto 3, nomeadamente à questão da suposta diminuição do número de trabalhadores, quero-lhe esclarecer duas questões, primeiro, porque a câmara quando nos transferiu, transferiu 17 trabalhadores dos 21 que teria que transferir para essa área de competência, mas como só tinha 17 para transferir, só transferiu 17. Foram nominalmente 17 trabalhadores transferidos, mais tarde veio-se avaliar que alguns desses trabalhadores não estavam em condições por razões de doenças profissionais e outras de ter um trabalho efetivo ao serviço dessa zona, os quais ficaram reduzidos a 14. De 14 para 21 houve aqui uma redução de trabalhadores, mas se lesse bem o documento, veria que aumentaram o número de UFT (Unidade Funcional de Trabalho). Porque é que isto acontece? Acontece que vimos com a Câmara, a qual nos atribuiu o número de UFT que foram reduzidas em relação ao número de trabalhadores transferidos e assim restabelecer o número inicial que se tinha previsto de trabalhadores. O que acontece apenas é que, em vez desses trabalhadores virem todos da Câmara Municipal, vamos ter que ser nós, agora, a ter que os contratar.

Em relação à questão do aumento do número das UFT em 2023, tem a ver com o número de áreas novas que a União de Freguesias vai ficar relativamente a 2022. Alterou-se, também, o mapa da área, por exemplo, de verdura aqui no centro da cidade, porque se prevê através das negociações que a Câmara Municipal tem feito com a Administração do Porto de Setúbal, que grande parte dessas áreas da Administração do Porto passem para a Câmara Municipal, aliás vão passar ainda este ano e para o ano passarão para a União das Freguesias. Esse acréscimo do número das UFT em relação à limpeza tem a ver com esta questão e tem a ver com uma outra questão, que é uma velha reivindicação nossa, e que tem a ver com a zona rural. Também solicitámos à Câmara que o plano de varredura atingisse a zona rural, coisa que até hoje não era incluído. Esse acréscimo do número das UFT tem a ver com o número de trabalhadores que pensamos que sejam necessários para o alargamento da zona ribeirinha e, por outro lado, para a zona rural.

Em relação aos espaços verdes, quero-lhe dizer que, como sabe, temos tido uma postura e uma política em relação a esta questão das transferências, de jogar pelo seguro, nunca quisemos ter competências sem acharmos se teríamos ou não condições para melhorar o serviço. Quando achamos que recebemos uma competência é intenção do executivo da União de Freguesias, penso que também é da Câmara, que realmente essa tarefa fique melhor desempenhada e, portanto, houve momentos em que a Câmara Municipal nos propôs o alargamento das zonas de transferência de competências e não aceitamos, ou porque não chegámos a acordo em relação ao número dos meios necessários, ou porque essas áreas, do ponto de vista operacional, seriam muito difíceis para a União das Freguesias poder resolver com a sua própria estrutura. E isso teve a ver, por exemplo, com a questão dos espaços verdes. Quando há dois anos atrás os espaços verdes da freguesia voltaram à Câmara Municipal foi tendo em conta uma reorganização de serviços que a Câmara na altura fez e que nos apresentou e que pensámos que, possivelmente, seriam, com essa proposta de trabalho, melhor resolvidos por parte da Câmara Municipal.

Acontece que agora veio esta nova lei das transferências de competência própria e não fazia sentido ser a única freguesia a não ter espaços verdes de proximidade. Já agora dizer que o que se consideram ser os grandes parques, esses vão continuar na área da Câmara Municipal, apenas os de proximidade vão passar para a União das Freguesias e bem, na nossa opinião, e não faria sentido que esta questão não fosse vista. Por isso é que não a recebemos, ou não vimos com a Câmara Municipal esta transferência em 2022, pedimos que nos dessem algum tempo para pensar soluções, discutirmos soluções e preparar esta transferência para que efetivamente em 2023 ela se faça de forma segura, sem problemas e realmente com a capacidade de resposta que a União das Freguesias precisa para responder a esta nova tarefa. Julgo que respondi às questões que a senhora deputada colocou, mas se não for o caso voltarei a responder.

Paula Soeiro (PSD) – São simples correções de redação na proposta de deliberação 1831, neste caso 24/2022, na página 2, no ponto viii, onde diz “*A inclusão, no acordo celebrado com a União de Freguesias de Setúbal, da manutenção dos espaços verdes da EB 2+3 Bocage, da Escola Secundária de Bocage*”, passar a dizer “*da EB 2+3 Bocage e da Escola Secundária de Bocage*”, porque são unidades diferentes. Depois no anexo 18, no ponto 8, diz “*Constitui responsabilidade da Câmara Municipal, mediante acordo prévio com a Junta de Freguesia de Azeitão*”, refere-se à União de Freguesias de Setúbal e não de Azeitão.

Rui Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal) – Esta intervenção da deputada Paula Soeiro leva-me aqui a dar mais uma informação, já agora para ficar completa.

Em relação à questão das escolas, não tínhamos anteriormente qualquer competência em relação ao tratamento dos espaços verdes, inclusivamente às escolas do 1º ciclo. No auto de transferência para 2022, passámos a ter, passámos a ter uma UFT, dada pela Câmara Municipal, para fazer esse trabalho e para 2023 no número das UFT, que são 22 se não estou em erro, que estão colocadas para os espaços verdes, estão colocadas também UFT para o tratamento dos espaços verdes da Escola Preparatória Bocage e da Escola Secundária de Bocage. Só para ficar com a ideia que essas questões, também, estão incluídas aí.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Espero que tenha aqui alguma tolerância, até porque me inscrevi antes da deputada Paula Soeiro e só agora me foi dada a palavra. Gostaria de dizer que identificámos diversas fragilidades nesta lei, a lei que prevê esta transferência de competências, como já dissemos variadíssimas vezes, nomeadamente, o facto das competências serem

concorrenciais e isso implica que muitas vezes, elas são efetivamente das freguesias, mas as freguesias nunca chegam a exercê-las em muitos municípios, como no caso do Porto que determinou que todas as competências eram de natureza estruturante, por exemplo, ou noutros municípios, na maioria deles, onde não se chega sequer a acordo e as competências que são das freguesias acabam por ser exercidas pelos respetivos municípios. Isso são fragilidades óbvias desta lei de transferência de competências, ainda assim tem esta particularidade já referida aqui pelo meu colega de Gâmbia, que determina que, neste particular das transferências de competências no poder local, haja negociação e isto não é uma questão de somenos e aqui faz com que efetivamente esta transferência de competências tenha sido negociada.

Gostaria de enaltecer a postura do município, porque mesmo sendo negociada e sendo assim para todos os concelhos, o que é certo é que isso não acontece em muitos concelhos. Aqui há uma negociação permanente, franca, aberta, constante e que faz com que efetivamente tenhamos chegado a estes resultados que beneficiam sobretudo os nossos concidadãos. Estes documentos, como também já foi aqui afirmado, têm muita relevância naquilo que é o nosso trabalho, não só pelo volume financeiro que é dos maiores do país per capita, mas pela forma como está todo o processo organizado. Gostaria de salientar aqui essa questão.

Por outro lado, dizer que isto, como foi aqui dito pelo meu colega Luís Custódio, efetivamente acontece e era muito interessante que a lei também previsse a negociação entre as Autarquias e o Poder Central, acho que serviria muito melhor todos os cidadãos, porque efetivamente era possível chegar a documentos que, efetivamente, tivessem lá os meios e os recursos que permitissem às instituições fazer face às suas responsabilidades, que é algo que, infelizmente, não está a acontecer, veja-se o caso da Educação, o que está previsto para a saúde e que transforma este processo de transferência de competências, nalgumas questões podia ser um processo interessante, num processo de transferência de encargos.

Só referir aqui mais uma questão, esta transferência de competências como é, muitas vezes, referida como muito benéfica, porque as autarquias estão mais próximas e quem está mais próximo faz melhor. Não é necessariamente assim para todas as questões, há questões de universalidade, há questões que têm a ver com o facto de o exercício das competências serem diferenciadas, por exemplo, na área da educação, pelo facto de termos municípios com mais poder financeiro do que outros, mas há a questão que era importante referir aqui neste processo, que tem a ver com termos uma competência que não está bem no nível central e só o facto de a transferimos para outro nível, não faz com que ela esteja bem nesse outro nível. Falta-nos aqui um, que é o nível intermédio, que são as regiões e que acho que esta Lei tem este problema.

Avançámos sem tratar das regiões e a ser verdade que as intenções relativamente à regionalização de alguns Partidos que estão na Assembleia da República com elevadas responsabilidades, o que vai acontecer daqui a uns tempos é que vamos outra vez transferir competências, quer a nível local, quer a nível central, para aquele nível intermédio, se efetivamente se realizar o desejo da concretização das regiões. Julgo que devíamos ter definido o contrário, devíamos delimitar muito bem os diferentes níveis da Administração Pública e depois definir, efetivamente, o que é que faz sentido em cada um desses níveis no que diz respeito à concretização das competências.

Este caminho não é fácil, essas negociações também não são fáceis, mas tem sido um caminho, de facto, muito profícuo e faz com que efetivamente este processo tenha sido tratado com tempo e que em Setúbal estejamos muito mais à frente relativamente a estas negociações do que a esmagadora maioria dos concelhos do país, onde ainda não há autos de transferência e salientar como muito positivo todo este processo.

Vice-Presidente da Câmara – Muito rapidamente, porque ainda temos muitos assuntos a abordar, mas quero dar aqui um esclarecimento, tendo em conta as dúvidas que a senhora deputada Paula Soeiro tinha colocado. Este processo já foi aqui falado, penso que o Sr. Presidente Rui Canas, também, já explicou aqui e não vou voltar a repetir, é claro que este é um processo que é feito por acordo entre os dois órgãos, contudo ele tem uma base técnica que nos permite iniciar uma discussão. Quando a senhora pergunta “Para a Gâmbia são 7 pessoas para os espaços verdes, porque tem 4 hectares”, isto é feito com base em avaliações técnicas da Divisão de Espaços Verdes, dos critérios que tem vindo a aplicar ao longo dos anos para a atribuição, quer das unidades funcionais de trabalho, quer das questões relacionadas com os consumíveis, etc., etc. É com essa base e depois é feito esse trabalho com a Junta de Freguesia

relativamente àquilo que é o acordo para aceitar ou não aceitar o que são as propostas da Câmara Municipal.

Relativamente às escolas que vem aqui, também, para 2023, a proposta parte da Divisão de Espaços Verdes, no sentido da melhoria da qualidade dos arranjos exteriores das Escolas do 2º, 3º Ciclo e Secundário do nosso concelho.

Hoje temos em todas as nossas escolas, praticamente espaços que estão desqualificados, a maior parte do serviço que é feito, porque as escolas também não tinham recursos para o fazer, de referir que na transferência de competências não vem verba para essa questão dos arranjos exteriores. Estamos agora a negociar, à posteriori, a possibilidade de ser afeta uma verba aos espaços exteriores, que é muito diferente daquilo que a Câmara Municipal tem nesta transferência de competências. Atribuímos para o 1º ciclo, nos espaços exteriores, um valor de 2 euros por m2, e o Governo está a propor um valor de 23 cêntimos por m2 para as Escolas 2, 3 Secundárias. Independentemente disso, independentemente, das negociações não estarem fechadas com o Governo, a Câmara decidiu que os espaços verdes das escolas precisam de um outro tratamento e não precisam, pura e simplesmente, que se chegue lá de, 6 em 6 meses, e que se façam cortes à vegetação que cresce de forma espontânea. É nesse sentido que é dada às Juntas de Freguesia esta questão da manutenção de espaços verdes.

Depois referir que temos escolas, felizmente, com espaços muito ricos e muito extensos, só para ter uma ideia, por exemplo, a Escola Dom Manuel Martins tem um parque dentro da escola, só para fazermos esta referência. Consideramos que as escolas merecem ter arranjos exteriores dignos, que não merecem que seja feito só desmatações ou cortes de 6 em 6 meses e que merecem ter uma manutenção mais cuidada.

Relativamente às alterações da Higiene Urbana, foi feita uma avaliação dos espaços ou dos arruamentos que não tinham sido contemplados até agora, alguns deles, porque era a Câmara que assegurava essa manutenção e não estavam previstos nas Delegações de Competências, agora a Câmara passou todas as pessoas com a responsabilidade da varredura para as Juntas de Freguesia e foi necessário fazer estes ajustes. Por exemplo na Freguesia do Sado, a zona de Mitrena que não estava contemplada, na União das Freguesias de Setúbal o Sr. Presidente já explicou, portanto, foram estes ajustes que foram feitos. A Freguesia de São Sebastião, também, tem o ajuste relacionado com a parte da APSS, que depois já pertence à Freguesia de São Sebastião. Portanto, são estas as principais alterações.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões, o senhor deputado Nuno Gabriel do CH.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do BE e 1 da IL, e 8 abstenções, 6 do PSD, 1 do CH e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30.

4. Deliberação n.º 24/2022/AM – Delib. CM n.º 1831/2022 – Alteração aos Autos de Transferência de Competências e Recursos do Município de Setúbal para a Freguesia de Azeitão, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Freguesia de S. Sebastião, Freguesia do Sado e União das Freguesias de Setúbal para o ano de 2023

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, CH, BE, PAN e IL, e a abstenção do PSD, conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Ainda se encontrava ausente da Sala de Sessões, o senhor deputado Nuno Gabriel do CH.

Não havendo mais intervenções, foi aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do CH, 1 do BE e 1 da IL, e 7 abstenções, 6 do PSD e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

5. Deliberação n.º 25/2022/AM - Delib. CM n.º 1832/2022 – Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Setúbal

Afonso Luz(CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, CH, PAN e IL, e as abstenções do PSD e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Vitor Rosa (BE) – Dizer que nos absteremos na votação deste regulamento, abstenção sustentada pelas preocupações que aqui trazemos sobre a atividade do Conselho Municipal de Segurança.

A experiência adquirida e visível deste Conselho Municipal de Segurança, que não tem poder decisório, obviamente, limitando-se a dar pareceres e apresentar dados, estes centrando-se ultimamente e como referência relativamente a incêndios, criminalidade e rodoviária. Revela a sua limitação em que outras questões, como as problemáticas ambientais ou da saúde, que pouca relevância tem tido, ficando secundarizado o papel da prevenção.

A maioria dos pareceres do Conselho são de levantamentos de dados, de índices, de resultados, mas sobre os quais é a Câmara Municipal que decide a sua apresentação à Assembleia Municipal e em abono da verdade poucos têm sido os que chegam a esta Assembleia. Não tenho conhecimento, por exemplo, de um parecer sobre a situação socioeconómica municipal apresentado à Assembleia Municipal nestes últimos anos, ou de um levantamento das situações sociais pela sua particular vulnerabilidade se revela uma maior potencialidade criminógena e mais carecidas de apoio à inserção, estou a citar as alíneas f) e h), do n.º 1, do artigo 6º deste Regulamento.

Sendo importante o papel do Conselho de Segurança Municipal, ele deve ter um papel de maior intervenção e prevenção, sobre as matérias da sua competência e exige a todos, também, um papel de maior fiscalização da sua atuação e de prestação de contas a esta Assembleia, uma vez que a sua aprovação é da responsabilidade deste Órgão Autárquico.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois deputados municipais do PSD, Nuno Carvalho e Paula Soeiro e o deputado municipal do CH, Nuno Gabriel, o qual já não voltou a participar nos trabalhos.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 5 abstenções, 4 do PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

6. Deliberação n.º 26/2022/AM - Delib. CM 1955/2022 – Aprovação da alteração modificativa n.º 5 ao Orçamento da Despesa, n.º 4 ao Orçamento da Receita, n.º 4 ao Plano de Atividades Municipais e n.º 3 ao Plano Plurianual de Investimentos

Afonso Luz(CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com os votos a favor da CDU e as abstenções do PS, PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Mário Aranha (PS) – Mais uma vez, demonstramos aqui bastantes preocupações relativamente ao processo orçamental da nossa Câmara. São apresentados aqui desvios de mais de 800 mil euros em protocolos, mais de 400 mil euros em combustível e estamos a meio do ano e já temos estes desvios face ao orçamento.

Por outro lado, a informação que é fornecida à Assembleia Municipal é extremamente escassa, relativamente às razões pelas quais são feitas estas alterações ao orçamento.

Também referir que estamos em junho, portanto, a meio do ano e já vamos na 4ª alteração orçamental. Ora, se uma empresa com 100 milhões de volume de negócios, com 1.400 colaboradores e com 100 mil acionistas já fosse na 4ª mudança, acho que a Administração ia ter grandes problemas. Além de que, imaginando, se o Orçamento de Estado já estivesse no 4º retificativo, bem, queria imaginar o PCP, a contestação e o verdadeiro escândalo que iria fazer se isso acontecesse, e a meio do ano já vamos na 4ª.

Assim sendo, temos aqui algumas perguntas muito concretas ao executivo que gostaríamos de ver respondidas.

A primeira, relativamente ao desvio que existe ao orçamento de mais de 400 mil euros em consumo de combustível, que medidas já tomou o executivo antes e a muito curto prazo para que esta verba não derrape?

Que ações vai a CMS adotar para evitar que nos próximos orçamentos tenhamos tantas alterações? Que medidas é que vão ser tomadas a nível de processo orçamental para que a meio do ano já não tenhamos de estar na 4ª alteração?

Pode o executivo, em breves palavras, explicar a que se deve o desvio orçamental de mais de 800 mil euros, na rubrica de protocolos, porque sendo protocolos parece-nos uma questão bastante previsível e que já devia estar acomodado no orçamento inicial.

Pode o executivo garantir que, em próximas alterações, darão mais informações à Assembleia Municipal sobre as maiores alterações às rubricas?

Vitor Rosa (BE) – O voto de abstenção em relação a esta proposta que aqui anunciamos, prende-se com as opções de gestão orçamental aqui apresentadas.

Continuamos a fazer opções de reforço de rubricas e continuam a ser apresentadas a esta Assembleia de forma pouco sustentada e, face às constantes declarações de procura de uma gestão financeira sustentada e sustentável para o futuro financeiro da Câmara, estas opções são questionáveis.

Não compreendemos o reforço, por exemplo, de mais de 79 mil euros na Promoção Turística, sem qualquer explicação detalhada, o reforço de mais de 1 milhão de euros no tratamento RSU, TGR e redes, que só pode ser compreendido na falta de investimentos que deveriam ter sido feitos há mais tempo e que só agora vamos fazer. Estes são apenas dois exemplos em relação a esta alteração modificativa, que merece a nossa posição crítica.

Afonso Luz (CDU) – Esta alteração modificativa que aqui nos é trazida, tem a ver com a acomodação do saldo de gerência de 2021, depois deste ter sido aprovado pela Câmara Municipal.

Estar, de facto, a comparar alterações de um orçamento de uma Autarquia com aquilo que se passa no Orçamento de Estado, são exercícios de criatividade que tenho dificuldade em acompanhar. Aqui só vêm as alterações modificativas, porque certamente alterações permutativas haverá muitas que são aprovadas durante todo o ano nas várias reuniões da Câmara Municipal e que não necessitam de vir aqui à Assembleia.

Estas modificativas, é prática de sempre e em todas as Autarquias que a generalidade das sessões de Assembleias Municipais seja aproveitada para trazer este tipo de alteração, não me parece nada de anormal, sempre foi assim e é assim aqui como em todo o lado, estranho que haja outros entendimentos sobre esta matéria.

Vice-Presidente da Câmara – Esta alteração tem a ver com a questão da inclusão do saldo e da distribuição dessa verba pelas rubricas que consideramos mais adequadas e necessárias de reforçar.

Há aqui uma realidade, neste momento, que interessa não esquecermos e que tem a ver com o aumento dos combustíveis e, através disso, uma série de aumentos que são aqui, também, diretamente afetados como é o caso, por exemplo, das massas asfálticas, que também são produtos decorrentes dos combustíveis.

Aqui na questão dos RSU e da TGR, tem a ver com as questões dos resíduos, isto é sempre feito por estimativa e, como sabemos, a nova tarifa só foi dada a conhecer já estávamos em janeiro, já tínhamos feito o orçamento, portanto, uma vez que a tarifa aumentou 33%, foi necessário fazer aqui também estes ajustes. No fundo, estes protocolos que acabámos de aprovar, também, têm esta implicação orçamental, na questão dos salários, etc., portanto, são estes os valores, de uma forma genérica, que estão aqui a ser propostos serem alterados. O que se chama protocolos, é esta questão dos Autos de Transferência e do reforço por causa dos motivos que já tínhamos explicado.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões o senhor deputado municipal Paulo Lopes do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU e 19 abstenções, 9 do PS, 6 do PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

7. Deliberação n.º 27/2022/AM – Delib. CM n.º 2142/2022 – 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2022

Afonso Luz(CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com os votos a favor da CDU e PS, e as abstenções do PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Rita Sereno (PSD) – A gestão e a determinação das necessidades dos recursos humanos do Município de Setúbal cabem ao executivo da Câmara e, mais uma vez, a bancada do PSD em nada se opõe à alteração do mapa de pessoal. No entanto, e conforme referimos na primeira alteração do mapa de pessoal, aprovado em março de 2022, consideramos que a gestão de recursos humanos deve ser realizada de forma clara, objetiva e coerente e que satisfaça as necessidades para uma eficaz e eficiente gestão do Município.

Assim, à semelhança da primeira alteração do mapa de pessoal realizado em março, continuamos, mais uma vez, sem saber qual é o critério do executivo para a identificação de novas funções e do aumento do número de postos de trabalhos que desencadeiam estas alterações.

Relativamente ainda à primeira alteração do mapa de pessoal, gostaríamos de saber se o executivo já promoveu a admissão dos 2 técnicos superiores e dos 48 assistentes operacionais, pelo Relatório de Atividades apresentado nesta Assembleia percebemos que não, logo, quando preveem realizar estas admissões?

Relativamente a esta segunda alteração, constatamos a integração de 525 trabalhadores decorrentes da transferência da Educação para o quadro do Município. Mas verifica-se que, para além desta situação, há um acréscimo de 33 postos de trabalho, à semelhança da primeira alteração não sabemos qual é o critério do executivo para a identificação destes 33 postos de trabalho, cuja necessidade surge 3 meses após alterações ao quadro de pessoal.

Que necessidades objetivas são estas, que inclui mais cargos de direção intermédia, mais técnicos superiores e mais assistentes técnicos em diversas áreas, para além, das relativas à educação? Assumindo a identificação de mais de 33 postos de trabalho até ao final de 2022, gostaríamos de saber, em termos de planeamento, quando ocorrerá a abertura destes concursos e a data de integração dos novos trabalhadores no quadro de pessoal, uma vez que faltam cerca de 6 meses até ao final do ano.

Desta forma reforçamos, mais uma vez, a necessidade destas deliberações serem bem fundamentadas, esperando que, no mínimo, tivessem apresentado os relatórios de levantamento das necessidades de alocação de recursos humanos por parte dos serviços, ou a indicação da estratégia definida para a gestão de recursos humanos do Município que permitam o aumento da qualidade dos serviços prestados aos setubalenses.

Manuel Fernandes (PS) – A minha intervenção é muito curta e vem na sequência daquilo que foi dito anteriormente, muito embora não altere substancialmente o sentido de orientação de voto da bancada do Partido Socialista, que votou favoravelmente e que irá manter o seu sentido de voto. Ainda assim, há aqui uma questão que se prende com aquilo que foi referido anteriormente, que é exatamente se aqueles postos de trabalho que são criados, são criados para que efeitos? Obviamente, que podemos entendê-los ao abrigo da descentralização de competências e, também, aquilo que tem sido a reorganização dos serviços, na sequência das alterações que têm vindo a ser feitas, mas há uma pergunta que me surgiu e que penso que poderá ser pertinente. Estes postos de trabalho são criados para profissionais que já se encontram ao serviço da Autarquia ou são postos de trabalho que são criados para profissionais que vão integrar a Administração Pública? É uma dúvida que persistiu.

Paula Soeiro (PSD) – Carecendo ainda de leitura cuidada do ofício nº 72, que deu resposta a algumas das questões levantadas em Assembleias anteriores, nomeadamente à de 9 de maio, com esta deliberação subsistem dúvidas ainda se no ano letivo 2022/2023 poderá arrancar sem perturbações a nível de assistentes operacionais e técnicos. Pois, apesar de ter sido cumprido o rácio que regulamenta o número de afetações a cada estabelecimento de ensino, não está clarificado o modo como se irá proceder para as substituições e para as necessidades identificadas.

A afirmação de estar a ser resolvida internamente, não identifica os procedimentos concursais de que possam resultar, seja por contrato a termo certo ou outro. Os Agrupamentos de Escolas, como a senhora Vice-Presidente saberá, costumam ter a autorização da tutela para a contratação dos chamados tarefeiros a meio tempo, de onde resulta um aumento do trabalho precário, salários pouco justos e pouca adequação às funções, que deveriam ser mais do que vigilância e limpeza.

Também não está clarificado nesta deliberação, o modo como se pretende corrigir a situação dos assistentes técnicos, que exercem funcionalmente as funções de chefe de serviço de administração escolar.

Vice-Presidente da Câmara – São muitas as questões colocadas e vou tentar explicar da melhor forma possível. Quando trazemos o mapa de pessoal, estamos a criar necessidades, estamos a dizer que existem certas necessidades, a seguir temos que avançar para vermos como é que vamos colmatar esta necessidade. A legislação prevê várias maneiras, até pode ser através de uma mobilidade entre Organismos. Aquilo que depois fazemos, após autorização da Assembleia Municipal, sendo definida esta necessidade, é verificarmos qual é a melhor maneira de ocuparmos o posto de trabalho.

A situação das mobilidades é uma ínfima parte, porque não há assim tantas solicitações, mas às vezes recorremos às mobilidades, porque há trabalhadores que moram aqui no concelho e que estão noutros Organismos e que pedem para ficar na Câmara Municipal. A forma que temos mais comum de resolver este problema, é trazer à Câmara Municipal a abertura de um procedimento concursal. Na abertura desse procedimento concursal existem regras, podemos fazer, pura e simplesmente, um concurso interno e ele é publicitado, mas só podem concorrer pessoas que já tenham vínculo à Administração, ou podemos fazer aquilo que normalmente fazemos, que é dar prioridade aos internos, mas abrir, também, o recrutamento externo para podermos admitir pessoas que não tenham vínculo, em caso de não haver candidatos suficientes. É isto que normalmente fazemos.

Aqui não determinamos isto, determinamos só a necessidade, depois em reunião de Câmara é que aprovamos como é que é feito esse recrutamento, não é aqui na Assembleia Municipal, depois de ser aprovado aqui, depois de ser definido aqui. Normalmente o que fazemos, para não perdermos muito tempo, um procedimento com prioridade para aqueles trabalhadores que já são da função pública e têm vínculo e depois abrimos, também, aos candidatos externos para fazer as listas de ordenação.

Também há aqui lugares, neste mapa de pessoal, que vão ser colmatados com procedimentos que já estão abertos, que já foram concluídos e que constituem reserva de recrutamento por 18 meses. Por exemplo, no caso das Auxiliares de Ação Educativa, agora respondendo à bancada do PSD, não somos muito favoráveis à questão dos contratos, nem dos tarefeiros, nem da questão dos contratos por tempo indefinido, enquanto dure a ausência da pessoa que está a ser substituída. Tem sido essa a política que foi seguida pelo Ministério da Educação e perguntámos se podíamos fazer diferente e o Ministério disse-nos que sim, que poderíamos fazer diferente, desde que não fossem ultrapassados os rácios e desde que a substituição fosse justificada e só pelo tempo em que a pessoa estivesse ausente. Portanto, decidimos e, por isso, é aí integrado no mapa de pessoal, criamos alguns postos de trabalho, mas antes disso decidimos criar uma coluna da Educação, para se perceber o que é que vem da transferência de competências e o que é que já passa a ser da responsabilidade do Município. Essa coluna da Educação integra os trabalhadores todos que vieram na lista de transições e as outras colunas já integram os trabalhadores que o Município decidiu contratar.

Para além disso, havia situações de concursos iniciados pelas Escolas com autorização do Ministério da Educação, que não foram concluídos em tempo útil, e que agora a Câmara terá que acomodar para fazer a admissão dessas pessoas. Vamos aproveitar esses concursos, como é óbvio, como é, por exemplo, o caso da Escola 2, 3 Barbosa do Bocage, que tem, neste momento, a terminar um concurso para admissão de 8 Assistentes Operacionais, e tudo isto está aqui refletido no mapa.

Decidimos, então, criar 12 lugares para fazer face a estas substituições temporárias, mas em que os trabalhadores não serão temporários, serão trabalhadores do Município, trabalhadores que têm funções de auxiliares de ação educativa e que vão responder a essas substituições. Não estaremos a criar vínculos precários de que as pessoas tenham que se ir embora quando o titular se apresente, a pessoa que teve de baixa. Estas ausências são feitas quando os períodos de substituição são superiores a 30 dias.

Resulta, também, desta transferência de competências, algumas outras exigências, pelo facto de termos estas competências todas. Para dar um exemplo, temos que cumprir, relativamente ao número de trabalhadores, um rácio para Técnicos de Higiene e Segurança no Trabalho. Neste momento, com a vinda de mais 532 trabalhadores, justifica-se termos mais Técnicos de Higiene e Segurança no Trabalho, aparecem aqui 2, 1 para a Câmara Municipal e 1 para depois ser integrado, de futuro, nos Serviços Municipalizados.

A questão dos Engenheiros Civis, temos, neste momento, uma série de questões relacionadas com as obras nas Escolas e com as manutenções, a par, também, de alguns pedidos internos relativamente ao Departamento de Urbanismo e Fiscalização.

Falamos sempre de transferência de competências da Educação, Saúde e Ação Social, mas foram 11 áreas que foram transferidas para os Municípios. Por exemplo, uma das questões que, também, foi transferida para os Municípios e tem a ver com a fiscalização, é a questão das multas de estacionamento, das questões que eram da PSP e passaram para a Câmara, das questões das praias, das fiscalizações, tudo isso foram áreas que foram sendo transferidas para as Câmaras Municipais e que já passaram. Há 2 ou 3 que ainda não passaram, mas essas já passaram todas e temos que dar resposta a essas questões.

Precisamos das áreas que aí estão de Gestão Autárquica, de Economia, Gestão de Recursos Humanos e de Educação de Infância, porque consideramos que, para dar resposta à transferência de competências, precisamos de ter mais técnicos à altura de poder dar essa informação e essa resposta.

Essa questão do Dirigente Intermédio de 3º Grau, não são criação de novos cargos, verificámos que, após a aprovação da Estrutura, estes lugares não estavam providos no mapa de pessoal e têm que estar, e isto é uma retificação.

Relativamente a problemas que tínhamos ainda da lista transição dos trabalhadores, falando de pessoas que estavam em mobilidades, quer intercarreiras, quer intercategorias, estão aqui, também, acautelados os lugares para procedermos à consolidação dessas mobilidades, ou para procedermos à nomeação de novas mobilidades. Tenho-vos a informar que, da lista de transição, recebemos cerca de 15 pessoas, mais ou menos, nesta situação, muitas delas tinham despacho de nomeação de 2018, 2019, há muito que passaram os 18 meses para se consolidar e o Ministério não consolidou, portanto, é obrigação da Câmara, neste momento, tendo estes trabalhadores a seu cargo, tendo passado este período de 18 meses, proceder a esta consolidação. Não sei porque é que eles não consolidaram, se eles pagam já na carreira e na categoria que as pessoas estão.

Das necessidades que vieram aqui em março, da alteração ao mapa, neste momento estamos à espera da publicação no Diário da República, para que as pessoas possam fazer a admissão de candidaturas, é nesse ponto que estamos.

Estes concursos que iremos levar a proposta de recrutamento durante julho, julgo que só terão efeitos no início de janeiro. Aqueles que podermos recorrer às bolsas de recrutamento, como é o caso dos Auxiliares de Ação Educativa, que a senhora Deputada perguntou, podemos fazê-lo de imediato pelo que, estamos em condições de dizer, correndo bem a questão da aceitação das pessoas que estão em bolsa de recrutamento, teremos todas as condições para ter um início de Ano Letivo com alguma tranquilidade.

Este assunto foi discutido na Comissão de Acompanhamento, que existe no Município, tratámos as questões do Pessoal não Docente na última reunião, há alguma preocupação da parte dos Diretores que estas 12 pessoas possam não ser suficientes. Neste momento teremos que avaliar, vamos criar esta equipa, criar esta metodologia e depois cá estaremos para alterar, se for necessário, para reforçar se necessário, e pensamos que esta será uma boa estratégia, pois não precariza aquilo que é o trabalho de algumas pessoas nas escolas do nosso Concelho, que estavam com 3 horas e meia por dia e que estavam como tarefeiros.

Paula Soeiro (PSD) – Uma recomendação, não há alteração em termos de sentido de voto que já nos expressámos na Comissão de Economia, Administração e Finanças. Uma recomendação, se for o caso, desta deliberação for aprovada em Assembleia Municipal e depois transita para a reunião do executivo, que estas informações que são fundamentais para compreender os fundamentos destas alterações do quadro de pessoal, constem já de documento próprio como adenda, do melhor proveito para que não haja novamente necessidade de fazer uma explicação oral do porquê da identificação destas necessidades todas. Até porque algumas delas, como a Sra. Vice-Presidente explicou, não resultam da transferência de competências da Educação, mas de outras necessidades dos Serviços Municipalizados e, por isso, poderíamos não ter tido necessidade de termos tido estas intervenções, caso o documento viesse com as justificações que aqui apresentou.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 28 votos, 17 da CDU, 10 do PS e 1 do BE, e 9 abstenções, 6 do PSD, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

8. Deliberação n.º 28/2022/AM - Delib. CM 2144/2022 – Adenda aos Contratos Transitórios de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho

Afonso Luz(CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, CH, BE, PAN e IL, e abstenção do PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Paula Soeiro (PSD) – A intervenção vai no sentido de que, com base e com reflexão das informações que resultaram da Comissão de Economia, Administração e Finanças, iremos alterar o sentido de voto que foi expresso na referida Comissão, porque entendemos que esta adenda aos contratos transitórios são efetivamente o que se reflete, é quase um fluxo de caixa de tesouraria, naquilo que poderia constituir um prejuízo grave para as Escolas e para os Agrupamento de Escolas e, nesse sentido, dentro da natureza do contrato transitório, é o que se apraz utilizar nesta fase.

Pedro Florêncio (PS) – É só para dizer que, por motivos de atividade profissional, não vou votar, vou pedir escusa de voto.

Vice-Presidente da Câmara – Só esclarecer que este assunto não foi incluído nos primeiros contratos, porque a informação que tínhamos da DGESTE, é que a IGEFE não ia transferir, para já, esta verba para os Municípios e seria só a partir de setembro. Entretanto, por alguns problemas de comunicação, acabaram por nos transferir a verba para nós e não para as escolas. Realmente esta leitura que a senhora deputada faz, é uma leitura muito interessante, quase que isto parece um fluxo de caixa de um lado ao outro. Acho que não é isto que se quer de uma transferência de competências e acho que isto tem que ser realmente repensado, mas aqui o problema é que nem sabíamos as verbas a transferir, o que significa que esta foi a maneira de resolvermos o problema das Escolas.

O Decreto-lei de 2019, tem valores de referência de 2018, por exemplo, relativamente aos transportes escolares das crianças com mobilidade reduzida, haviam valores que estavam em vigor em 2018, porque os alunos eram uns, ora, em 2022, esses alunos podem já não estar naquelas Escolas, podem já não ter aquela necessidade. Se fôssemos transferir exatamente as verbas que estão para os Agrupamentos, de acordo com o que está no Decreto-Lei, por exemplo, iríamos transferir uma verba para a Escola Dom João II, que não havia necessidade, porque já não tem aluno a necessitar de transporte com mobilidade reduzida.

São estas incongruências que têm que ser limadas, que têm que ser trabalhadas em conjunto com as Autarquias e com o Ministério da Educação de forma a resolvermos estes problemas, que todos os anos serão diferentes, porque todos os anos as necessidades também serão diferentes.

Neste momento, estamos a trabalhar com este bolo, com esta verba, na Comissão de Acompanhamento, fazendo exatamente o acompanhamento se as verbas são ou não são suficientes, na certeza de que esta é uma ginástica, que preferíamos não fazer desta maneira. Hoje foi-nos dito que o Decreto-Lei vai ser alterado, que essas alterações sejam, também, já com base nesta experiência, para que isto possa correr de uma maneira mais positiva para todos e pode ser, talvez, que em setembro, quando trouxermos os contratos para o próximo Ano Letivo, estas questões já estejam mais esclarecidas.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

9. Deliberação n.º 29/2022/AM - Delib. CM 2189/2022 – Participação Variável IRS 2022

Afonso Luz(CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com votos a favor do PS, PSD, CH e IL, a abstenção do PAN e os votos contra da CDU e do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Rui Lamim (PSD) – Estamos aqui a falar do dinheiro das pessoas. Estamos a falar da Participação Variável que o Município tem no IRS e até há bem pouco tempo o Município ficava com os 5% do IRS. Também, quando a CDU perdeu a maioria, a Câmara decidiu devolver 1% do dinheiro cobrado em IRS às pessoas. Essa devolução vai passar no ano de 2022 a 1,3%, e é isso que está aqui em questão. Quando se fala aqui, no ponto 9, da deliberação da Câmara Municipal nº 2189/2022 - Participação Variável IRS 2022, é algo que vai ser aplicado no ano de 2023 e a proposta é devolver aos cidadãos de Setúbal o IRS no valor de 1,3%.

E este é um movimento que é perfeitamente correto e perfeitamente justo, neste período em que vivemos. As notícias que veio, há pouco tempo, na comunicação social foi de uma sondagem com as nuances bastante difíceis, não digo de entender, porque entende-se, mas difíceis no sentido em que há pessoas que cortaram a sua alimentação devido a problemas de escassez de dinheiro, face ao aumento do custo de vida. E esta questão é muito importante.

Todo o mundo paga IRS, todo o mundo que trabalha e que tem um certo escalão paga IRS, há um conjunto de gente que não paga IRS porque está isento, porque têm rendimentos inferiores a esse ponto. Posso-lhe dizer mais, que o IRS, como o senhor também sabe, e há aqui algum preconceito, um preconceito muito grande relativamente ao IRS, essencialmente, e aqui neste concelho, um imposto que incide sobre o trabalho. É uma componente do IRS e aqui neste concelho essa percentagem é muito grande. Mais, sabemos que ao existir a inflação e os limites dos escalões não terem sido atualizados, implicou um aumento efetivo da taxa de IRS de todos nós. Se compararmos com outros países à nossa volta, percebemos que as taxas, os limites desses mesmos escalões são muito baixos em Portugal, o que faz com que um indivíduo que trabalhe e que pague IRS, paga muito mais IRS aqui em Portugal para o mesmo indivíduo que ganhasse o mesmo em Espanha, em França ou noutro país europeu. Somos um país, em que o trabalho é fortemente penalizado em termos de imposto e, neste momento, em que há trabalhadores que pagam imposto com dificuldades e restrições naquilo que é a alimentação, é justo que este Município reduza um pouco mais esse imposto, devolvendo para o próximo ano 1,3% da coleta.

Flávio Lança (IL) – Na situação atual do País e do Município, que devido aos aumentos de preços, as famílias têm visto o seu poder de compra a degradar-se, e tendo ainda em consideração o orçamento e o relatório de atividades apresentados pelo executivo, consideramos com toda a certeza que é possível utilizar este instrumento para aliviar a carga fiscal à população residente no Município de Setúbal.

Até maio de 2022, as receitas do Município ascendem a 26,2 milhões, crescendo 5,25%, face ao mesmo período do ano passado, e consideramos que existe a possibilidade de o executivo reduzir as rubricas de custos, por forma a acomodar esta redução de receitas sem grande impacto para o Município, mas com grande impacto para a população.

É importante começar uma clara aposta na eficiência.

Já que falamos de IRS, este é sempre o debate, não aceitamos que nos digam, que são os ricos que vão beneficiar com esta redução, porque dos quase 56% de agregados familiares que suportam o imposto e existem, efetivamente, 45% que não pagam, são os contribuintes com rendimentos brutos entre 10 mil a 40 mil euros que pagam a maior parte de percentagem do IRS, são 72%. Se as famílias que auferem entre 10 a 40 mil euros brutos por ano, são os ricos que temos em Portugal? E face ao que já referimos só podemos votar a favor desta proposta.

Vitor Rosa (BE) – Os 5% do IRS são uma participação no imposto para o Município. Deve, contudo, merecer de todos uma reflexão sobre por que razão não é o poder central a determinar essa redução. Face a esta razão, e sendo um imposto sobre o rendimento do trabalho, porque os trabalhadores devem pagar este imposto pela sua condição e não pelo local onde habitam, a sua redução e consequente redistribuição favorece, por norma, quem mais recebe, nunca sendo uma verba recebida significativa para os mais economicamente desfavorecidos.

Certo é que, mesmo sendo uma verba reduzida aquela que o município recebe e face às dificuldades económicas existentes, um pequeno valor representa uma mais-valia para essas pessoas. Nesse sentido é compreensível a sua redução no valor de 5% do Município para a maioria dos municípios, que entende que tais valores, agora reduzidos na receita do Município, podem ser salvaguardados por uma eficaz gestão económica e financeira.

Face ao exposto, iremos votar pela abstenção desta proposta.

Afonso Luz (CDU) – Esta proposta, tal como a seguinte, tem a ver com a redução de receitas da Câmara Municipal, esta do IRS e a outra em sede de IMI. Gostava, porque, no fundo, se trata de uma perda de receita importante para a Câmara Municipal, de fazer referência já aqui às duas propostas, embora depois, evidentemente, se venham a votar separadamente.

Isto é uma matéria sobre a qual não tenho dúvidas de que, cada uma das forças políticas aqui presentes, já definiu o seu sentido de voto e de qualquer modo não podemos passar sem deixar aqui algumas notas que entendemos que deveriam ter sido tidas em conta nesta matéria.

Foi afirmado, por aqueles que apoiam estas duas propostas, que um dos argumentos foi de que o fazem em cumprimento do seu programa eleitoral. Importa dizer que, também, a CDU colocou no seu programa eleitoral a descida do IMI, mas de uma forma gradual, que não pusesse em causa o equilíbrio financeiro da Câmara. A CDU, no seu programa eleitoral, não tinha só isto, tinha, também, uma série de investimentos e uma série de apoios à Cultura, às Coletividades, às famílias com mais dificuldades, para além de muitos outros aspetos, e foi este o programa eleitoral mais votado pela população do concelho e somos nós que estamos obrigados a cumpri-lo e isso só é possível com meios financeiros adequados.

Já relativamente a esta proposta, em concreto, à participação variável do IRS, a CDU sempre defendeu sem equívocos que não deveria ser alterada, porque a descida dessa participação é comprovadamente injusta socialmente, porque beneficia aqueles que maiores rendimentos têm. É sabido que, infelizmente, porque é sinal de que têm rendimentos muito baixos, cerca de 50% das famílias não pagam IRS, e também é sabido, por dados fornecidos pela Autoridade Tributária, que 10% dos mais pobres que pagam IRS, com esta medida irão pagar menos cerca de 39 cêntimos por ano, é isto que vão poupar aqueles que, pagando IRS, recebem por terem rendimentos mais baixos.

Uma terceira nota para dizer que, consideramos que este momento é especialmente desadequado para se tomarem medidas de descida abrupta do IMI e da participação do IRS. Estamos num período de inflação galopante, que não sabemos onde e quando irá parar, é permanente a subida de preços de matérias-primas, dos bens de serviços e das taxas de juro. O próprio Governo já alterou o Código dos Contratos Públicos, de forma a possibilitar maiores revisões de preços de empreitadas públicas.

Por outro lado, a Câmara Municipal está a ser obrigada a assumir novas atribuições no chamado processo de descentralização, sem que associado às novas responsabilidades sejam atribuídos os meios financeiros necessários e, neste aspeto, são muitas e muitas as Autarquias dos vários Partidos Políticos que se queixam desta falta de meios.

Uma quarta nota para dizer que, quem há muitos anos acompanha a atividade da Câmara Municipal sabe que existe uma questão estrutural, que tende a provocar desajustamentos na receita da Câmara, face ao nível de despesa necessária, para responder aos desafios de tornar o concelho atrativo e prestar uma boa qualidade de serviços aos cidadãos.

Muitas vezes, temos sido confrontados com comparações com outros Municípios, mas, de facto, cada caso é um caso, e Setúbal tem características de território, de população e das próprias atividades assumidas, que é importante serem ponderadas. Como exemplo, e apenas como exemplo, não sei se todos têm a noção de que Setúbal é um dos poucos concelhos que tem uma Companhia de Sapadores Bombeiros. Julgo que ninguém assumirá que a existência deste tão importante Corpo de Bombeiros Municipal, não é fundamental para o nosso concelho, mas é importante, também, termos conhecimento de que este Corpo de Bombeiros custa ao Município e aos setubalenses cerca de 4 milhões de euros por ano.

Por questões como esta, é que é importante que, quando nos comparamos com outros, especialmente no que respeita a custos de funcionamento e ao nível adequado de receitas para os suportar, não o façamos de forma leve, ligeira e sem critério.

Por último, é preciso recordar que aqueles que defendem, em Setúbal, a necessidade de reduzir o IMI e o IRS para apoiar as famílias, nesta fase difícil, embora reconheçam que os valores são reduzidos, são os mesmos Partidos que impediram que no Orçamento de Estado para 2022, fossem aprovados aumentos significativos de salários dos trabalhadores da função pública, das pensões e do abono de família, assim como a gratuidade das creches. São os mesmos! Isto sim, medidas que teriam importantes impactos nos rendimentos das famílias e nos equilíbrios sociais.

Socialmente importante, não era que o PS e quem o apoia nesta matéria, insistam em estrangular financeiramente a Câmara Municipal de Setúbal com descidas de taxas. Importante nesta fase, só para dar mais um exemplo, era que os eleitos do PS, nesta Assembleia e na Câmara Municipal, estivessem junto do seu Governo para que reduzisse a taxa de IVA da eletricidade, que está no limite de 23%, e só é de 13% para consumos muito baixos. O Governo do PS, que tem como argumento para esta não descida da taxa de IVA, a questão de que a União Europeia é que não deixa que isso aconteça, mas a verdade é que a nossa vizinha Espanha já desceu para 10%, para toda a gente, e amanhã mesmo irá aprovar a redução do IVA da eletricidade para 5%, e isto sim beneficiaria toda a população e em especial os de menores rendimentos.

Ilídio Ferreira (PS) – Nesta situação difícil que os portugueses e os setubalenses passam e que, naturalmente, se refletirá também nas Instituições, o que se deve esperar e o que se pode esperar é a solidariedade e uma procura de um esforço grande para todos, no sentido de distribuir as dificuldades. Nesse sentido, é muito nesse sentido, que as propostas do Partido Socialista para a redução de impostos têm caminhado.

De 2020 para 2021, não vou dar os números, já se falou muito aqui disso, as receitas desta Câmara aumentaram muito acima do que seria expectável à partida que aumentassem e tudo indica, pelos valores que temos neste momento, que este ano de 2022 vão continuar a crescer.

Quem governa uma Câmara, ou uma empresa, ou uma casa, não se pode pôr na posição de procurar o máximo de receitas e depois gastá-las todas, essa é a posição mais fácil.

Os equilíbrios orçamentais não se fazem apenas por via das receitas, fazem-se, também, por via da redução das despesas e numa altura de dificuldades, o que se deveria esperar de quem governa uma Câmara Municipal era que procurasse reduzir despesas, algumas das supérfluas, ou as que são possíveis de reduzir sem afetar os serviços que são prestados às populações e que são os investimentos essenciais, que fizesse um esforço de redução, para que aliviasse a carga fiscal dos seus cidadãos. É nesse sentido que vão estas propostas.

O Partido Socialista já disse muitas vezes, e é bom que se pense no seguinte, temos uma Companhia de Bombeiros Sapadores, o Afonso Luz sabe, mas já a tínhamos na altura em que as receitas da Câmara eram metade do que são neste momento. As receitas da Câmara têm crescido, como sabem, exponencialmente nos últimos 15, 20 anos e nessa altura já havia Companhia de Bombeiros Sapadores, já nessa altura a Câmara prestava serviço às populações e, portanto, as opções que foram feitas, muitas delas que foram feitas em termos de custos de funcionamento desta Câmara, são opções que foram da CDU. Agora, façam favor, de reduzir algumas dessas opções.

O Partido Socialista já disse que estamos aqui disponíveis para sentar à mesa convosco, para fazermos uma análise rigorosa das despesas de funcionamento, que podem ser reduzidas. Quando foi da intervenção sobre a aprovação das contas do ano passado, fiz referência, creio eu, a 4 ou a 5 milhões de euros que seriam facilmente reduzidos, pelo menos, para metade sem qualquer tipo de impacto no serviço prestado às populações. Falo de juros de mora, falo de despesas de comunicação, nomeadamente, de todas as publicações que são feitas no melhor papel que existe, falo de despesas relacionadas com propaganda e falo, nomeadamente, de avenças. A CDU ainda não deu nenhuma disponibilidade para se sentar à mesa e dizer para irmos analisar estas despesas e ver onde é que podemos cortar. Agora não queiram que demos cobertura a essa visão de que, vamos ter o máximo de receitas e vamos gastá-las todas, não senhor! Há formas de poupar e há formas de equilibrar o orçamento por via, também, das despesas e não apenas por via das receitas.

Luis Maurício (CH) – Tenho estado a ouvir muito atentamente e muito atentamente o que a CDU disse e parece que a CDU não teve durante 6 anos no Governo, nunca se lembrou de baixar o IVA, nunca se lembrou de nada, passou 6 orçamentos e para eles esteve sempre tudo bem enquanto lá estiveram.

É verdade, Setúbal tem os Sapadores, o Barreiro tem uma Companhia de Autocarros próprios, que são os Transportes Coletivos do Barreiro e com isso também baixaram o IVA e o IRS.

Por outro lado, há a classe média que recebe sempre um pouco mais que, se calhar, as pessoas mais desfavorecidas, mas vamos ver que os da classe média fazem muitas horas extras. Quantas pessoas da classe média trabalham 12, 13, 14, 15 horas? Temos, também, que pensar nessas pessoas, é sempre a classe média que paga as crises todas. Sempre! Sempre, sempre. Temos que começar, também, a olhar para a classe média, temos que, também, olhar para as pessoas que trabalham muito, para as pessoas que fazem muitas horas. Falo dos meus colegas da Atlantic Ferries que, agora no Verão, numa semana não fazem menos de 60 horas semanais, nunca é menos de 60 horas semanais no Verão. As pessoas não olham para elas, olham para o que as pessoas ganham ao fim do mês, olham para quanto é que têm de IRS, mas não olham para o que sai do corpo, o que sai do cabedal, o que é que saiu durante aquele tempo que tiveram ali a trabalhar durante toda a semana, o tempo que não tiveram com as famílias, o tempo que não foram para cafés, o tempo que não foram para lado nenhum. Também temos que começar a pensar nisso.

O CHEGA apoia a baixa do IMI, o CHEGA apoia a baixa do IRS, porque é justo para as pessoas, temos que começar a olhar para todos, não olhar só para uns, tivemos aqui muitos, muitos anos só a olhar para uns, agora temos de olhar para todos, Setúbal não é só uns, Setúbal somos todos.

Afonso Luz (CDU) – Só para deixar aqui algumas considerações sobre o que foi dito.

Relativamente àquilo que foi dito, pelo deputado Ilídio Ferreira, depois chegamos à conclusão que as despesas que há a cortar é reduzir a gramagem do papel, é propaganda e publicidade. O senhor deputado sabe, também, que a maior parte dessa despesa não tem a ver com propaganda daquilo que a Câmara vai fazendo, mas muito daquela verba são publicações obrigatórias, nos Diário da República, nos jornais, uma boa fatia desta verba vai para isso. É disso que estamos a falar.

De qualquer modo, estamos a falar de verbas que, em termos orçamentais, são de valor ridículo, são de valores menores relativamente a isto. Sobre aquilo que foi dito agora na última intervenção, só dizer que a CDU, na Assembleia da República, quer o PCP, quer os Verdes, que tinham na altura representação parlamentar, muito insistiram, muita proposta foi feita para baixar o IVA na eletricidade, a resposta foi sempre, da parte do Governo, de que era impossível porque a União Europeia não permitia. Depois em sede da Assembleia da República e em sede de Plenário, temos que ver quem é que votou depois contra essas propostas, e foi sempre PS e PSD que votaram contra, não me lembro dos outros, mas, pelo menos, esses dois mais importantes que votaram contra. Essa é que é a verdade, e nunca permitiram foi que esse IVA fosse baixado.

Ilídio Ferreira (PS) – Ó Afonso Luz, se não me leva a mal, ao fim da nossa camaradagem de há duas décadas ou três, estava capaz de dizer uma expressão que se ouviu nos tempos idos, “olhe que não, olhe que não”, olhe que não é assim, muitas das despesas a que me refiro de publicações, não são as oficiais, se quiser tirar umas horas vamos ver as publicações que existem por aí, desde as agendas...

Qual é a relevância? São centenas de milhares de euros, são centenas de milhares de euros. Juros de mora no ano passado foram pagos mais de 1 milhão de euros. A gramagem do papel é o custo que tem no final, obviamente. Tem, tem, vá ver quanto é que é que a Câmara gasta anualmente em publicações. Vá ver quanto é. Sentemo-nos para ver, porque é que não nos sentamos a ver isso?

Um milhão e meio no orçamento, portanto, se calhar, se começasse a poupar por aí poupava muitas centenas de milhares de euros. Já agora quero dizer ao Afonso Luz, esta proposta de redução do IRS, o que está previsto custar são cerca de 450 mil euros, portanto, se calhar, conseguiram os 450 mil só na redução desses custos, de 1 milhão e meio para um milhão e fazia a festa. Em lugar de ter o melhor papel que há no mercado, tinha um papel menos bom, mas as pessoas liam na mesma.

Luis Maurício (CH) – Só para finalizar, e como estávamos a falar da Assembleia da República, a Coligação ou a Geringonça, ou aquilo que chamavam, teve em seis orçamentos, em seis orçamentos que passaram, em nenhum deles baixaram o IVA, em nenhum deles baixaram nada. Se tentaram? Se calhar tentaram, mas tentaram muito pouquinho, mas tiveram lá na Geringonça, não foi o PSD que esteve lá, não foi o CHEGA, nem a Iniciativa Liberal, nem o PAN, foram vocês que estiveram na Geringonça mais o Bloco de Esquerda. Vocês não podem dizer que não, estiveram lá seis anos seguidos, os mesmos parceiros reuniam, falavam do orçamento e seis orçamentos seguidos.

Afonso Luz (CDU) – Ora bem, segundo o deputado Ilídio Ferreira, uma forma de evitar que a Câmara deixe de pagar juros de mora é cortar na receita. A mim é que me parece uma receita um bocado manhosa, mas, pronto. Depois dizer que.....

Ilídio Ferreira (PS) – Ó Afonso Luz, não fui eu que disse isso, você pensou...

Afonso Luz (CDU) – Não, não! Disse que uma das despesas que se podiam cortar é em juros de mora, então para isso reduz-se a receita, não é. Parece-me esquisito.

Ilídio Ferreira (PS) – É o problema, é o problema que a vossa mentalidade é sempre receitas no máximo. O que eu disse é que há dois caminhos para equilibrar o orçamento.

Vanessa Silva (CDU) – Uma interpelação à Mesa.

Presidente da Mesa – Ó Sr. Deputado, não pode estabelecer esse diálogo. Um de cada vez.

Afonso Luz – (CDU) – Eu ouvi o que disse. Depois quero dizer que os partidos que compõem a CDU, estiveram realmente numa situação em que aprovaram vários orçamentos dos governos do Partido Socialista. É verdade que não conseguimos que o IVA, por exemplo, da eletricidade baixasse, mas a verdade é que não fosse essa situação, não teriam havido tantos aumentos de rendimento das famílias, nunca mais teria havido subsídio de férias, nem de Natal e outras coisas do género, que só foram conseguidas com essa solução de Governo.

Nuno Carvalho (PSD) – Entro mesmo numa altura interessante do debate, porque comecei com o debate entre a CDU e o PS a discordarem e acabo nesta fase com o PS a dizer muito bem à CDU. Acho que isto tem que se lhe diga sobre as matérias que foram aqui discutidas no que diz respeito à questão que não é central, é acessória, mas que percebo o contexto sobre a Geringonça, etc., e sobre o contexto de Orçamento de Estado.

Mas ainda assim, o senhor deputado da CDU tem toda a razão em referir a questão do Orçamento de Estado, porque não é indiferente o contexto que vivemos de grande pressão para todas as famílias, que é o facto de termos a inflação que temos e o facto de, conseqüentemente, termos um contexto de Orçamento de Estado que ignora essa inflação. Isso não é indiferente, não é o tema, mas isso não é indiferente e não devemos achar que é, porque a correção que há de vir, esperemos em breve, no Orçamento de Estado, quer para as reformas, quer para os aumentos que devem naturalmente ocorrer, quer no privado, quer no público, já vem claramente tarde e isso não é minimamente indiferente.

Indo, ainda, a esta situação, a mesma correção que, com certeza, levará o Governo a usar a folga que, infelizmente, arrecadou até agora para o próximo Orçamento de Estado, e para tentar, de facto, fazer aquilo que já devia ter sido feito, não pode ser indiferente essa mesma razão para olharmos agora para o contexto de procurar aliviar as famílias na medida daquilo que é possível. Particularmente, porque esse alívio, no caso do Município de Setúbal, já devia ter acompanhado o movimento de vários outros Municípios há muito tempo. É única e simplesmente uma questão de justiça e é fundamental.

Julgo que não deve ser indiferente, como é óbvio, ao que devemos observar, e devemos ver isto com toda a atenção para única e simples reflexão. O principal aumento de receitas que vai acontecer, por conta do aumento da inflação e dos preços, e o índice de preços de consumo atualmente, antes era elevadíssimo quando tinham o imobiliário por causa da especulação, e agora sem imobiliário é mais elevado.

O preço da comida, do cabaz alimentar está a aumentar brutalmente e com isso o IVA, naturalmente, aumenta também, e arrecada-se muito, muito dinheiro, que dá uma folga orçamental que não está a chegar a outros setores da sociedade, famílias, IPSS e Câmaras Municipais. Isto deve merecer uma reflexão, com certeza que não é aqui nem agora, mas deve ser uma reflexão séria e não vou entrar nela agora acusando A, B ou C, porque este fenómeno, se efetivamente não se olhar a forma como este dinheiro a mais, que está a pesar em Portugal, não pode ser devolvido a quem mais precisa, as pessoas com menos rendimentos são aquelas que não têm como poupar, literalmente, são aquelas que não têm como deixar de gastar num determinado bem para passar a garantir que há outro, designadamente, aquele que é a comida na mesa. Por isso, estas medidas neste contexto fazem todo o sentido. A Câmara pode-se queixar, se, porventura, não vierem mais apoios vindos de cima, essa seria outra conversa para outro momento, mas não podemos deixar de pensar que, neste momento, fazem sentido. Outras, também, fariam falta, com certeza que deviam já estar operacionalizadas e não estão, esperemos que isso seja corrigido em breve, porque este é um ano atípico e vamos ter dois Orçamentos de Estado.

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 10 do PS, 6 do PSD, 1 do CH e 1 da IL, 17 votos contra da CDU e 2 abstenções, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

10. Deliberação n.º 30/2022/AM - Delib. CM 2190/2022 – IMI 2022

Afonso Luz(CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com votos a favor do PS, PSD, CH, BE, PAN e IL, e os votos contra da CDU, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

João Afonso Luz (CDU) – Algumas considerações, também, sobre esta proposta de baixa do IMI e sobre o posicionamento das várias forças em presença e em particular do Partido Socialista, que é a força que propõe esta descida de IMI e no ponto anterior a redução da Participação Variável no IRS.

O PS não é, naturalmente, e reconhecemos isso, um Partido chauvinista, mas não se nega recorrentemente num conjunto de debates em Setúbal, uma cidade e um concelho que é feito de gente que veio de muitos lados, ao longo de muito tempo, em recorrer às divisões artificiais de quem nasceu dentro, de quem nasceu fora, de quem tem origem em Setúbal e quem não tem. Gostava nesta discussão aqui na Assembleia Municipal, também, registar com atenção que o Partido Socialista cada vez que tem oportunidade para fazer este discurso, faz e, portanto, era preciso vincá-lo aqui na Assembleia Municipal. O PS diz-nos, e ao longo desta sessão hoje deu-nos aqui várias lições e demonstrou a grande relevância do diálogo e do consenso, da capacidade de se conversar e de se articular entre todas as forças propostas a trazer aos Órgãos Municipais, e tinham tido uma boa oportunidade, no quadro destas propostas de redução de receita do Município, de as articularem, de procurarem diálogos e consensos. Não foi isso que fizeram e fica demonstrada que, quando têm a oportunidade de o fazer, fica bem demonstrado pela prática a verdade daquilo que é a atitude e a forma como o Partido Socialista se coloca no processo de diálogo com as demais forças do concelho, nomeadamente com a CDU.

O PS diz-nos regularmente e lembra-nos regularmente, uma coisa que para nós é uma evidência, aliás, nem sequer é uma novidade, já aconteceu em anteriores momentos aqui no Município que a CDU não tem maioria absoluta, mas esquece-se várias vezes, que perdeu as eleições e continua a perdê-las por razões objetivas.

O PS traz-nos, e a discussão que tivemos anteriormente também é reveladora disso, umas contas à “merceeiro”, perdoem-me a expressão. Faz contas à arrecadação de receita, mas esquece-se sistematicamente do aumento substancial de despesas que o Município tem tido, omitindo impactos, por exemplo, dos custos com o processo de transportes, que há pouco referimos e discutimos aqui entre nós, com o processo de transferência de competências em áreas profundamente subfinanciadas, com um conjunto de áreas em que algumas nem sequer são transferidas. Mas que são áreas, designadamente, ao nível do Património Histórico e Cultural do Município, completamente deixados ao abandono por sucessivos Governos e onde os Governos do Partido Socialista tem particular responsabilidade e ao qual o Município se tem substituído e tem feito, de facto, investimento de fundo na salvaguarda desse Património.

O PS consegue a proeza de nos falar em contas e em boa gestão no Município de Setúbal e consegue fazer isto, sem rir ou pelo menos corar, que era se calhar o mínimo que era expectável e até com esta ideia, que é pensar que os setubalenses não sabem o que significa a gestão à PS. É que os setubalenses ainda têm memória e sabem perfeitamente o que é que significa a gestão à Partido Socialista, aliás, estas duas propostas que temos aqui são precisamente o bom exemplo da gestão à PS no Município de Setúbal. É o exemplo da irresponsabilidade e da diminuição da capacidade de trabalho do Município e de concretização de projetos e de prestação de serviço público e conhecemos bem o que significa e o histórico que têm nesta matéria. É interessante verificar que o PS insiste em não reconhecer erros e ainda faz a reabilitação de alguns protagonistas, cujas marcas dos atrasos do concelho, a CDU tem vindo a resolver ao longo dos anos.

É interessantíssimo as referências feitas a alguns protagonistas da gestão autárquica aqui no concelho de Setúbal nos últimos tempos que, de facto, só quem não tem memória e quem não viveu em Setúbal e quem não conhece aquilo que se passou neste concelho é que pode admitir, sequer, que algumas dessas referências sejam feitas, quando conhecemos bem os processos, a política que foi posta em prática e as consequências dessa política nas contas municipais e no descalabro organizacional do Município.

O PS fala-nos, também, e utiliza este argumento da devolução dos rendimentos às famílias, mas continua sem dizer a quais famílias e omite, uma vez mais, nesta discussão ou procura omitir a opção de classe clara, que está marcada e que está vincada nestas duas propostas. São propostas que beneficiam uma minoria, uma minoria com mais património, com mais rendimentos e que retira verbas fundamentais para o serviço público do qual dependem, sobretudo, as camadas mais desfavorecidas da população.

Em suma, o PS faz-nos um exercício que só podemos considerar de populista, demagogo, de irresponsabilidade, sem ter em conta as necessidades de equilíbrio financeiro do Município, sem ter em conta a quem beneficiam as propostas que fazem e uma oposição, uma restante oposição que em algumas destas matérias parece apenas ir a reboque, discutindo os tempos, se deviam ter apresentado mais agora ou mais depois, há aqui uma concorrência de oportunismo, ver quem é que de forma mais oportuna apresenta estas propostas, mas a verdade é que se constituem como uma força clara de bloqueio à concretização do projeto autárquico que foi sufragado, pela maioria dos eleitores do concelho de Setúbal. Esta é a marca que fica destas duas propostas que aqui trazem e que, tendo sido aprovadas na Câmara e que, provavelmente, aprovadas hoje aqui na Assembleia Municipal, é esse o sinal que a oposição no concelho deixa e é preciso, permitam-me seguir um mantra que vos é conhecido, “é preciso fazer, o que ainda não foi feito”, peço desculpa, mas não me consigo recordar da oração completa. É preciso, de facto, que a Câmara Municipal e os eleitos da CDU na Câmara Municipal iniciem, tendo em conta a aprovação destas duas propostas, uma linha de comunicação, não sei se com um papel melhor ou com um papel pior, mas uma comunicação clara e objetiva junto das populações do concelho de Setúbal dizendo o que é que deixa de ser feito, tendo em conta as diminuições de receitas que o Município vai ter e os impactos dessa diminuição na prestação do serviço público municipal.

Mário Aranha (PS) – Porque é que vamos baixar o IMI? Vivemos em democracia e em democracia os Partidos tentam cumprir os seus programas. No nosso programa tínhamos prometido aos setubalenses baixar o IMI, embora não sendo executivo, usamos as ferramentas que a democracia nos permite e vamos cumprir uma promessa eleitoral.

Por outro lado, o Partido Socialista é o mesmo em Setúbal e é o mesmo na Assembleia da República. Em 2015, quando chegámos ao Governo, baixamos sucessivamente os impostos e, nessa altura, com a colaboração do PCP, dos Verdes e do Bloco de Esquerda. Em 2022 fizemo-lo outra vez, desta vez com o PS, o Livre e o PAN. Obviamente se fazemos isto na Assembleia da República, também, queremos fazer aqui em Setúbal, porque os contribuintes de Setúbal não são contribuintes diferentes dos outros e o que defendemos para a generalidade dos portugueses, também queremos aqui para os nossos cidadãos. Já a CDU, tem um comportamento um bocadinho dúbio, na Assembleia da República apoiava baixas de impostos, uma das razões para ter votado contra o orçamento é que reclama que os impostos não foram suficientemente reduzidos, e a questão aqui em Setúbal é que é poder e não só não quer baixar os impostos, como até cria novos impostos e bem pesados como, por exemplo, o estacionamento tarifado. Isto é uma relação muito dúbio que a CDU tem com os contribuintes setubalenses.

Por outro lado, esta baixa de impostos é bastante responsável. A receita em impostos diretos, até maio, está a subir 29%, repito, a receita em impostos diretos, até maio, comparando com o mesmo período do ano anterior está a subir 29%. Não vai ser por aqui que a Câmara vai ter menos recursos. Já no ano passado a CDU veio com a mesma argumentação, baixamos os impostos, “*Ai, catástrofe*”, o que é que aconteceu? As receitas subiram mais de 10% em impostos diretos, portanto, nada daquilo que vocês previam aconteceu e nada do que é expectável também vai assim acontecer, até porque o impacto que vai causar, por exemplo, a baixa do IMI nas contas, é um impacto perfeitamente reduzido, mesmo que as receitas não aumentassem. Mas todos sabemos que as receitas camarárias vão aumentar, estamos a falar de 1,6 milhões de euros, num orçamento de 140 milhões de euros, estamos a falar de 1,2%. Ficamos em pânico por saber que a Câmara vai ter muito menos ação, vai fazer muito menos trabalho que ter a redução de 1,2% das receitas. Pronto, são opiniões.

Não nos podemos esquecer que, segundo as últimas previsões, o PIB vai subir quase 7%, o que é que isso significa em termos de receitas para a Câmara? A Câmara vai receber mais derrama do IRC que vai cobrar às empresas, o próprio IRS, os salários estão a subir cerca de 3,5%, portanto, vai ser cobrado mais IRS, da participação variável a Câmara vai receber mais, o IMT vai subir, o IUC, o imposto de circulação, obviamente havendo mais rendimento, há mais pessoas a comprar carro, etc., carros mais caros, o que é que vai acontecer? Mais receitas para a Câmara, sem esquecer, que temos uma grande receita de cerca de 30 milhões de euros que continuam por cobrar e que o Partido Socialista, há mais de dez anos, que em sucessivas reuniões de Câmara, em sucessivas Assembleias Municipais, alertámos para a Câmara tomar as devidas medidas e agora, se calhar, já vai tarde. Porque vai tentar cobrar 30 milhões de euros a uma empresa, que daqui a um ano, não vai ter ativos, nem vai ter receitas. Boa sorte! Porque a vossa boa sorte, vai ser a boa sorte dos setubalenses, mas temos as maiores dúvidas, que se consiga recuperar algum desse dinheiro. Além de que, estamos a esquecer de mais duas receitas, extremamente importantes, que vão acontecer, uma já está a acontecer em 2022, mas vão mais em 2023. Uma por maus motivos, que é o estacionamento tarifado, do qual 50% das receitas revertem para a Câmara, uma receita extra que a Câmara vai ter, esta por maus motivos, mas vamos ter uma receita extra por bons motivos, segundo o plano previsional que foi apresentado para os Serviços Municipalizados, vai apresentar um lucro líquido de mais de 2 milhões de euros, esses 2 milhões de euros que vão reverter, e bem, para a Câmara Municipal. Só aqui temos uma série de fontes de receita que vão aumentar e que mais que compensam esta baixa de impostos, portanto, não vai ser por aí, que o executivo não vai ter meios para fazer o seu trabalho.

Já foi aqui várias vezes referido, vivemos num contexto inflacionista, qualquer ajuda que possamos dar, enquanto Entidade Municipal, sim, deve ser dada, e sim, devemos baixar o IMI. Como foi aqui referido pelo deputado Ilídio Ferreira, temos uma filosofia diferente, primeiro temos de pensar na forma de sermos mais eficientes antes de pedir novos recursos às pessoas, temos de mudar o paradigma desta Câmara, deixar a maximização de receitas e pensar noutras formas e noutros meios, como por exemplo, ter menos despesas de funcionamento e ter mais investimento e com esse investimento conseguir melhorar o próprio funcionamento da Câmara.

Demos aqui vários casos práticos, por exemplo, ter mais viaturas elétricas, ter um programa de digitalização, um programa de desburocratização que permita ser mais rápida a cobrar as taxas de imobiliário. São todas estas situações que podem ser melhoradas, e é isso que defendemos, mais investimento, menos despesas supérfluas. Como dizemos, menos rotundas, mais pavilhões, menos mamarrachos na Praça do Bocage, mais espaços verdes.

Afonso Luz (CDU) – Depois desta intervenção, penso que ficámos todos muito mais descansados, o executivo, portanto, está de parabéns, as receitas vão aumentar, vem aí o melhor dos mundos, as receitas a disparar por todo o lado, as despesas não, até podemos cortar no papel higiénico e na gramagem do papel, portanto, parece que está tudo bem.

De facto, é assim, ou foi assim, como já foi dito aqui pela nossa bancada, foi assim que chegámos onde chegámos em determinado momento em que o PS aqui esteve e é com este tipo de raciocínio que lá vamos, estamos todos muito mais descansados.

Nuno Carvalho (PSD) – Em primeiro lugar, esta questão do IMI e da redução do IMI, de facto, seria muito benéfico que pudessem existir instrumentos, não existem na lei, é uma pena, que pudessem ajudar a beneficiar quem mais precisa, mas, também, seria muito benéfico que existissem políticas decididas, em sede Câmara Municipal, que pudessem encaminhar esses apoios para quem mais precisa. Há Câmaras que o fazem a nível do apoio ao arrendamento, apoio à habitação jovem, a própria habitação pública, há Câmaras que constroem habitação pública, não esperam só pelo Estado e há Câmaras Municipais que o fazem. Mas isso é tudo uma questão de verbas e uma questão de decisões, a verdade é que, neste momento, a habitação é caríssima e o acesso à habitação está muito difícil.

Aqui está-se a falar em particular, numa medida que vai beneficiar para quem já tem um imóvel, para quem efetivamente tem que pagar o imposto e para quem, naturalmente, sofre com este contexto de inflação.

Uma nota aqui, para o senhor deputado do Partido Socialista, quando diz que o PS local é igual ao PS nacional. Não vejo nenhum problema em o PS local ser diferente do PS nacional, são dinâmicas diferentes a política local e a política nacional e quem não souber perceber isso, é porque não está na política, isso acontece com regularidade, não há mal nenhum em ter opiniões diferentes. Agora o que é estranho, é quando diz que o PS local e o PS nacional são o mesmo e depois faz um discurso diferente daquilo que o PS nacional faz. Porque o PS nacional o que diz é que, precisamente o argumento que utiliza aqui que, a inflação vai aumentar o orçamento da Câmara, o que ouvi da parte do Sr. Ministro das Finanças e do Sr. Primeiro Ministro é que, a inflação não vai aumentar o Orçamento de Estado. Nós não podemos andar a brincar com as pessoas, confesso que esse tipo de situações em nada sequer ajuda aquilo que é o trabalho do Partido Socialista, em nada. O Partido Socialista é um partido que deve ser livre e deve poder aqui expressar as suas opiniões, mas estas constantes comparações com o PS local e nacional não fazem absolutamente sentido nenhum, ainda para mais quando elas são contraditórias e torna-se mais do que evidente que a realidade que vivemos aqui, é uma realidade que tem que procurar e caminhar para a redução de impostos, isso é o que é fundamental. Bom era que, houvessem outros instrumentos da Câmara Municipal disponíveis que nos pudessem levar a equacionar, se calhar, uma redução da taxa de IMI que poderia ser até mais diminuta e que essa receita que hoje está-se a ir buscar para as famílias, diminuindo o imposto, pudesse, se calhar, ser mais diminuta nesta rubrica e pudesse ser realocada num outro tipo de políticas que deviam poder existir, isso é que era o ideal. Isso é mais do que evidente, porque este imposto fica igual para toda a gente e nem toda a gente, neste momento, precisa dele da mesma maneira, isso é mais do que evidente.

Agora não existindo e, também, por decisão da CDU e da gestão da CDU, não existindo é óbvio que isto é o que se impõe, não podemos é, naturalmente, tentar nunca aplicar qualquer tipo de visão local com comparação com uma visão nacional, porque a visão nacional, em primeiro lugar, as dimensões são diferentes, e em segundo lugar, senhor deputado do Partido Socialista, acredite que os discursos também, porque basta ir ver o que disse o Sr. Ministro das Finanças e o Sr. Primeiro-Ministro, foi exatamente o contrário do que disse aqui, mas isso eu sei, bem sabe dessa missa e não vale a pena aqui lembrá-la.

Na prática o que estamos a discutir é o IMI em Setúbal e é isso que interessa aos setubalenses, que naturalmente, também são portugueses, mas o debate do Orçamento de Estado, esse já lá vai, temos mesmo é que discutir aqui o imposto do IMI em Setúbal.

Flávio Lança (IL) – Começando aqui por estas últimas palavras, o que é o que estamos realmente a discutir, é o IMI em Setúbal, em algumas intervenções, parece-me que, na realidade, não devemos viver no mesmo Município, porque este tema do IMI que incide sobre o património, e falamos de património imobiliário, parece-nos que estamos a falar aqui de uma riqueza fantástica. O nível de preços de casas em Setúbal, não se compara com os de Lisboa e com outros Municípios do país, e muitas vezes as pessoas adquirem casa, não sei qual é a experiência dos senhores deputados, mas as pessoas com quem vou conversando, é que muitas vezes, comprar casa a 40 anos, sai mais barato do que pagar a renda.

Também aos níveis das rendas, isto significa que as pessoas optam por comprar casa e não é muitas vezes por serem ricos, é porque no orçamento familiar o valor que pagam é um bocadinho mais baixo. Pagam com recurso a crédito, agarram nas suas poupanças, que não são muitas e que já foram tributadas em sede de IRS do seu trabalho, e vão ser tributadas novamente quando compram uma casa para poderem ter um teto e albergar as suas famílias.

É por isso que apoiamos esta medida que vai reduzir a carga fiscal às famílias, acho que também vai acabar por ser um incentivo à natalidade, porque na prática é menos uma despesa que as famílias têm. Não nos podemos esquecer que pessoas também precisam de casa e que dão apoio às famílias que cuidam de idosos, é uma forma de promover também os jovens no concelho, a sua fixação, e de outras pessoas no Município. O Executivo poderá de alguma maneira combater ou fazer aumentar a receita, sendo mais célere no licenciamento, sendo mais transparente e promovendo o aumento das habitações no concelho, que não abundam, e daí mais casas no concelho habitadas aumentam a receita.

Há algo que, também, não posso deixar de trazer aqui, está-se a falar aqui muito do Parlamento, é que não nos podemos esquecer que os partidos políticos não pagam IMI, isto é algo que nunca se gosta de discutir, mas é o que tem de vir para cima da mesa, e, na opinião da Iniciativa Liberal, isto é inaceitável. É inaceitável discriminarmos positivamente os partidos políticos em detrimento dos cidadãos e das empresas. Se todos sabemos que o valor dos impostos cobrados aos portugueses está em máximos históricos e, ao mesmo tempo, os partidos políticos estão isentos da generalidade dos impostos.

A Iniciativa Liberal já fez esta proposta, no âmbito dos benefícios fiscais dos partidos políticos, e digo que se os partidos políticos pagarem os seus impostos como qualquer cidadão, todos, de certeza que ficaremos numa situação mais justa.

Vitor Rosa (BE) – Em 2019 e face a uma proposta de redução de IMI de descida na taxa de IMI de 0,05, o eventual valor financeiro deste valor era avaliado na ordem de 2 milhões de euros. Estamos em 2022 e os valores da proposta agora apresentada poderá, de grosso modo, atingir-se, segundo o PS, os mesmos valores de 2 milhões ou pegando nas palavras do deputado Afonso Luz, na ordem dos 4 milhões.

Face a estas circunstâncias, o discurso do executivo é o de que, com esta falta de receita, e aqui sim, entramos noutra plano, a oposição não gosta de Setúbal, não será possível fazer mais e melhor para o concelho.

Não fazia parte do programa eleitoral da CDU, uma descida gradual do IMI? Mas, perante cada proposta de redução gradual, a CDU recusa. Serão estes valores que vão fazer toda a diferença orçamental no investimento do concelho? Para quem, em campanha eleitoral, prometeu 300 milhões de investimento? O que é feito dos milhões na aquisição da Praça de Touros que continua ao abandono? O que é feito dos milhões gastos na aquisição do IMAPARK, que tem um cartaz anunciando o ninho de empresas, mas que hoje conta essencialmente com uma maioria de espaços vazios ocupado por ninhos de pássaros. Gastámos 440 mil euros na aquisição de mais um posto de turismo e assistimos a mais um reforço de promoção turística de 79 mil euros, mais de meio milhão de euros para nos oferecer, cuja imagem de marca é de gatos em cima de telhados.

Afirmar que a redução do valor do IMI, nesta ordem de valores, coloca em causa investimentos e qualidade de vida aos setubalenses e azeitonenses, é querer tapar o sol com uma peneira relativamente aos erros de gestão financeira, deste e de anteriores executivos CDU.

Em relação aos proponentes dizer, também, que sendo importante as preocupações sociais manifestadas sobre a redução de carga fiscal, ela tem que ser coerente a nível nacional com as preocupações locais. O PS não pode ter duas faces, uma preocupação de redução fiscal local, outra de imposição de aumentos salariais em 0,9 e consequente redução do poder de compra, não pode exigir ao poder local aquilo que não pratica a nível governativo, não pode querer dar com uma mão ao poder local, aquilo que tira com as mãos governamentais.

A exigência de uma política de recuperação de rendimentos para a população tem que ser coerente, sejamos oposição ou sejamos poder e de termos essa capacidade de determinar valores que melhoram as condições de vida da população.

O Bloco de Esquerda votará a favor desta proposta, considerando que uma boa gestão orçamental é possível acomodar esta falta de receita, assim o executivo queira.

A maioria relativa tem este papel na democracia, em que o papel da oposição pode criar momentos de rutura com políticas do, quero, posso e mando, de que as maiorias absolutas sempre gostam de exercer.

Paulo Lopes (PS) – Em resposta à intervenção do deputado João Afonso Luz, dizer que, efetivamente, estas são propostas marca PS e assumimos integralmente. Não há aqui nada, escondido, o PS apresentou as propostas, o PS acredita e assume perante os setubalenses que esta é uma marca que queremos incutir na gestão do município, que é de baixar os impostos sobre os setubalenses. Iremos continuar a apresentar propostas que, não pondo em causa, quero frisar isto, a sustentabilidade da Câmara Municipal, como, aliás, já foi aqui expressa de forma muito clara sobre as opções.

Há pouco, o deputado Vítor Rosa foi muito irónico, mas muito objetivo naquilo que foram as opções da estética, das opções do supérfluo sobre o que são as verdadeiras opções estruturais do concelho de Setúbal e, portanto, assumimos esta marca de gestão. Efetivamente esta marca de gestão do PS, no Distrito de Setúbal está a fazer caminho, foi com esta marca de gestão que ganhámos Almada, que ganhámos Barreiro, ganhámos Alcochete, que reforçamos em todos esses conselhos e ganhámos a Moita e vamos ganhar Setúbal nas próximas eleições, é a nossa convicção, os senhores continuam a querer ter essas, não nos ofendem porque com esses considerandos das contas de merceeiro e ficamos ofendidos é quando efetivamente fazemos propostas à maioria e a resposta é um zero.

É um silêncio absoluto, de não sequer se querer sentar à mesa com a oposição para discutir orçamentos, projetos e investimentos no orçamento, por exemplo, que estamos agora a viver em 2022. Foi zero! Entregámos uma listagem em várias áreas para poder incluir no orçamento e a resposta foi zero! É preciso que se diga que a atual maioria, não quer falar com a oposição!

Ainda há dias, numa reunião de Câmara e agora foi feito o mesmo, dizem que ganharam e, portanto, têm que governar, mas não têm maioria absoluta e recusam-se a falar com a oposição. Bom, então estão numa recusa total da realidade.

Vou terminar dizendo que, o Partido Socialista tem sido bastante responsável neste tipo de apresentações de redução de receita, porque como já foi dito, ela é acompanhada por aumento da receita, como ainda há pouco o deputado Ilídio Ferreira referiu, que só no IMT de janeiro a maio houve um aumento de 3,8 milhões de euros, se a memória não me falha. Então, isto põe em causa o quê? Qual é a questão aqui? Os senhores habituaram-se a ter receitas maximizadas e habituaram-se, pior do que isso, a não querer falar com ninguém, orgulhosamente sós até ao fim, espero eu!

João Afonso Luz (CDU) – Conhecemos bem a marca da gestão PS, é uma evidência para nós, temos memória, conhecemos, sabemos que conviviam bem com o espaço público profundamente degradado nesta cidade, com lixo por todo o lado, estas são as marcas da gestão do Partido Socialista aqui e, aliás, razão pela qual o Partido Socialista anda-nos a prometer há tantos anos, e de eleição em eleição faz este discurso, que é o fim de ciclo da CDU, o PS agora vai ganhar. Bom, mas a verdade é que as populações continuam a reconhecer no projeto autárquico da CDU, o projeto necessário para a transformação deste concelho e para o seu desenvolvimento e o Partido Socialista tem uma dificuldade profunda e ainda não entendeu o resultado eleitoral que obteve nas últimas eleições. Este é o drama, é o drama que temos vindo a conviver com o PS aqui no município há muito tempo.

De facto, o PS também se esqueceu de uma questão e o Bloco de Esquerda, que referiram aqui alguns exemplos de alguns investimentos em concreto, esqueceram-se de dizer porque é que eles foram feitos e eles foram feitos com uma marca também da gestão CDU, que é impedir e combater a especulação imobiliária neste concelho. Sei que os senhores não concordam e têm outras opções, tinham outras opções para o IMAPARK, tinham outras opções para o sítio onde está a Praça de Touros, enfim, conhecemos bem as opções uns dos outros e não chegámos aqui hoje, portanto, sabemos do que é que estamos a falar. Mas, sobretudo, o Partido Socialista e esta última intervenção do deputado Paulo Lopes, confirma aquilo que dizíamos há pouco, a receita, a receita, a receita, esquecem-se de fazer conta à despesa e esquecem-se de fazer contas às políticas do vosso Governo, designadamente em matéria de transferência de competências, porque, se calhar, se fizessem contas iam ver que os resultados não eram esses. A vossa proposta é irresponsável.

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 10 do PS, 6 do PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, 17 votos contra da CDU, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

Afonso Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU votou contra as propostas do PS de redução do IMI e da participação variável do IRS, porque põe em risco de forma pouco responsável o equilíbrio das finanças da autarquia. Não é, infelizmente, para Setúbal situação nova, esta forma de estar do PS, que com medidas erradas de gestão quando esteve no poder no concelho levou a câmara à situação de falência, com todos os prejuízos que isso acarretou durante muitos anos ao desenvolvimento e à vida das populações. Ao contrário do compromisso assumido pela CDU, de reduzir progressivamente o IMI em Setúbal, como já vinha a acontecer nos últimos anos, o PS com estas propostas de redução abrupta das taxas de IMI e de retenção do IRS demonstra colocar como prioridade o ataque à CDU e colocar em segundo plano a Câmara Municipal e as populações que diz defender. Estranha-se que outras forças políticas acompanhem este ato de irresponsabilidade e assim fiquem associadas a esta forma de estar na política.*

A CDU tem preconizado uma redução sustentada do IMI responsável que não ponha em causa o equilíbrio financeiro das contas do município e que garanta um continuado investimento político municipal, como tem acontecido ao longo dos últimos 20 anos de gestão da CDU. Só assim foi possível garantir mais qualidade de vida, mais desenvolvimento económico, mais emprego e maior atratividade de investimento privado no nosso território.

Estas propostas do Partido Socialista apresentadas a 6 meses da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2023, demonstram ainda maior falta de sentido de responsabilidade quando são apresentadas no quadro atual de inflação galopante e a generalizada subida de preços das matérias-primas e dos bens e serviços de primeira necessidade, para além da obrigação da Câmara Municipal assumir responsabilidades que o Governo está a atribuir sem as fazer acompanhar dos meios necessários, e são muitas as autarquias a queixarem-se, e autarquias de todas as cores políticas, o que ainda agravará mais as Finanças Locais.

Estamos perante medidas puramente populistas, pois criam a ilusão de beneficiar a população de forma generalizada, quando na prática quem beneficia com estas medidas são apenas os 20% das famílias com maiores rendimentos e património, quando por força destas propostas, 60% das famílias que residem em Setúbal serão fortemente penalizadas em resultado da redução significativa da capacidade de apoio municipal a quem mais precisa e da redução da capacidade de investimento público promovido pelo município e que a todos beneficia.

Veja-se o caso do IRS, que de acordo com a autoridade tributária, os 20% da população residente com maiores rendimentos irão arrecadar cerca de 75% do imposto que pretendem que seja devolvido, na prática os 10% mais pobres terão um acréscimo médio de 39 cêntimos no seu rendimento anual, enquanto os 10% com maiores rendimentos terão um aumento médio de 138 euros. Em vez de manterem uma política de promoção da redução dos impactos negativos, das desigualdades sociais e da pobreza, através de uma correta afetação dos recursos públicos, os partidos da oposição entendem que a sua devolução às famílias com maiores rendimentos, é a melhor política social. Acresce que enquanto no Município de Setúbal, o PS apresenta estas propostas e o PSD apoia, estes mesmos partidos impediram, na recente

discussão do Orçamento do Estado para 2022, importantes propostas de aumento de rendimento das populações, através de aumento de salários de trabalhadores da função pública, aumento de pensões, aumento do abono de família e gratuidade das creches que aqui já foram referidas.

Por todas estas razões, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal votaram contra essas propostas que põem em causa uma gestão equilibrada das finanças municipais”.

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PSD de Setúbal tem ao longo dos anos, demasiados anos, lutado pela baixa do Imposto Municipal sobre Imóveis, que é o imposto que incide maioritariamente na habitação própria dos setubalenses. Os fundos não pagam este imposto, há muitas outras entidades que não pagam este imposto, é a habitação das pessoas. Pelo que esta nossa luta, de há muitos anos, a Assembleia Municipal com estas pessoas que aqui estão e outras que nos antecederam tem hoje uma feliz concretização. É o culminar de uma luta muitas vezes incompreendida por parte do poder político que vê no imposto, vêm nas casas uma receita, mas estamos aqui para defender a população, e volto a recordar, o dinheiro que as pessoas pagam por ter uma casa que já compraram, é dinheiro das pessoas, dinheiro que as pessoas colocam no município, e neste momento, voltamos a salientá-lo, da mesma forma que o IRS é uma devolução de dinheiro às pessoas, que lhes custou muito a ganhar”.*

Vítor Rosa (BE) – A minha intervenção anterior servirá como declaração de voto.

11. Deliberação n.º 31/2022/AM – Proposta n.º 02/2022/PS – Resolução de Acompanhamento da Comissão de Urbanismo e Mobilidade sobre processo da “Concessão da Gestão, Exploração, Manutenção e Fiscalização de Lugares de Estacionamento Pago na via pública à superfície na cidade de Setúbal e constituição do direito de superfície em subsolo para a Concessão, Construção em Exploração de 2 parques de estacionamento em subsolo na cidade de Setúbal” – INCLUSÃO

Ilídio Ferreira (PS) – A proposta é nossa e vou procurar, apesar do adiantado da hora, ter discernimento para justificar e que tenham discernimento para me ouvir, pelo menos.

Não estava cá quando foi aprovado o Plano de Mobilidade Sustentável de Transportes de Setúbal, que tem sido o instrumento justificado pela Câmara, do ponto de vista técnico, para a aprovação posterior a essa data, portanto, este plano de mobilidade foi aprovada em 2018, para a aprovação do Projeto de Regulamento Municipal de Estacionamento Público, em janeiro de 2019 e posteriormente ao lançamento dos concursos, um em 2019 que depois foi anulado e o de 2020 que, entretanto, está em vigor após a assinatura do contrato.

Nestas últimas semanas tive a curiosidade, enfim, porque desde a primeira hora que digo que esta decisão política da CDU é um descalabro para a cidade e para as próximas gerações, por ter um período de 40 anos.

Resolvi, nestas últimas semanas, ir estudar e aprofundar o Plano de Mobilidade Sustentável, verificar se, de facto, do ponto de vista técnico havia correspondência entre esse plano e as decisões posteriores tidas pela CDU. Verifiquei que o Plano de Mobilidade Sustentável e de Transportes de Setúbal, são quatro volumes grandes, é um plano bem elaborado que mereceu uma aprovação unânime, que é bastante abrangente a todas as soluções possíveis, tem um diagnóstico corretamente elaborado, é ambicioso, mas compete aos planos serem ambiciosos e depois os decisores políticos irem ajustando essas ambições àquilo que é possível realizar a cada momento.

Agora, espera-se que a realização dos planos seja feita de uma forma equilibrada com aquilo que são, no essencial, os planos. Os planos normalmente têm um conjunto de medidas e ações que são propostas e depois a implementação, não quer dizer que todas sejam implementadas, mas, pelo menos, que o puzzle das implementações seja equilibrado. O que é que diz no essencial o Plano de Mobilidade? Defende para a mobilidade e o transporte um conjunto, essencialmente, de quatro grandes vertentes que a Câmara deve realizar um conjunto de infraestruturas estruturantes em falta, estamos a falar de estruturas rodoviárias importantes, deve consolidar a hierarquia da rede viária, deve fazer um conjunto de intervenções mais pequenas em vias para melhorar a circulação, e algumas têm sido feitas, a Câmara tem realizado algumas destas intervenções e deve ter uma política de gestão de estacionamento.

Agora vou falar apenas da política de gestão de estacionamento, porquê? Porque a Câmara acabou por praticamente fazer logo a política de estacionamento ainda antes de ter feito as outras, que são elas muito mais estruturantes. E nessa política de estacionamento, o que é que o Plano de Mobilidade diz no essencial? Que devem ser implementadas zonas de estacionamento tarifadas, devem ser criados estacionamentos de Parque Inrad, são parques de estacionamento junto aos terminais ferroviários ou rodoviários, que permitam ter uma solução de pagar bilhete e ter parqueamento, criar bolsas de estacionamento e informal no centro da cidade, criação de estacionamento para residentes, eliminação do estacionamento em cima do passeio e melhorar a eficácia da fiscalização. Essencialmente são estas medidas.

No que diz respeito ao estacionamento tarifado, o que é que em 2018 o plano apontava? Apontava para algum aumento do estacionamento da zona central relativamente ao que existia e em alguns sítios específicos no resto do concelho, alargamento da zona tarifado à envolvente da estação de caminho de ferro, a implementação na zona da Aranguês, Avenida Bento Jesus Gonçalves, Praça de Touros e alargamento à zona sul da Avenida Luísa Todí. Era no essencial, o que era proposto por quem fez o Plano da Mobilidade e Transportes de Setúbal.

O que é que a Câmara faz? É passar de 1.600 lugares, creio eu, no concurso que lançou, passar de 1.487 para 8.470, ou seja, aumentar 6.983 lugares. Isto destrói completamente todo o equilíbrio do plano que foi feito e que do ponto de vista técnico estava sustentável. Destrói completamente todo o equilíbrio, não são criados, não se vê que sejam criados, bolsas livres junto ao centro da cidade, não estejam previstas ou são insuficientes. Prevê-se a tarifação de algumas zonas residenciais, que não faz sentido, nem é defendido, e o que se verifica, neste momento, e se ele for implementado, irá verificar-se bem pior depois disso, são os lugares de estacionamento que foram criados rigorosamente às moscas e os passeios cheios de carros. Só não vê quem não quer ver.

Tenho passado muitos dias junto aos novos estacionamentos feitos, nomeadamente frente ao mercado do Rio Azul e também aquele ao fundo da Luísa Todí, que logo que ele foi criado chamei à atenção e disse, ele vai estar com uma ocupação inferior a 10%, e esses parques de estacionamento que me estou a referir, os que foram criados e o do fundo da Luísa Todí, tirando as chamadas horas de ponta, que são as horas de almoço, e se, eventualmente, houver algum evento, a taxa de ocupação que tenho visto pouco ultrapassa os 10%.

O que é chocante é que os parques estão vazios e os arruamentos em frente ao mercado do Rio Azul e as faixas de rodagem estão ocupadas, os passeios à volta dos parques de estacionamento a 10, 20 metros de distância estão completamente ocupados, que quem quiser passar pelos passeios tem que vir para a faixa de rodagem. Aquele que tem sido o objetivo que o executivo tem apontado, ainda há bocadinho a senhora vereadora fez referência, de que é regular as condições de estacionamento para valorizar o espaço público, para reduzir as questões ambientais, para melhorar a situação ambiental, não se verifica, porque o que acontece é que o estacionamento fora dos locais adequados são impeditivos da valorização do espaço público.

Posto isto, porque penso que é imperativo por interesse público e para bem da cidade, é imperativo a Câmara rever e porque foi aprovada pela Assembleia Municipal há cerca de 2 meses uma recomendação de que não tivemos nenhuma indicação da Câmara quanto à vontade, pelo menos, de discutir o assunto, trouxemos esta proposta.

O contrato foi assinado a 7 de maio de 2021, esse contrato prevê 40 anos e uma remuneração foi recebida, cerca de 4 milhões de euros que foi o que a câmara recebeu na assinatura do contrato e receber 50,02% do montante das receitas feitas nos locais de estacionamento.

Julgo que o que terá tido uma preponderância maior, não foram as questões de natureza de ordenamento que terá sido, infelizmente é aquilo que penso, terá sido uma questão financeira, ou seja, a Câmara tentou maximizar o máximo possível as receitas.

Esta proposta que fazemos de que a Comissão de Mobilidade avalie o contrato e o próprio concurso, toda a fase de concurso, no sentido de verificar duas coisas essenciais, primeiro, se o contrato está a ser cumprido e há um conjunto de condições de obrigações por parte do concessionário, que não sei se estará a cumprir, mas acho que é importante aferir, é competência da Assembleia fiscalizar a ação do executivo, não é estar a desconfiar, mas há situações de campanhas de sensibilização e informação que estão no contrato, e ainda não vi eles fazerem nenhuma. Há o pagamento da renda mensal até ao dia 10 do mês

seguinte, acredito que o esteja a fazer, acredito, mas não tenho a certeza disso, há a obrigação de efetuar a remarcação da sinalização horizontal em todos os lugares com uma periodicidade mínima de 6 meses se for em cubo de granito ou de um ano se for em betuminoso. Tenho dúvidas que o estejam a fazer e há muitas outras, e há uma que me parece importante que é o chamado o tal anexo 9, ou seja, o caderno de encargos que previa a obrigatoriedade de quem ganhasse o concurso realizar uma obra no Parque José Afonso. No contrato está lá, o prazo para realização eram 30 dias para iniciar a obra e a conclusão um ano, portanto, o ano acabou no dia 7 de maio e a obra não está lá e não se sabe o que é feito da obrigação, penso que o executivo já deveria ter dado alguma informação a esta Assembleia sobre uma obra tão relevante e uma obrigação da parte do contrato.

A propósito de eventualmente a Câmara poder ou não poder reavaliar a situação, o contrato prevê várias soluções para poder a Câmara vir reanalisar a situação. Uma delas, a resolução de contrato, se o concessionário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, já disse que uma delas, seguramente, já foi violada.

Outra, o resgate por justificado interesse público decorridos dez anos, neste caso o concessionário terá direito a uma indemnização com base nos resultados operacionais e os anos que faltam, mas há a possibilidade de resgate parcial, também, por interesse público e neste caso, e é importante, a indemnização a que o concessionário tem direito é apenas com base nas despesas que o concessionário ainda não amortizou. Portanto, se a Câmara quiser fazer este resgate parcial, quanto menos investimento for feito mais fácil. E finalmente, só para terminar, na página 14, cláusula 17 do caderno de encargos, estava prevista a possibilidade de modificação do contrato por acordo entre as partes.

Nuno Carvalho (PSD) – Senhor Presidente é uma interpelação sobre a condução dos trabalhos e vou ser muito breve.

Compreendo e tenho todo o respeito pela intervenção que o senhor deputado Ilídio Ferreira fez e foi muito densa, tinha muitos temas que podíamos debater, só que a questão é que, confesso que o nosso grupo municipal quando fez a aprovação desta proposta, não contava com esta densidade de discussão particularmente a esta hora e, portanto, daí ser sobre a condução dos trabalhos. O tema tem, naturalmente, uma relevância enorme, aliás, o PSD trouxe hoje uma proposta sobre isso, os outros partidos trouxeram e já o PS também falou sobre este tema várias vezes. O que propunha, ou o PSD também agora expõe todos os seus argumentos a esta hora e temos uma discussão que pode ser menos profícua e, portanto, é uma questão daquilo que é o bom senso entre as bancadas, é que possamos, de facto, ter uma discussão sobre isto, quem sabe até numa Assembleia Municipal Extraordinária que até podia ser convocada para esse efeito, ou neste respetivo grupo, uma coisa não prejudica a outra. Mas se o tentarmos fazer a esta hora, acho que não trataremos o tema como queremos e, naturalmente, isto não prejudica em nada, o senhor deputado Ilídio Ferreira, que tinha todo o direito de fazer a intervenção como fez, confesso é que, na expectativa deste documento, não contava ter a densidade do tema desta forma, isto é, por um lado elogioso à sua intervenção, mas, por outro lado, ela surpreendeu-nos. Portanto, para boa condução dos trabalhos a esta hora, propunha que não entrássemos nisto, porque não prejudica em nada aquilo que fica aqui já testemunhado e que pode ser continuado em outra circunstância.

Presidente da Mesa – De facto, a deliberação que é aqui proposta, é uma deliberação instrumental, para que se tome uma decisão aqui, uma deliberação na Assembleia de acionar a Comissão de Mobilidade e Urbanismo para discutir este assunto.

É claro, que o senhor deputado Ilídio Ferreira excedeu-se na fundamentação, para justificar argumentou com vários elementos pesados que considera importantes e que eram desnecessários, naturalmente, para esta deliberação. Isso não retira mérito ou profundidade ao tema que a Comissão há de discutir mais em pormenor.

Já agora, não é a propósito disto, há de haver oportunidade na sequência do trabalho, se esta deliberação vier a ser aprovada, de vir à Assembleia. Certamente que a Comissão não vai discutir para ficar com o relatório para si própria, é para trazer à Assembleia e nessa altura será a altura das discussões, para evitarmos de estarmos aqui a fazer um debate já sobre a matéria, quando aquilo que se pede é uma deliberação para se remeter à Comissão de Urbanismo e Mobilidade ou não. É essa a questão em debate.

João Afonso Luz (CDU) – Acompanhamos, de facto, essa sugestão e acompanhamos a intervenção do deputado Nuno Carvalho.

A primeira questão que estranhámos é a forma e a proposta em si, iremos acompanhar, não temos qualquer problema, entendemos que é um assunto relevante e que a Comissão de Urbanismo e Mobilidade deve apreciar, e esta é uma questão. A outra é que não me recordo em momento algum do Plenário ser confrontado com decisões sobre questões que as Comissões de Trabalho regular vão discutir. Aquilo que foi sempre a prática e a prática corrente, foi as comissões entre si discutirem, apontarem, consensualizarem em temas de discussão e colocarem à Comissão Permanente e haver um entendimento de que, a Comissão normalmente, no âmbito das suas competências, não se tratando da criação de uma Comissão Eventual, sendo um assunto da competência da Comissão, a Comissão aprecia e elabora um relatório sobre esta matéria.

Há aqui uma intervenção de fundamentação da proposta que daria pano para mangas e é quase uma proposta de relatório da discussão que se pretende realizar na Comissão, mas enfim, é o que é, não entrarei de facto nessa discussão, iremos acompanhar a proposta, com esta nota de que estranhámos o método utilizado.

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

12. Deliberação n.º 32/2022/AM – Proposta n.º 01/2022/MAM – Retificação dos Art.ºs 18º e 24º do Regimento da Assembleia Municipal – INCLUSÃO

Presidente da Mesa – É uma retificação que está justificada no teor da proposta. De facto, ficaram duas referências a normas legais erradas no nosso regimento, ele foi aprovado no final do ano passado, já passaram 6 meses, e que a Mesa se continuasse a socorrer, quando for necessário, da prerrogativa que tem de decidir sobre a integração de lacunas, não nos pareceu correto e é melhor corrigir por deliberação da Assembleia em plano de igualdade e fazer esta retificação, que não é complicada.

No art.º 18º, nº 1, alínea g), trata-se da competência da Mesa da Assembleia e está referido, o exercício da competência, no n.º 2, alínea a), do artigo 25º. Sem dizer mais, este 25º, tem esta competência no Regime Jurídico das Autarquias.

O artigo do regimento a que se refere seria o 13º, portanto, em vez de artigo 25º, é referir o artigo 13º. O n.º 1 do art.º 24, é referente às sessões extraordinárias que podem ser convocadas por cidadãos eleitores, e tem uma redação que refere o art.º 22º, quando é o 23º do regimento, como houve alteração da numeração, é o 23º, e tem também uma diferença em relação à norma legal que está no Regime Jurídico das Autarquias, em vez de, "*refere um documento comprovativo da qualidade de cidadão recenseado no município, passado pela Câmara Municipal*". Ora, a entidade recenseadora, a formulação da lei é, "*pela Comissão Recenseadora da Autarquia respetiva*" e, portanto, aproximávamos o texto, corrigimos o número do artigo de 22º para 23º e aproximávamos o texto com as certidões comprovativas da qualidade de cidadãos recenseados, tal como vem na lei, e isto limpava o nosso regimento, e é esta a proposta que se põe à consideração do plenário.

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

Presidente da Mesa – Na última reunião da Comissão Permanente preparatória desta reunião, tomaram-se já algumas decisões quanto às próximas datas das sessões de setembro. A próxima ordinária de setembro, a data mais provável será a 30 de setembro, para aproveitar as reuniões de Câmara, caso hajam propostas de deliberação para a Assembleia. Viu-se que, de acordo com o novo artigo 22º a) que foi introduzido no regimento, é preciso fazer a sessão extraordinária referente ao debate sobre o estado do município e para esta data, a Comissão Permanente apontou 19 de setembro.


É para ficarem com as referências destas datas, 19 e 30 de setembro, para as próximas sessões da Assembleia, primeiro a extraordinária e depois a ordinária.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram duas horas e vinte minutos do dia vinte e cinco de junho, de dois mil e vinte e dois.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de trinta de setembro de dois mil e vinte e dois, contém sessenta e seis folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.